



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE**

SILVANNA KELLY GOMES DE OLIVEIRA

**O TRABALHO IMATERIAL COMO POTÊNCIA DAS PERSONAGENS
MULHERES EM MARIA JOSÉ SILVEIRA**

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

SILVANNA KELLY GOMES DE OLIVEIRA

**O TRABALHO IMATERIAL COMO POTÊNCIA DAS PERSONAGENS
MULHERES EM MARIA JOSÉ SILVEIRA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, área de concentração Literatura e Estudos Interculturais, na linha de pesquisa Literatura, Memória e Estudos Culturais, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino

**CAMPINA GRANDE – PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48t Oliveira, Silvana Kelly Gomes de.

O trabalho imaterial como potência das personagens mulheres em Maria José Silveira [manuscrito] / Silvana Kelly Gomes de Oliveira. - 2022.

120 p.

Digitado.

Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino, Departamento de Letras e Artes - CEDUC."

1. Mulher. 2. Crítica literária. 3. Trabalho imaterial. 4. Identidade. I. Título

21. ed. CDD 801.95

SILVANNA KELLY GOMES DE OLIVEIRA

O TRABALHO IMATERIAL COMO POTÊNCIA DAS PERSONAGENS
MULHERES EM MARIA JOSÉ SILVEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Literatura e Interculturalidade.

Área de concentração: Literatura e Estudos Culturais.

Aprovada em 02/06/2022

BANCA EXAMINADORA



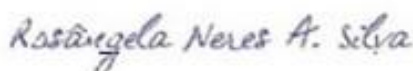
Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino
Orientador



Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva (PPGLI/UEPB)
Examinador interno



Prof. Dr. Wanderlan da Silva Alves (PPGLI/UEPB)
Examinador interno



Profa. Dra. Rosângela Neres Araújo da Silva (PROFLETRAS/UEPB)
Examinadora externa



Profa. Dra. Brenda Carlos de Andrade (PPGL/UFPE) Examinadora
externa

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avô (*in memoriam*) que sempre quis estudar, mas nunca teve oportunidade. A meu pai e a minha mãe. A todas as mulheres.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Lina Patrícia e Silvanio Bezerra, que me deram a oportunidade de estudar, sempre com muito incentivo, amor e inspiração;

Agradeço ao meu orientador, Luciano Barbosa Justino, que depositou confiança nas minhas ideias e que me orientou durante o processo de escrita, me apresentando a autora escolhida para a pesquisa, bem como inúmeras leituras que foram muito importantes para o meu trabalho;

Agradeço imensamente à banca examinadora composta pelo prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva, pelo Prof. Dr. Wanderlan da Silva Alves, pela Profa. Dra. Rosângela Neres Araújo da Silva e pela Profa. Dra. Brenda Carlos de Andrade, os quais dedicaram tempo e atenção para avaliar o meu trabalho, trazendo contribuições essenciais;

Agradeço ao PPGLI e a todo o quadro de professores e funcionários, pelas disciplinas ministradas e aprendizados compartilhados durante esses quatro anos;

Agradeço à CAPES, pelo incentivo financeiro para a dedicação exclusiva ao doutorado e para a participação de eventos;

Agradeço aos meus familiares e aos meus amigos verdadeiros, pelo afeto e força, pelo tempo de escuta e pelas palavras de apoio e de compreensão;

Agradeço, enfim, ao Universo e às boas energias pela fluidez no processo de escrita.

Não seja tola. Volte, pare debaixo daquela única flor vermelha e siga em frente percorrendo aquele último e árduo quilômetro. Aproxime-se e bata à porta castigada pelas intempéries. Suba até a caverna. Atravesse engatinhando a janela de um sonho. Peneire o deserto e veja o que encontra. Essa é a única tarefa que *temos* de cumprir (ESTÉS, 2018, p. 52).

RESUMO

O trabalho imaterial é a produção de subjetividade que se expressa através da linguagem, dos afetos, dos pensamentos e de outras abstrações do sujeito trabalhador ou não, diferenciando-se do trabalho material que se utiliza da mão de obra como *modus operandi*. Estudado nas Ciências Sociais, essa demanda subjetiva de trabalho atravessa a Crítica Literária, não apenas se hibridizando com a própria literatura, como também fazendo surgir um debate produtivo no que se refere às mulheres. Dessa forma, o objetivo da nossa pesquisa se pauta na defesa de que o trabalho imaterial é a potência das personagens mulheres de Maria José Silveira, produzido ao largo – ou dentro – do sistema capitalista, com base em três obras literárias: *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002), *Eleanor Marx, filha de Karl* (2002) e *Pauliceia de mil dentes* (2012). A escolha das obras se justifica pela incipiente fortuna crítica sobre a autora desenvolvida até o momento presente, bem como pela recorrência de personagens mulheres em seus livros, as quais se expressam sob o viés da subjetividade. Além disso, nossa tese propõe demonstrar quais as rasuras existentes nos debates acerca da literatura contemporânea, sendo comum, logo, encontrar modos de ler repetitivos e alheios às novas demandas dessa literatura. Sendo assim, analisaremos o trabalho imaterial – produção de subjetividade – em suas múltiplas visões, a partir de autores como Lazzarato (2014; 2019), Gorz (2005), Castiano (2018) Negri (2003); a relação da imaterialidade com a crítica literária e suas porosidades de conceito, a partir de Compagnon (2010), Schmidt (2017), Garramuño (2014), Ludmer (2010), entre outros. Posteriormente, faremos um levantamento de artigos produzidos sobre as obras da autora, a fim de elucidar a fortuna crítica tangente à proposta da tese, a partir de Plácido e Rodrigues (2018), Turchi e Silva (2007), entre outros. Com isso, apresentaremos como a literatura pode ser um maquinário reprodutor de discursos de sujeição social, a partir de Spivak (2010), Justino (2017), entre outros. Após, adentraremos na discussão do trabalho imaterial produzido pelas mulheres dentro da literatura, recolocando o seu “papel” como potência ou como espaços previsíveis, a partir de Foucault (2014), Lazzarato (2021), entre outros; além do levantamento de personagens mulheres em diálogo com o maquinário capitalista, dentro da obra de Maria José Silveira, *Eleanor Karl, filha de Marx* (2002); por conseguinte, nos encaminharemos para a problemática das mulheres ficcionistas, cujo foco persiste na autoria feminina e suas reproduções de estigmas patriarcais, na autoria de mulheres negras como potência do cerne contemporâneo, a partir de hooks (2019), Lobo (2007), Almeida (2017), entre outros. No último momento, haverá o questionamento dos conceitos da identidade fixa da mulher enquanto dialética da pós-modernidade, com o intuito de perceber o risco que se corre ao acreditar em uma resolução da problemática de gênero, a partir de McLauren (2016), Woodward (2013), Hall (2019), entre outros. Por fim,

avaliaremos o *corpus* de análise sob a perspectiva do trabalho imaterial, aprofundando a leitura das personagens mulheres, no que se refere à voz narrativa e às brechas dos discursos, e reafirmando um diálogo indissociável da literatura com a produção da subjetividade. Nas considerações finais, perceberemos o intercruzamento entre trabalho imaterial e personagens mulheres como potência da literatura de Maria José Silveira, bem como do fenômeno da contemporaneidade, trazendo conclusões que pressupõem o desdobramento de futuras pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Personagens mulheres; Potência; Maria José Silveira; Crítica literária; Trabalho imaterial; Identidade.

ABSTRACT

Immaterial work is the production of subjectivity that is expressed through language, affections, thoughts and other abstractions of the worker or not, differentiating itself from material work that uses labor as a *modus operandi*. Studied in the Social Sciences, this subjective demand for work crosses Literary Criticism, not only hybridizing with literature itself, but also giving rise to a productive debate regarding women. In this way, the objective of our research is based on the defense that immaterial work is the power of Maria José Silveira's female characters, produced outside – or within – the capitalist system, based on three literary works: *Her mother's mother's mother & her daughters* (2002), *Eleanor Marx, daughter of Karl* (2002) and *Pauliceia of a thousand teeth* (2012). The choice of works is justified by the incipient critical fortune on the author developed until the present moment, as well as by the recurrence of female characters in her books, which are expressed under the bias of subjectivity. In addition, our thesis proposes to demonstrate which erasures exist in debates about contemporary literature, and it is common, therefore, to find repetitive ways of reading that are alien to the new demands of this literature. Therefore, we will analyze immaterial work – production of subjectivity – in its multiple views, from authors such as Lazzarato (2014; 2019), Gorz (2005), Castiano (2018) Negri (2003); the relationship of immateriality with literary criticism and its concept porosities, from Compagnon (2010), Schmidt (2017), Garramuño (2014), Ludmer (2010), among others. Subsequently, we will survey articles produced on the author's works, in order to elucidate the critical fortune tangent to the proposal of the thesis, from Plácido and Rodrigues (2018), Turchi and Silva (2007), among others. With this, we will present how literature can be a reproductive machinery of discourses of social subjection, from Spivak (2010), Justino (2017), among others. Afterwards, we will enter into the discussion of the immaterial work produced by women within literature, replacing their “role” as power or as predictable spaces, based on Foucault (2014), Lazzarato (2021), among others; in addition to the survey of female characters in dialogue with capitalist machinery, within the work of Maria José Silveira, Eleanor Karl, daughter of Marx (2002); therefore, we will move towards the problem of women fiction writers, whose focus persists in female authorship and their reproductions of patriarchal stigmas, in the authorship of black women as a power of the contemporary core, from hooks (2019), Lobo (2007), Almeida (2017), among others. At the last moment, there will be a questioning of the concepts of the fixed identity of women as a dialectic of post-modernity, in order to understand the risk that one runs in believing in a resolution of the gender problem, from McLauren (2016), Woodward (2013), Hall (2019), among others. Finally, we will evaluate the corpus of analysis from the perspective of immaterial work, deepening the reading of women characters, with regard to the narrative voice and gaps in

speeches, and reaffirming an inseparable dialogue between literature and the production of subjectivity. In the final considerations, we will perceive the intersection between immaterial work and female characters as a power of Maria José Silveira's literature, as well as the phenomenon of contemporaneity, bringing conclusions that presuppose the unfolding of future research.

KEYWORDS: Female characters; power; Maria Jose Silveira; Literary criticism; Immaterial work; Identity.

RESUMEN

El trabajo inmaterial es la producción de subjetividad que se expresa a través del lenguaje, los afectos, pensamientos y otras abstracciones del trabajador o no, diferenciándose del trabajo material que utiliza el trabajo como *modus operandi*. Estudiada en las Ciencias Sociales, esta demanda subjetiva de trabajo atraviesa la Crítica Literaria, hibridándose no sólo con la propia literatura, sino dando lugar a un productivo debate en torno a la mujer. De esta forma, el objetivo de nuestra investigación parte de la defensa de que el trabajo inmaterial es el poder de los personajes femeninos de Maria José Silveira, producido fuera – o dentro– del sistema capitalista, a partir de tres obras literarias: *La madre de la madre de su madre y sus hijas* (2002), *Eleanor Marx, hija de Karl* (2002) y *Pauliceia de los mil dientes* (2012). La elección de obras se justifica por la incipiente fortuna crítica acerca de la autora desarrollada hasta el momento presente, así como por la recurrencia de personajes femeninos en sus libros, que se expresan bajo el sesgo de la subjetividad. Además, nuestra tesis se propone demostrar qué borraduras existen en los debates sobre la literatura contemporánea, y es frecuente, por tanto, encontrar modos de lectura repetitivos y ajenos a las nuevas exigencias de esta literatura. Por ello, analizaremos el trabajo inmaterial - producción de subjetividad- en sus múltiples miradas, desde autores como Lazzarato (2014; 2019), Gorz (2005), Castiano (2018) Negri (2003); la relación de la inmaterialidad con la crítica literaria y sus porosidades conceptuales, de Compagnon (2010), Schmidt (2017), Garramuño (2014), Ludmer (2010), entre otros. Posteriormente, relevaremos artículos producidos acerca de la obra del autor, a fin de dilucidar la fortuna crítica tangente a la propuesta de la tesis, de Plácido y Rodrigues (2018), Turchi y Silva (2007), entre otros. Con ello, presentaremos cómo la literatura puede ser una maquinaria reproductora de discursos de sujeción social, desde Spivak (2010), Justino (2017), entre otros. Posteriormente, entraremos en la discusión acerca del trabajo inmaterial producido por las mujeres dentro de la literatura, reemplazando su “rol” como poder o como espacios predecibles, a partir de Foucault (2014), Lazzarato (2021), entre otros; además del relevamiento de personajes femeninos en diálogo con la maquinaria capitalista, dentro de la obra de Maria José Silveira, *Eleanor Karl, hija de Marx* (2002); por tanto, avanzaremos hacia la problemática de las mujeres escritoras de ficción, cuyo foco persiste en la autoría femenina y sus reproducciones de los estigmas patriarcales, en la autoría de las mujeres negras como poder del núcleo contemporáneo, desde hooks (2019), Lobo (2007), Almeida (2017), entre otros. En el último momento, se hará un cuestionamiento de los conceptos de identidad fija de la mujer como dialéctica de la posmodernidad, para comprender el riesgo que se corre al creer en una resolución del problema de género, desde McLauren (2016), Woodward (2013), Hall (2019), entre otros. Finalmente, evaluaremos el corpus de análisis desde la

perspectiva del trabajo inmaterial, profundizando en la lectura de personajes femeninos, en lo que respecta a la voz narrativa y los vacíos en los discursos, y reafirmando un diálogo inseparable entre literatura y producción de subjetividad. En las consideraciones finales, percibiremos la intersección entre obra inmaterial y personajes femeninos como potencia de la literatura de Maria José Silveira, así como el fenómeno de la contemporaneidad, trayendo conclusiones que presuponen el desenvolvimiento de futuras investigaciones.

PALABRAS CLAVE: Personajes femeninos; Potencia; María José Silveira; Crítica literaria; Trabajo inmaterial; Identidad.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 TRABALHO IMATERIAL E CRÍTICA LITERÁRIA	19
2.1 Ecos do trabalho imaterial	19
2.2 Trabalho imaterial, linguagem e rasuras da crítica	30
2.3 Maria José Silveira e a crítica literária	48
2.4 Desfazendo a “máquina literária”	56
3 O DEVIR-MULHER COMO TRABALHO IMATERIAL NA LITERATURA	62
3.1 A potência das mulheres na literatura	62
3.2 <i>Eleanor Karl, filha de Marx</i> : as duas faces do trabalho imaterial	67
3.3 Mulheres ficcionistas	75
3.4 A dialética das identidades fixas	83
4. A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DAS PERSONAGENS MULHERES	89
4.1 As mulheres ficcionalizadas de Maria José Silveira	89
4.1.1 <i>As mulheres da Pauliceia</i>	89
4.1.2 <i>A geração de mulheres de A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas</i>	94
4.2 Algumas considerações sobre as obras	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

O trabalho imaterial tem ancorado um debate muito pertinente às produções culturais contemporâneas, tendo em vista que amplia o conceito marxista de *general intellect*¹, isto é, do capitalismo cognitivo, para a experiência abstrata da vida comum dos sujeitos trabalhadores ou não. Junto a isso, a indústria cultural, expressiva na pós-modernidade, revela em sua essência a captação do referido capital cognitivo para a circulação do mercado, já que o seu valor não está apenas no produto em si, mas na transformação e assimilação dos desejos e gostos individuais. Nessa perspectiva, o trabalho imaterial tem se tornado um pressuposto para as máquinas de poder.

Por outro lado, o trabalho material, responsável pelas relações de trabalho longamente estudadas pela economia política e bastante difundido como propulsor da divisão de classes em uma sociedade que se alimenta das hierarquias, surge como insuficiente para o estudo dos indivíduos trabalhadores, uma vez que o valor de uso e o valor de troca não conseguem medir a força intelectual que se manifesta nesse sujeito pós-moderno, com suas novas demandas. O “mundo-caos” da contemporaneidade repleta de trabalho vivo não permite limitações conceituais sobre a incessante investida do maquinário capitalista, a qual visa aproximar cada vez mais o corpo da máquina – concreta ou subjetiva.

Isso explica a captura dos movimentos sociais, a exemplo dos feminismos, transmutados pela disseminação e venda de seu discurso ideológico em empresas da grande indústria da moda. O “*we can do it!*”² ultrapassa o status de lema da bandeira das mulheres e alcança cabides de grandes departamentos de roupas, o que transforma a ideologia em um produto lucrativo. Apesar de, como já foi mencionado, haver essa interseção entre trabalho material e trabalho imaterial, há

¹ O termo se refere ao trabalho como força produtiva, proposto por Marx (2011) em seu *Gundrisse*, esboços da crítica da economia política. A obra foi concluída em 1858, mas postumamente publicada em 1941.

² Chamado *Rosie, a Rebitadora*, originalmente o cartaz foi idealizado para ser uma propaganda de guerra dos Estados Unidos. Criada por J. Howard Miller para a fábrica Westinghouse Electric Corporation, com o objetivo de incentivar as mulheres americanas trabalhadoras durante a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2017/12/conheca-a-historia-por-tras-de-rosie-o-cartaz-simbolo-do-feminismo-que-nao-foi-criado-com-essa-intencao/>. Acesso em: 01 jun. 2020.

também o trabalho com a linguagem, que se torna válido pelo que se entende por *trabalho*, uma vez que produz subjetividades, invadindo a vida dos sujeitos e adentrando em seus discursos políticos, afetos, gostos, pensamentos e comunicação.

Nesse viés, existem dois caminhos inerentes à linguagem, sobretudo, a literária, que podem se apresentar em nosso levantamento de hipóteses: a linguagem ora como ponto de problematização dos imperialismos sociais e culturais, ora como força reprodutora de discursos excludentes e controversos. Para escolher um caminho, torna-se necessário averiguá-la como *modus operandi* presente nas relações entre os sujeitos, desde o seu viés mais comunicativo elementar até o próprio significante literário mais elaborado, instrumento de discursos pré-determinantes camuflados em uma sociedade que sobrevive de extremismos e conservadorismos linguísticos.

Isso pode ser percebido de modo mais concreto no caráter da negação pelo discurso, ao passo que afirma a si próprio e intensifica estigmas, sob a justificativa de eliminá-los. Exemplo dessa constatação está na crise relativa ao uso de termos politicamente corretos, tão debatidos na contemporaneidade, bem como na linguagem que se constitui no momento que racializa o outro por meio da negação³ (“eu não sou negro, eu sou moreno”). E, mesmo sabendo que o significante não é o único vetor para os discursos que se propagam socialmente, é preciso considerar que o plano linguístico tem se mostrado necessário, mas não suficiente para as análises literárias interculturais. Logo, o descrédito aos essencialismos, presente nos debates do pensamento pós-68, é parte desse intercruzamento político e linguístico-literário.

Sendo assim, o panorama literário, compreendido como um trabalho com a linguagem e como uma produção cultural expressiva, torna-se mais um veículo de apropriação do *general intellect*. É na literatura que nos deparamos com o encontro da ficção com a realidade; com os personagens das mais variadas origens; com os choques culturais; com os afetos produzidos entre os sujeitos; com os debates sociais; ou seja, com um amálgama de possibilidades linguajeiras que se mostram

³ Gabriel Nascimento dos Santos (2019) aponta, sobre o racismo linguístico, que “[...] é preciso que haja o devir-negro do mundo, protagonizado pela linguagem como espaço de emancipação e hegemonia dos grupos historicamente marginalizados, tendo como mote a raça e sua desracialização discursiva, material, social e linguística dos nossos corpos” (p. 28). Assim, o autor propõe uma subversão do processo linguístico de conservadorismo, performado por meio dos eufemismos e do racismo linguístico.

para além dela, no momento que a lemos à luz do trabalho imaterial. Ou seja, a literatura é atravessada por saberes além dos textos (em um paradoxo, não lhes ignorando o significante), adentrando discussões de perspectivas várias, dentre elas os Estudos Culturais, reforçados pelo pensamento contemporâneo.

No entanto, tal atravessamento não implica no apagamento da literatura enquanto objeto de estudo autônomo, nem o desprezo teórico pelos estudos formalistas do século XX, por exemplo. Segundo essa linha conceitual, o caráter científico dado ao objeto literário – enquanto objeto estético – faz com que a língua prosaica seja diferenciada da língua poética, conferindo aos estudos literários uma desautomatização da percepção e, por conseguinte, uma importância dentro do panorama geral do cientificismo (como a Linguística). Além disso, a ideia de literariedade passa a ser colocada em foco, o que reforça uma imanência textual antes ainda não vista, por causa do biografismo, da psicologia e da historiografia que estavam no extraliterário.

Essas formulações teóricas, portanto, fizeram com que o extraliterário ficasse em um segundo plano, e tornaram-se essenciais para a legitimidade da literatura enquanto ciência, tendo em vista que questionaram a tradição ao demonstrarem abertura ao que era considerado “sub-literatura”. Nesse viés, os formalistas reafirmaram, embora haja distintas vertentes, a materialidade do texto que carrega em si processos de singularização que independem de contexto histórico, social, político. Mas, por outro lado, sabe-se que o próprio conceito de literatura é uma dialética histórica, bem como o conceito de literariedade é construído segundo critérios estéticos de grupos sociais, causando uma contradição na corrente teórica que a faz insuficiente para a leitura de textos literários em um contexto de pós-autonomia.

Diante desse contexto, a utilização de algumas nomenclaturas nesta tese sugere o imbricamento produtivo de uma corrente teórica que não deve ser desprezada juntamente às potencialidades imateriais das narrativas que serão analisadas, estas últimas escapando à totalidade da análise de imanência textual. Isto é, assim como o fenômeno difuso da historiografia literária enquanto linha nada linear, a reutilização de categorias literárias fundamentais, em um trabalho que se propõe pela ruptura, revela a insuficiência conceitual de termos “novos” para as novas demandas da literatura contemporânea. Então, por que não reaproveitar conceitos e ao mesmo tempo implodi-los?

Além disso, é preciso abordar a concepção de identidade construída cultural e socialmente dos sujeitos, uma vez que, a depender do modo como são trazidas ao longo da História, ganham nuances ora focadas no “eu” – sujeito iluminista –, ora focadas na indefinição – sujeito pós-moderno. Dessa maneira, os debates que giram em torno das referidas definições entram em uma problemática reveladora de uma crise identitária inerente ao século XXI, pois ao mesmo tempo que há uma necessidade constante de afirmação de identidade, por parte dos movimentos sociais, como forma de dar visibilidade àqueles que foram silenciados – grupos LGBTQIA+, negros, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, entre outros –, há também sobrecarga de identidade, causando o movimento oposto: a armadilha do estigma como potência.

No plano da literatura, tais sujeitos tornam-se personagens, como “o negro”, “o pobre”, “o bandido”, “a mulher”, “o gay”, “a trans”, entre muitas identidades que foram esquecidas – sobremaneira do ponto de vista da autoria – com características que desenham um protagonismo, no entanto, algumas vezes, ainda unitário, massificado e estigmatizado, muito embora se revelem com traços da diversidade. Logo, a montagem de uma identidade, que se reflete diretamente no âmbito das narrativas, se pretende fixa por uma questão de autoafirmação, ainda que lance mão do discurso que a oprime. Sendo assim, a leitura da produção de subjetividade poderia ser uma forma de desmantelar o sujeito fixo em uma identidade?

É válido frisar que, com o trabalho intelectual, existe tanto a construção de sujeitos individuados que se fixam em uma identidade – corpo, gênero etc –, o que no neoliberalismo é assumido por expressões como “capital humano” e “empresário de si”; quanto existe o desmonte do sujeito individualizado e suas representações, correspondendo, logo, a um processo de dessubjetivação, no qual máquina e homem constituem engrenagens intercambiáveis de uma estrutura produtiva. Para o primeiro dá-se o nome de “sujeição social”, e para o segundo, “servidão maquínica”. É nesse ínterim que a nossa tese irá se pautar, pois a atenção ao trabalho com a linguagem faz com que obras contemporâneas – ou ainda o olhar imaterial lançado para obras do passado – ganhem uma análise dos graus distintos de sujeição e servidão.

Em outras palavras, a crítica identitária, fazendo o uso dessas noções, ao passo que tem inserido no panorama de suas abordagens a literatura considerada subalterna, tem reforçado semioses estigmatizantes ao reinserir as próprias

identidades, recorrendo à inconsciente servidão maquínica ou aos modos dominantes do capitalismo que delineiam a sujeição social, o que se tornou uma problemática diante da crítica literária mais contemporânea. Nesse sentido, as obras produzidas no século XXI, da autora goiana Maria José Silveira, intituladas *Eleanor Karl, filha de Marx* (2002), *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002) e *Pauliceia de mil dentes* (2012), foram escolhidas com o objetivo de perceber as personagens mulheres, sob a perspectiva do trabalho imaterial e da descentralização da identidade.

A singularização do *corpus* tem a ver com o aparecimento considerável de personagens femininas da autora, sendo a obra *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002) uma história que envolve uma genealogia de mulheres iniciada no século XVI até o século XXI, a qual é intercalada pela ficcionalização da história do Brasil. Essa obra tem ganhado visibilidade, principalmente, fora do país (Estados Unidos e países da Europa). Quanto à obra *Pauliceia de mil dentes* (2012), existem personagens mulheres que se cruzam na grande São Paulo, em um contexto mais urbanizado e caótico, e que produzem sua subjetividade sob o viés do trabalho imaterial. Sobre *Eleanor Karl, filha de Marx* (2002), o hibridismo entre realidade e ficção, bem como as personagens mulheres são aspectos relevantes para a análise aqui proposta.

Portanto, outra razão que leva à escolha desse corpus se dá pelo fato de serem mulheres, ou seja, sujeitos sociais historicamente silenciados pelo patriarcado, vitimadas pelos diversos tipos de violência – simbólica, física, psicológica, institucional. Mesmo em meio à efervescência social dos movimentos em prol dos feminismos – transfeminismo, feminismo negro, liberal, interseccional, marxista etc –, as mulheres ainda são figuras que merecem destaque nas pesquisas – do ponto de vista autoral ou ficcional –, pois as problemáticas, como a tentativa de apagamento, o machismo estrutural e a invisibilidade quanto à produção de autoria feminina ainda persistem.

A justificativa se estende também para o fato de os livros da autora, distante de se inserirem em um cânone, já que pouco legitimados no Brasil, serem uma oportunidade dar mais visibilidade acadêmica à produção de autores vivos, o que já demonstra a não repetição de leituras teóricas direcionadas para autores consagrados. A inovação da pesquisa se faz pela atenção ainda incipiente dada ao estudo desta ficcionista, Maria José Silveira, a qual se inclui no rol de escrita de

autoria feminina no Brasil, não estando nos grandes centros econômicos do país (sua escrita parte do Centro-Oeste); bem como o fato de possuir multifaces linguísticas desestabilizadoras, mas também tautológicas, em sua obra, fazendo com que nossa tese seja focada na imaterialidade produzida por personagens mulheres na obra de Silveira.

Em uma divisão metodológica qualitativa e crítico-interpretativa que tem por objetivo discorrer sobre as referências apresentadas, no **Capítulo I** discutiremos sobre o trabalho imaterial e a crítica literária, refletindo acerca de conceitos já levantados sobre o que é trabalho material, a partir de Lazzarato (2014; 2019), Gorz (2005), Castiano (2018) Negri (2003), entre outros, de modo mais elementar, mas recaindo intensamente sobre a abordagem do viés imaterial, estabelecida pelas suas relações com a contemporaneidade e com a linguagem enquanto motor do trabalho abstrato. Posteriormente, enfocaremos na linguagem literária enquanto “máquina”, pois ela também se apresenta problemática tanto nas obras ficcionais, quanto na crítica que é desenvolvida acerca dela, a partir de Compagnon (2010), Schmidt (2017), Garramuño (2014), Ludmer (2010), entre outros.

Assim, buscaremos apontar algumas lacunas de abordagens teóricas que são aceitas, muitas vezes, sem questionamentos pelos estudiosos e/ou leitores. Após, nos deteremos na fortuna crítica, ainda restrita, existente sobre a narrativa de Maria José Silveira, confirmando hipóteses de redundância de análises e leituras ora produtivas, ora superficiais, e lançando mão de novas linhas de fuga: mulheres como potência do trabalho imaterial, a partir de Plácido e Rodrigues (2018), Turchi e Silva (2007), entre outros. Para finalizar esse capítulo, apresentaremos como a literatura pode ser um maquinário reprodutor de discursos de sujeição social e de servidão maquínica, ao passo que pode surgir como um espaço de reconfiguração no que se refere ao modo de ler a linguagem literária à luz de seus aspectos imateriais, a partir de Spivak (2010), Justino (2017), entre outros.

No **Capítulo II**, por sua vez, adentraremos na discussão do trabalho imaterial produzido pelas mulheres dentro da literatura, recolocando o seu “papel” como potência, ao mesmo tempo em que o reinserindo em espaços previsíveis, a partir de Foucault (2014), Lazzarato (2021), entre outros. Além disso, o levantamento de personagens mulheres dentro da obra de Maria José Silveira, *Eleanor Karl, filha de Marx* (2002), de forma análoga, será avaliado como parte integrante dessa pesquisa que se propõe a uma leitura mais horizontal, no sentido intercultural.

Avançaremos, ainda, para a problemática das mulheres ficcionistas, cujo foco persiste na autoria feminina e suas reproduções de estigmas, de lugares silenciados; na autoria de mulheres negras como potência do cerne contemporâneo, averiguando minimamente sua história e seus lugares de fala, a partir de hooks (2019), Lobo (2007), Almeida (2017), entre outros. O questionamento dos conceitos da identidade fixa enquanto dialética da pós-modernidade também será um ponto de pesquisa pertinente, a fim de averiguarmos o perigo que se corre ao acreditar em uma resolução ilusória da problemática de gênero, tão discutida nos últimos anos, a partir de McLauren (2016), Woodward (2013), Hall (2019), entre outros.

No **Capítulo III**, avaliaremos as obras de Maria José Silveira, *Pauliceia de mil dentes* (2012) e *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002) sob a perspectiva do trabalho imaterial, aprofundando a leitura das personagens mulheres, em seus aspectos ficcionais, no que tange à voz narrativa e às brechas dos discursos que são lançados acerca das figuras femininas. Além disso, este último capítulo reitera aspectos históricos e estruturais da narrativa, para questioná-los, mas também para reafirmá-los em um diálogo indissociável com a produção da subjetividade.

Nesse sentido, nossa pesquisa encaminhará um efetivo debate metacrítico em torno das questões oriundas da tensão entre tradição literária e pós-autonomia, sem que sejam excludentes, como o questionamento do critério estético sendo definidor da leitura da obra, a ausência das leituras críticas que adentrem na produção subjetividade dos personagens mulheres, o excesso identitário como armadilha, o debate de gênero passando ao largo de suas controvérsias, a verticalização das categorias fundamentais das narrativas sem o devido questionamento e a sua repetição nas abordagens críticas, mesmo na produção contemporânea, longe de um viés relacional.

Com isso, não se pretende aqui levantar um inconformismo sem causa e nem lançar uma discussão que já vem sendo levantada nos últimos anos em relação à problematização do cânone literário e das lacunas existentes no que tange às leituras das obras mais contemporâneas, mas lançar a tese do trabalho imaterial das mulheres na literatura de Maria José Silveira como forma de resistência ao apagamento de suas vozes pelo discurso que tenta colocá-las em evidência. Mais do que isso, aqui se discute o papel do crítico literário e uma proposta horizontalizada sobre um novo método de análise sob o viés do trabalho imaterial.

Logo, o trabalho de doutoramento também possui uma perspectiva não conclusiva, apontando especulações e considerando todos os estudos que já foram desenvolvidos até o momento, a exemplo dos artigos e dissertações produzidas acerca da autora estudada Maria José Silveira. Todavia, isso não deverá nos limitar de lançar novas perguntas a respeito da crítica mais recente, nem de demonstrar um novo material sobre a ficcionista, o que confere um caráter precursor ao nosso trabalho.

2 TRABALHO IMATERIAL E CRÍTICA LITERÁRIA

2.1 Ecos do trabalho imaterial

A discussão acerca das relações de trabalho advém dos estudos que compõem o quadro da modernidade do século XIX, desenvolvidos por Karl Marx e Friedrich Engels, servindo de base para os estudos sociais da economia. Embora sejam estudos primordiais para o entendimento do conceito de trabalho material, não nos deteremos neles, haja vista que nossa tese se pauta na reconfiguração do trabalho imaterial dentro do panorama literário, deixando no *background* as pesquisas que definiram cientificamente a produção, a mão de obra e os tipos de valor. Logo, seremos induzidos, inicialmente, à focalização nas reverberações abstratas do conceito de trabalho imaterial, potência subjetiva bastante discutida no pós-fordismo, momento em que a vida profissional se mistura à vida privada.

Desse modo, é válido pontuar que as concepções de trabalho vêm se alargando ao longo do tempo, o que demanda a criação de novas formulações teóricas, pois as já existentes não dão conta das constelações subjetivas do mundo contemporâneo. É perceptível, nesse sentido, que a indústria não se restringe mais aos produtos, alargando-se à comunicação, à linguagem, às artes, aos movimentos sociais, entre muitos outros vieses que intercalam as relações entre os sujeitos e a vida. Tal percepção nos indica um “fora” que se insubordina ao capital lucrativo e que acaba sendo reproduzido pelos sujeitos, gerando um trabalho vivo, literalmente. Dessa forma, surge o conceito de *trabalho imaterial*.

Sobre o “fora”, Negri (2003) afirma que o objeto que o método deveria abordar no presente é difícil de se afirmar, pois o que antes, no pensamento metodológico, trazia um certo dualismo entre o ponto de observação e o ponto observado, hoje acaba não acontecendo mais: não existe mais um “fora”, como uma coisa estável. Ao contrário disso, estamos dentro, imersos. No entanto, o aludido termo, que aqui será utilizado, se debruça apenas sobre o conceito de trabalho imaterial, tratando-se de uma força centrífuga que parte do centro das discussões sobre a concepção de trabalho material. Mesmo tendo o caráter subjetivo e não palpável, o uso da expressão “fora” não compromete a reflexão de Antonio Negri (2003) dentro da crítica contemporânea, pois está subentendido que estamos todos imersos na imaterialidade.

Podemos, logo, contextualizar o conceito de imaterialidade a partir dos estudos de André Gorz (2005), em sua obra *O imaterial*, em que ele aborda sobre a expressão do “capital do conhecimento”, referindo-se a um saber que não se permite ser manipulado como mercadoria. Desde a sua ponderação sobre o capital humano, ele aponta para o saber vivo – experiência, capacidade de organização e de comunicação etc – como sendo além da lógica do capitalismo de mercado, uma vez que explora o componente comportamental do sujeito, e não mais o tempo dispendido para determinada atividade. Dessa forma, o autor afirma: “O coração, o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial” (GORZ, 2005, p. 19).

Em relação ao tempo dispendido para atividades que se sustenta em uma lógica taylorizada, ou seja, em que há a mecanização e a eliminação de quaisquer saberes ou habilidades relacionadas ao cotidiano, é possível questionar como essa valorização pós-fordista de trabalho imaterial se configura hoje, principalmente no contexto virtual, já que a imaterialidade acaba também virando uma forma de capital e de mecanização, nem sempre deixando de ser capturada pelo viés capitalista. Ao ser manipulado como mercadoria, o trabalho intelectual acaba, por vezes, encontrando-se em um padrão muito parecido com o labor material.

Isso fica evidente quando apontamos, por exemplo, o processo de *tiktorização*⁴ do trabalho: os usuários das redes sociais usam o capital cognitivo, trazendo postagens curtas com informações relativas ao trabalho (médicos, odontólogos, professores, entre muitos outros profissionais) de forma mais dinâmica (danças, música, legendas) e, com isso, direcionando o foco na monetização a depender da quantidade de visualizações e interações. Tornando-se “empresário de si”, o empregado se depara em uma rede subjetiva de relações de trabalho, pois “o marketing e a propaganda fabricam valores simbólicos, estéticos e sociais” (GORZ, 2005, p. 11).

Nessa linha, o sujeito que usa o espaço virtual para gritar sua “liberdade de expressão” ainda continua preso às amarras do capitalismo, pois à medida que se vê como empresário de si, assume a responsabilidade de fazer com que as engrenagens monetárias continuem a girar (CASTIANO, 2018). Logo, não consegue ser plenamente “livre” daquilo que, muitas vezes, questiona – em relação ao próprio

⁴ Referência ao *TikTok*, rede social que tem ganhado notoriedade nos últimos anos (com sua versão estável desde 2020) por causa da monetização através da criação e do compartilhamento de vídeos curtos.

sistema. O comodismo das redes pode enfraquecer a revolução social, limitando a opinião a um clique. Apesar de ser uma possibilidade real, também existem potências que surgem a partir do cerne virtual, a exemplo do “Vem pra Rua”, em 2013, movimento social inicialmente contra o aumento das tarifas do transporte público.

No entanto, o aparecimento do *homo economicus* nesse contexto, segundo Castiano (2018), traz como resultado, dentro do viés neoliberal (de aspecto “monstruoso” e pouco aprofundado), o desaparecimento do sujeito histórico-revolucionário de engajamento social e de lutas, o que ele chama de dessubjetivação:

Portanto, o sujeito neoliberal aparenta ser livre, enquanto, de facto é um sujeito duplamente "submetido": ao determinismo economicista do capital financeiro mundial, por um lado; e, por outro, está "submerso" em comunidades virtuais "oferecidas" de forma fluída, por via da navegação e da navegabilidade em páginas *web*. É uma submissão e submersão que resulta em seu desaparecimento, isto é, sua dessubjectivação pela máquina neoliberal (CASTIANO, 2018, p. 223).

“Desaparecimento” se configura como um termo muito taxativo, tendo em vista que o sujeito fragmentado da contemporaneidade não pode ser definido pelo $n-1$ ⁵, pela inexistência, mas talvez pela tensão que há entre estar preso às redes do sistema através da *web* e não conseguir lutar contra o sistema estando imerso nele. Dessa forma, ele não deixa de produzir subjetividades através da linguagem e das emoções que o circundam, os quais podem não ser essenciais para a mobilização social efetiva, mas sim para a reconfiguração de um sujeito não mais voltado para apenas para a ação social.

Desse modo, ainda que a referida fabricação parta das grandes estruturas de poder, é possível afirmar que esses valores também podem partir do indivíduo para as estruturas, fazendo com que ele não mais se separe do maquinário capitalista em uma hierarquia desgastada, nem se subordine a ele. Isto é, eles se tornam

⁵ “Na verdade, não basta dizer Viva o múltiplo, grito de resto difícil de emitir. Nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvir. É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre $n-1$ (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída, escrever a $n-1$. Um tal sistema poderia ser chamado de rizoma” (DELEUZE; GUATARRI, 1995, s/p). Ou seja, $n-1$ é a fórmula do rizoma, subtraindo da multiplicidade (n) a unidade (-1), isto é, o elemento unificador, já que não há uma estrutura única que dê conta da multiplicidade.

estruturas intercambiáveis e interpenetráveis, sobretudo, nas grandes redes de comunicação, o que traz aos indivíduos certa autonomia na gestão de trabalho, bem como traz uma problematização acerca da concepção de valor.

A lógica de algumas empresas apresenta como a produtividade deve ser medida, fazendo com que já disponham, em suas seleções para a contratação de funcionários, profissionais dos recursos humanos utilizando estratégias para diagnosticar os aspectos pessoais, afetivos e comunicativos que transcendem o labor físico da empresa. Ou seja, o saber deixa de ser meramente técnico. “O capitalismo neoliberal começa a interessar-se mais pelas emoções, porque compreende que é daí onde pode maximizar os rendimentos do capital. Pode aproveitar as emoções para vender e vencer” (CASTIANO, 2018, p. 172).

Nesta linha de pensamento, Gorz (2005) afirma que o indivíduo ou as grandes empresas, como as de *software*, reconfiguram o conceito de riqueza, não lançando mão de um saber objetivado, mas sim de uma atividade social e comunicativa que independe de um comando, cujas ações são independentes. Na verdade, “é o desenvolvimento do indivíduo social que se apresenta como o grande pilar de sustentação da produção e da riqueza” (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p 52). O autor André Gorz (2005), além disso, tece paralelos com a ciência e suas articulações com o capital, o que também vem sendo ressignificado em benefício de formas de vida e de inteligência pós-biológicas.

Com essa passagem do trabalho material e objetivo, que se utiliza da mão de obra, para o trabalho abstrato, torna-se visível a complexidade do conceito de *general intellect*, que, de acordo com Virno (2013), é o estágio no qual as abstrações mentais se tornam abstrações reais. Ele constata que parte desse trabalho não se coagula com o capital fixo, mas se desenvolve na interação comunicativa, nas formas dialógicas, nos jogos linguísticos, ou seja, aquilo que passa ao largo do setor econômico. O autor afirma, ainda, que a relação do *general intellect* muito tem a ver com a ação política, não se vertendo, em parte, ao sistema de máquinas.

Isto é, ele não é o conjunto de conhecimentos adquiridos pela espécie, e sim a faculdade de pensar, potência como tal, distanciando-se das inúmeras realizações particulares. Quanto aos jogos linguísticos, é importante revisitar a noção de linguagem de Noam Chomsky (1998):

[...] a faculdade de linguagem entra de modo crucial em cada um dos aspectos da vida, do pensamento e da interação humanos. Ela é, em grande parte, responsável pelo fato de, sozinhos no universo biológico, os seres humanos terem uma história, uma diversidade e evolução cultural de alguma complexidade e riqueza, e mesmo sucesso biológico, no sentido técnico de seu número ser enorme (CHOMSKY, 1998, p. 10).

A relação entre a linguagem e o poder capitalista se configura como a concepção supracitada no sentido de a faculdade da linguagem estar diretamente relacionada à vida, ao pensamento e à comunicação. Além disso, ela está ligada a fatores biológicos que antecedem a definição exata dos sistemas da língua, expandindo-se para o registro da bagagem cultural, social e histórica do ser humano, o que a torna primordial para o debate do trabalho imaterial. A linguagem acaba sendo um traço da produção de subjetividade enquanto aquilo que escapa – não em sua totalidade – aos domínios dos sistemas de poder do capitalismo.

Desse modo, crê-se que este tipo de trabalho não se reproduz sob a lógica da exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade, fazendo com que o trabalho defina mais o capitalista do que ao contrário (LAZZARATO; NEGRI, 2013). Seria importante ressaltar, diante disso, que não estamos afirmando que o maquinário capitalista não reage quanto à imaterialidade, até porque ele ainda significa poder. O aludido paradoxo, inclusive, é retomado por Virno (2013, p. 50), quando ele conclui que “não nos achamos mais perante os tão conhecidos processos de racionalização do Estado, mas, pelo contrário, constatamos hoje a chegada da *estatização do Intelecto*”.

O que queremos dizer é que essas nuances subjetivas, como a linguagem, ainda correm o risco de serem assimiladas pelo movimento pós-fordista, fazendo com que se pareçam totalmente independentes da exploração, mesmo quando não são. Talvez os modos pelos quais o trabalho imaterial apresenta suas articulações não sejam os da lógica de mercado, mas isso não implica que ele não esteja à mercê de uma servidão maquinica.

No contexto contemporâneo, tais relações não ficam livres absolutamente, já que o sistema capitalista absorve, como uma “grande boca de mil dentes”⁶, tudo que aquilo que pode gerar lucro, inclusive o que é impalpável:

⁶ Referência à obra de Maria José Silveira, *Pauliceia de mil dentes* (2012).

Como podemos inventar e praticar a igualdade sob essas novas condições de subjetivação? [...] Como podemos inventar e praticar tanto a igualdade como a diferenciação ética (singularização) rompendo ao mesmo tempo com as servidões maquinicas e as sujeições sociais do capitalismo contemporâneo, que exercem esse duplo domínio sobre a nossa subjetividade? (LAZZARATO, 2014, p. 23).

Dessa forma, é possível perceber que ao mesmo tempo em que o trabalho imaterial parece superar o trabalho material, ao produzir subjetividade, ele também pode ser levado, moldado ao formato da produção de valor econômico, o que pode ser confirmado quando “materializa as necessidades, o imaginário e os gostos do consumidor” (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 66). Negri (2003) amarra esse pensamento, quando afirma que o trabalho, embora intelectual, permanece como trabalho explorado, pois na ontologia marxista, o mundo é criado pelo trabalho e este sempre será explorado enquanto existir capitalismo.

Assim, vê-se que parte da produção de subjetividade não escapa às mãos do maquinário capitalista, o qual devolve aos sujeitos-consumidores produtos de seu trabalho imaterial, estendendo-se desde os seus afetos até as artes. Toma-se como concretização dessa ideia as famigeradas datas comemorativas, momento em que o capitalismo se aproveita da superficialidade “marketeira”, rapidamente naturalizada, ao induzir a compra de bens materiais como premissa de um sentimento endereçado a outrem, isto é, a “materialização” do sentimento; indo até o campo das artes, quando são atravessadas pela indústria cultural, a exemplo da assimilação da música ou da literatura no mercado, existindo, muitas vezes, apenas com o fim de venda e de reprodução técnica.

Sobre isso, Hullo-Kentor (2009) desenvolve um ensaio acerca da obra de Walter Benjamin, *A arte na era da reprodutibilidade técnica* (1975), trazendo a dialética inerente à concepção de aura da arte que se quebra na modernidade, a partir de uma análise, sobretudo da fotografia e do cinema. Para tanto, é válido questionar a produção do encanto ilusório do cinema, que, segundo Benjamin (1975), é provocada pelo jogo do capitalismo que cria o artificial e desaturiza a obra de arte. Todavia, para o ensaísta, o âmago da aura resiste à própria ideia de sua quebra, já que na literatura, por exemplo, a aura depende da reprodutibilidade técnica, ou seja, não há reprodução verdadeira sem um original. Ele afirma:

Benjamin alija qualquer consideração da relação entre a aura das obras literárias e sua reprodução, porque a literatura é de forma por demais óbvia o resultado da reprodução técnica tal qual ele a descreve: ela existe em qualquer número de cópias; mesmo sendo um ato perturbadoramente humano, se esquia de todo debate estreito e faminto de reificação sobre a diferença entre o manual e o técnico; é separada de suas origens, etc. E, todavia, ainda que preenchendo todas as condições da reprodução técnica, a aura de *Absalão, Absalão*, por exemplo, não é necessariamente cancelada (HULLET-KENTOR, 2009, p. 14).

Essa percepção da captura da arte sem o cancelamento de sua aura original, mesmo dentro da lógica capitalista, se confirma quando entendemos a subjetividade por uma via de mão dupla: por um lado, ela escapa do centro, contorcendo-se no terreno do “sem-valor”, para, assim, adquirir sua autonomia e atuar na vida dos sujeitos de modo produtivo; por outro lado, ela pode conduzir a “queda” na armadilha da sujeição social, recorrendo à assimilação inconsciente de uma tautologia comportamental, já que o controle das instituições de poder recai fortemente sobre a linguagem, bem como sobre os gostos, desejos e afetos.

Resultado disso é o capital intelectual apresentando-se não de “dentro para fora”, mas “de fora para dentro”, no intuito de mascarar os interesses do mercado e de manter viva a lógica do discurso constituinte capitalista. O fato referenciado não impede, entretanto, de movimentarmos-nos entre o objetivo e o subjetivo, o construído e o instruído, o produtivo e produto; de estarmos no *dentro*, que em sua dimensão pós-moderna, revela-se como terreno exclusivo de análise e como projeção dos valores para os quais a gente vive e produz (NEGRI, 2003, grifo do autor).

De modo análogo, Ludmer (2010) aponta para dentro-fora na literatura: “Muitas escrituras do presente atravessam a fronteira da literatura (os parâmetros que definem o que é literatura) e ficam dentro e fora, em posição diaspórica: fora, mas presas em seu interior” (LUDMER, 2010, p. 1), hibridizando ficção e realidade, sendo literatura e não sendo ao mesmo tempo. As fronteiras tênues se apresentam na proposta das literaturas pós-autônomas, em que a realidade cotidiana não é a realidade histórica realista, nem a sua história política e social (a realidade separada da ficção), mas sim uma realidade produzida e construída pelos meios, pelas tecnologias e pelas ciências (LUDMER, 2010).

Quanto ao trabalho imaterial, Lazzarato e Negri (2013) afirmam que a relação com o capital não é somente antagonista; ela está além, pois é alternativa,

constitutiva de uma realidade social distinta; está no plano da potência, não apenas do poder. Em outras palavras, não se trata apenas de um antagonismo entre tipos diferentes de produção, mas “[...] esse trabalho imaterial torna-se a forma hegemônica do trabalho; o trabalho material é remetido à periferia do processo de produção ou abertamente externalizado” (GORZ, 2005, p. 19). É preciso questionar essa provável inversão de polos – forma hegemônica do trabalho e forma não hegemônica do trabalho –, pois em que medida esse argumento não apenas opera no interior da lógica do próprio capital, provocando-lhes algumas fricções?

Considerando uma possível mudança de paradigma que atua pela lógica dicotômica, a materialidade do trabalho deixa de ser o foco das relações trabalhistas dentro do contexto capitalista atual, o que não nega sua existência. Essas relações, segundo a linha marxista, são executadas pelos operários, gerando mais-valia⁷.

[...] Marx dizia que cada coisa era produzida entre natureza e cultura. No processo histórico, qualquer coisa tinha tanto um valor de uso quanto um valor de troca. O valor de uso representava algo que, por assim dizer, era congênito ao objeto mercadoria; o valor de troca, pelo contrário, derivava das relações sociopolíticas no conjunto do desenvolvimento dos modos de produção. Um exemplo extremo: a mesma força-trabalho antes tinha sido um puro valor de uso para depois se tornar mercadoria, isto é, valor de troca do mercado (NEGRI, 2003, p. 91).

A dimensão sociopolítica já aparecia nos tratados do autor referenciado por Negri (2003), o que pressupunha as relações sociais e de trocas – dialógicas – dentro do sistema capitalista. Além disso, o próprio Marx (2013), em *O Capital*, Livro I, já considerava o trabalho humano abstrato como arcabouço do trabalho produtivo, havendo um “dispêndio produtivo do cérebro”, o que desemboca, inevitavelmente na concepção social do trabalho e, por conseguinte, na vertente abstrata das produções trabalhistas que não apenas se utilizam da mão de obra.

Gorz (2005) considere saber e inteligência como instâncias diferentes, sendo a primeira como inata, intuitiva, e a segunda, a flexibilização para conhecer o novo. Logo, “empresários de si mesmos”, os trabalhadores são avaliados por qualidades expressivas e imaginativas, o que, mais uma vez, confirma a ideia de que o saber não é mensurável, objetivo, quantificado. Só assim, “no trabalhador precário, no jovem desocupado, trata-se ainda de pura virtualidade, de uma capacidade

⁷ O conceito de mais-valia está na relação entre produção de mercadoria, valor de uso, valor de troca e o valor do trabalho aplicado na produção (MARX; ENGELS, 2013).

indeterminada, mas que já contém todas as características da subjetividade produtiva pós-industrial” (LAZZARATO; NEGRI, 2013, p. 49-50).

Constata-se, então, que o trabalho material não é suficiente para dar conta da demanda de subjetividades que são produzidas até pelos sujeitos “desocupados”, fazendo com que haja uma instância de trabalho intelectual pertinente aos debates sociais contemporâneos. O desemprego, por exemplo, pode soar como um ócio improdutivo dentro do movimento do capitalismo que pressupõe uma produtividade relacionada, principalmente, a qualquer ação que gere um resultado financeiro. Todavia, o desempregado pode ser considerado produtivo porque sua diligência excede o pragmatismo, pois seus pensamentos, linguagem, afetos, ações cotidianas que passam ao largo da lógica industrial formulam o sujeito repleto de subjetividades.

A imaterialidade, nesse aspecto, não implica em um desejo de distinção de classe, pois a reorganização do trabalho se dá através de instâncias abstratas – como a comunicação, os afetos, os desejos – que tangenciam o próprio poder mesmo estando “dentro” dele, embora tenhamos discutido a captura da subjetividade como uma estratégia da lógica capitalista. No entanto, existe uma inespecificidade dessa produção que independe do “dentro fora”, já que mora numa espécie de entrelugar incapturável e, ainda, impalpável.

Pelbert (2011, p. 29) ratifica o “comum” inerente à imaterialidade do trabalho ao dizer que:

O trabalho dito imaterial, a produção pós-fordista, o capitalismo cognitivo, todos eles são fruto da emergência do comum: eles todos requisitam faculdades vinculadas ao que nos é mais comum, a saber a linguagem, e seu feixe correlato, a inteligência, os saberes, a cognição, a memória, a imaginação, e por conseguinte a inventividade comum. Mas também requisitos subjetivos vinculados à linguagem, tais como a capacidade de se comunicar, de relacionar-se, de associar, de cooperar, de compartilhar memória, de forjar novas conexões e fazer proliferar as redes.

Vale ressaltar que essa contemplação do capital cognitivo enquanto imprescindível no pós-fordismo não aconteceu desde sempre, sobretudo, em relação aos trabalhadores de manufaturas ou de indústrias taylorizadas (GORZ, 2005), uma vez que, nessas últimas, eram empregados métodos disciplinares, havendo uma destruição dos saberes cotidianos, os quais, em sua grande maioria, no cenário do pós, passam a ser valorizados e incorporadas à dinâmica das indústrias. A extensão da vida para além de habilidades objetivas exige dos

empregados habilidades que estão além do saber especializado, fazendo com que as exigências alcancem um patamar em que a vida profissional e a vida pessoal têm se tornado indissociáveis.

Nesse sentido, Negri (2003) afirma que o trabalho imaterial é compreendido como o conjunto de atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, as quais são realizadas pelos sujeitos, bem como pelos movimentos sociais, o que, segundo a linha marxista, em algum momento da história, sobretudo do século XIX, ficou relegado a energias inessenciais e não-afetivas. Na perspectiva de Virno (2013), Marx está demonstra estar perturbado pela forte semelhança entre a atividade do artista executante e a tarefa servil, a qual, ainda que ingrata e frustrante, não produz mais-valia, e por isso, pertence ao âmbito do trabalho improdutivo. Já hoje o debate percorre outro caminho, visto que o aumento da produção imaterial revela a expressão de atividades intelectuais que passam ser validadas como produtivas.

De acordo com Negri (2003), ainda, quando o cérebro humano se reapropria do instrumento de trabalho, então o capital não tem mais a oportunidade de exercer comando sobre o instrumento. Ou seja, ele escapa. Sendo assim, a reação capitalista que já foi mencionada anteriormente também acontece quando há a chantagem e o bloqueio social de produção toda vez que apresentem excedente. Como afirma Negri (2003, p. 101), “Pensar na extensão do saber e do conhecer ativo, à sua exuberância e ao seu excedente de valor, significa pensar em uma topografia explosiva do trabalho mental, mas também na tentativa de o capital bloquear sua potência”.

Os movimentos sociais, como os protestos feministas, as manifestações do *Black lives matter*⁸, as marchas da maconha, explosão de trabalho vivo e subjetivo, são, diversas vezes, alvo dessa chantagem e tentativa de interrupção pelo corpo que compõe a polícia, a política, a mídia e outros aparelhamentos “de braços largos” e dominantes que se alimentam do sistema capitalista. Assim, “Os tempos apocalípticos revelam que debaixo da fachada democrática, atrás das ‘inovações

⁸ “A #BlackLivesMatter foi fundada em 2013 em resposta à absolvição do assassino de Trayvon Martin. É uma organização global nos EUA, Reino Unido e Canadá, cuja missão é erradicar a supremacia branca e construir poder local para intervir na violência infligida às comunidades negras pelo estado e vigilantes. Ao combater e combater atos de violência, criando espaço para a imaginação e inovação negra e centralizando a alegria negra, estamos conquistando melhorias imediatas em nossas vidas”. Disponível em: <https://blacklivesmatter.com/about/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

econômicas', sociais e institucionais, encontramos sempre o mesmo ódio de classe e a violência do confronto estratégico" (LAZZARATO, 2019, p. 10).

Por outro lado, para Lazzarato (2019), apenas a saída da governabilidade poderia mudar o panorama, revelando, em contrapartida, que a sequência revolucionária na contemporaneidade parece apenas demonstrar a contraface do poder através da mística do motim e da ou idealismo do levante, sem efetivamente a abertura de um novo processo político. Há ainda uma expressão de vagueza que caracteriza as modalidades de ruptura, pois lança mão de liderança, da democracia libera e do povo, tudo aquilo que era recusado na revolução dos anos 60. Ou seja, ou esse novo processo consegue mudar as "razões" do capital, ou essas mesmas razões o transformarão, já que estamos num momento em que a máquina capitalista engole a "representação democrática" (LAZZARATO, 2019).

Paolo Virno (2013), por sua vez, considera este sujeito social e coletivo como "multidão", uma vez que ela se torna um conjunto composto por formas de vida, uma constelação social, antropológica e ética. É esta multidão contemporânea que aparece, através da linguagem, e que se expande para as expressões de trabalho imaterial, pois "enquanto que a produção material de objetos é demandada ao sistema de máquinas automatizadas, as prestações do trabalho vivo assemelham-se cada vez mais às prestações linguístico-virtuosísticas" (VIRNO, 2013, p. 40). Esse trabalho vivo requer uma relação com o Outro, com a alteridade tão inerente à multidão, repleta de singularidades, não se enredando no capital fixo.

Assim como "o assunto 'dinheiro' começou a ser de tal índole importante, que ultrapassa o escopo dos economistas ou dos banqueiros e dos financeiros; ele está transbordar para a esfera social [...]" (CASTIANO, 2019, p. 35), a invasão da discussão do âmbito econômico-social na literatura aparece de modo a suscitar novas abordagens. Para tanto, é preciso deixar esclarecido, de antemão, que não pretendemos, com isso, fazer um trabalho que torne a leitura crítico-literária secundária, mas que a faça dialogar com as instâncias de poder capitalistas em seus modos sub-reptícios. Além disso, demonstrar como a literatura enquanto arte também pode passar pelo crivo do discurso do poder.

Por meio deste arcabouço teórico sobre trabalho imaterial, é necessário avançar a discussão para o campo literário ou "prestações linguístico-virtuosísticas", tomando como pressuposto a literatura como um terreno propício à produção de subjetividades do *general intellect*, logo, como uma das artes, torna-se trabalho

imaterial por meio da linguagem. Através dela, é possível perceber diálogos entre os sujeitos, muitos dos quais são observados sob a ótica da secundaridade no próprio fazer literário ou do apagamento da imaterialidade, endossada pela crítica literária. Nas palavras de Justino (2017, p. 7), “ao colocar a linguagem como motor da economia, o capitalismo cognitivo tem na literatura um dos lugares apriorísticos de semiotização desta produção imaterial em seu labor cotidiano”.

Essa produção imaterial na literatura toma como pressuposto a produção discursiva, com materialidade linguística que dá margem para a discussão aqui levantada. Com isso, não objetivamos defender um novo conceito de literatura, mas tirá-la do seu lugar de “conforto” que se tem ao compreendê-la apenas sob o viés estético. Isso não implica que o significante presente na arte literária deva ser desconsiderado, mas sim implica em apontar as novas possibilidades que essa produção intelectual pode oferecer, tanto do ponto de vista da crítica quanto do ponto de vista da arte em si própria.

Portanto, Justino (2017) afirma que em nenhum outro lugar da produção discursiva, absolutamente, senão na literatura, a não divisão entre saber cotidiano e trabalho imaterial pode ser mais bem vista, estudada e avaliada. Todavia, é comum encontrar modos tautológicos de ler as obras, isto é, repetitivos e alheios às novas demandas da literatura contemporânea – a eclosão da autoficção, a inserção dos estudos culturais nas leituras, a não divisão entre ficção e realidade, as identidades nômades e fragmentadas, a tensão entre o urbano e o rural, a autoria politizada, entre outras –, exercendo a domesticação das “multidões” presentes nessas narrativas, vertendo pela unicidade narcísica e deixando em um lugar recôndito o trabalho intelectual dos sujeitos ficcionais.

2.2 Trabalho imaterial, linguagem e rasuras da crítica

Dentro do debate acerca do trabalho imaterial, é possível tecer elos com a linguagem considerada literária, sendo uma das suas expressões mais significativas, e com as rasuras da crítica literária, que se mostram na dinâmica do contemporâneo. Tais rasuras têm a ver com os termos utilizados pelas instâncias modeladoras dos valores literários, com base nas concepções socioideológicas que direcionam um conceito do que é literatura e de como lê-la. Mesmo havendo vários materiais que tratam a respeito do questionamento do que seria uma unicidade

literária, seu caráter que perpassa as diversas obras e sua possível inespecificidade, vale ressaltar que a proposta aqui é, sobretudo, ampliar o debate e relacioná-lo ao trabalho imaterial.

Nesse sentido, é importante pontuar, inicialmente, que as formas de comunicação verbal – dentre elas a literatura – se realizam dentro das relações de produção e da estrutura sociopolítica, já que são as condições econômicas que associam um novo elemento da realidade ao horizonte social, tornando-o pertinente, bem como são essas mesmas forças que criam as formas de comunicação ideológica – cognitiva, artística, religiosa etc –, as quais determinam as formas de expressão semiótica. A classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe, a fim de ocultar a luta dos índices sociais que é travada, com o intuito de fazer o signo monovalente (BAKHTIN, 2014).

Porém, segundo Bakhtin (2014), a palavra é a arena onde se confrontam valores sociais contraditórios, o que reflete os conflitos de classe no interior do mesmo sistema. A comunicação verbal, ainda de acordo com o autor, revela relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, fazendo com que a utilização da língua pela classe dominante reforce o seu poder. Dessa forma, a língua, expressão de fatos sociais, perfaz a literatura no sentido da materialidade linguística – e que não se limita a ela, pois existem também potências oralizantes na literatura, como o cordel e a literatura de autoria periférica –, trazendo ideologias, valores sociais e reflexo da divisão de classes.

Não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação em questão, mas sua ubiquidade social. Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais [...] (BAKHTIN, 2014, p. 42).

Desse ponto de vista social, a referida classe dominante dentro do âmbito literário pode ser entendida como a classe que conferiu ao termo “literatura” várias acepções a depender do contexto. Para a noção romântica de cânone, a literatura são os grandes escritores, colocando a “grande obra” como paradoxalmente única e universal e determinando um valor literário que pressupõe uma classe econômica e

uma linguagem com especificidade identitária/nacional. Em contrapartida, “Todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão” (COMPAGNON, 2010, p. 33), o que acaba deixando de fora várias obras.

Esse caráter de exclusão é reforçado, ainda, pela concepção humanista enquanto função, no qual prevalece a concepção da experiência literária como única capaz de proporcionar conhecimento do mundo e dos homens, denunciando um idealismo comprometido com o indivíduo burguês. Isso confirma, no entanto, que “a literatura pode estar de acordo com a sociedade, mas também em desacordo; pode acompanhar o movimento, mas também precedê-lo” (COMPAGNON, 2010, p. 37), acentuando sua função subversiva principalmente no que diz respeito à literatura dissidente do contexto de ditadura militar, bem como ao surgimento dos artistas malditos na metade do século XIX (COMPAGNON, 2010).

A literatura como forma de expressão, por sua vez, lança mão de uma concepção formalista que até hoje sobrevive, cuja ideia se pauta na diferença entre o uso cotidiano da linguagem como referencial e pragmático; ao contrário do uso literário da língua que é pragmático e estético. Jakobson, em um artigo intitulado “A novíssima poesia russa” (publicado originalmente em 1919), afirma que “O objeto da ciência literária não é a literatura, mas a literariedade, ou seja, o que faz determinada obra uma obra literária. [...] Em lugar de uma ciência da literatura criava-se um conglomerado de disciplinas caseiras” (JAKOBSON, 1987, p. 70-71). Essas “disciplinas caseiras” estão relacionadas aos historiadores da literatura que se serviam da psicologia, da política, da filosofia, entre outras áreas, deixando a literatura como segunda ordem.

Isto é, o formalismo apoiando-se na linguística e no estruturalismo, acaba trazendo para o debate as invariantes que fazem a condição verbal do texto ter validade, para além dos pontos de vista extraliterários. Mas será possível encontrar elementos exclusivamente literários, sobretudo no que se refere à produção literária contemporânea? Assim, Compagnon (2010) aponta sobre a flexibilidade do termo “literariedade”:

A ausência de marca é, ela mesma, uma marca, que o acúmulo da desfamiliarização é a familiaridade absoluta (ou o cúmulo da obscuridade, a insignificância), mas a definição de literariedade no sentido restrito, como traços específicos ou flexíveis, como organização específica, não é menos contraditória. Por outro lado, não somente os traços considerados mais literários se encontram

também na linguagem não literária, mas ainda, às vezes, são nela mais visíveis, mais densos do que na linguagem literária, como é o caso da publicidade (COMPAGNON, 2010, p. 42)

Relatando um paradoxo da teoria formalista, o autor afirma que a literariedade acaba se comprometendo com uma preferência extraliterária, já que o sistema de normas está apoiado num sistema de preferências. Este último, por sua vez, acaba deixando transparecer o caráter de mobilidade que o conceito de literatura possui, apresentando-se como uma realidade heterogênea, mas ancorando-se nas dicotomias (norma/desvio; forma/conteúdo), a exemplo das variações estilísticas, que são de pertinência linguística, não propriamente literária (COMPAGNON, 2010).

Dessa forma, vai senso reforçado o cânone literário, relacionado a um conceito de tradição que, assim como a “literatura”, passa por um problema epistemológico. Segundo Lemaire (2017), o termo “tradição” já foi relacionado ao atraso, imobilismo e conservadorismo, mas também o apego às noções práticas tradicionais. “A significação moderna da palavra *tradição* nasce num momento e contexto políticos bem definidos, a saber, os da lenta e progressiva ascensão política da alta burguesia europeia” (LEMAIRE, 2017, p. 16). Em outra perspectiva, segundo Compagnon (2010), a tradição literária é um sistema sincrônico em movimento, à medida que surgem novas obras, ou seja, cada nova obra provoca um rearranjo da tradição como totalidade.

Essa crise conceitual que mora no limite da teoria muito se assemelha ao debate da crise da literatura contemporânea enquanto definição, pois não só os critérios estéticos estão sendo postos em xeque, como também as próprias teorias que os pautam. Essa turbulência dentro do cenário literário reforça o entrelugar (ou um não-lugar?) que a literatura tem se encontrado, mas ao mesmo tempo demonstra a lacuna de uma resposta concreta sobre a legitimidade do cânone e a arbitrariedade que, muitas vezes, a crítica literária mais recente se propõe a debater.

Sendo assim,

Ou há um cânone legítimo, com uma lista imutável e uma ordem rígida, ou, então, tudo é arbitrário. O cânone não é fixo, mas também não é aleatório e, sobretudo, não se move constantemente. É uma classificação relativamente estável, e, se os clássicos mudam, é à margem, através de um jogo, analisável, entre o centro e a periferia (COMPAGNON, 2010, p. 249).

[...] a teoria, mesmo denunciando a ilusão do valor, não alterou o cânone. Muito ao contrário, ela o consolidou, propondo reler os mesmos textos, mas por outras razões, razões novas, consideradas melhores. [...] E a impossibilidade em que nos encontramos de justificar racionalmente nossas preferências, assim como de analisar o que nos permite reconhecer instantaneamente um rosto ou um estilo [...] não excluía constatação empírica de consensos, sejam eles resultado da cultura, da moda ou de outra coisa. [...] O valor literário não pode ser fundamentado teoricamente: é um limite da teoria, não da literatura (COMPAGNON, 2010, p. 250).

Dessa forma, percebe-se que o trabalho com a linguagem considerada literária e as discussões que giram em torno dela surgem como um desmembramento do específico proclamado historicamente para a literatura, ao passo que é reconfigurada por um cânone relativamente estável, embora o modo de ler as obras literárias tenha mudado. As controvérsias da validação consensual da tradição literária ficam no limite da teoria, sobretudo, e ainda ecoam na literatura contemporânea, quando esta também corre o risco de formar ou consolidar um novo cânone – reforçado pela emergência do subalterno e pela inespecificidade.

Por outro lado, de acordo com Schmidt (2017), é inegável as transformações da teoria como fomentadoras de uma verdadeira revolução nos estudos literários contemporâneos, permitindo questionamentos de várias ordens sobre o funcionamento da disciplina e a definição dos objetos, sobre a natureza da instituição literária e seus mecanismos de controle (discursos de valoração e interpretação; forma e função do cânone; relação com a narrativa da história da literatura), havendo hoje um enfraquecimento do termo “literário” no sentido estrutural de valor culturalmente específico, mas um fortalecimento do sentido antropológico.

Schmidt (2017) ainda confirma que a teoria contemporânea se liga ao campo das formas culturais, inserindo a literatura nos modos de produção material e processos sociais concretos. Nesse viés, ela completa que, assim, aprofundam-se questões sobre a relação da literatura com modos de subjetivação, com a constituição de identidades, à luz do reconhecimento das relações saber/poder e poder/saber inscritas nos mecanismos de controle e legitimação do processo de construção das tradições literárias. Essa ideia tem relação direta com a consciência da literatura enquanto sociopolítica, aquela que não mais se dissocia da perspectiva do trabalho – não só material, mas também imaterial.

A razão para o debate aqui proposto se configura não na negação do caráter idealizado e essencialista que se deu e ainda se dá na literatura, mas no fato de que ele ainda prevalece “nos discursos em defesas das tradições canônicas, nas histórias da literatura cujos modelos ultrapassados ainda circula, no meio acadêmico e que sustentam uma certa representação da literatura ou ‘imagem do literário’ nos cursos de Letras” (SCHMIDT, 2017, p. 31). Isto é, mesmo após esse novo “lugar-comum” que é problematizar a tradição literária, a defesa de uma especificidade literária surge como reação a seu suposto “desaparecimento” em meio aos estudos culturais, políticos, sociológicos em torno da literatura.

Contudo, a crise não parece sinalizar o fim da história da literatura, pelo contrário, fomenta um debate vigoroso sobre a necessidade de reconfigurar seus modelos e métodos considerando-se os novos conhecimentos que emergem da articulação entre teoria e pesquisa empírica sobre o passado, e que exigem uma investigação dos buracos negros historiográficos relacionados com a promoção ou supressão institucional da produção literária (SCHMIDT, 2017, p. 31).

Sobre a construção de uma “nova história literária”, seria possível conceber novos quadros de referência a partir do protagonismo das margens ou recuperar pesquisas históricas sobre o passado situados na zona de esquecimento, a fim de desvelar novas leituras, outras perspectivas, em contraponto às conhecidas? (SCHMIDT, 2017). Esses questionamentos são pertinentes, pois, a desapropriação do específico literário em virtude do entrecruzamento de fronteiras acaba gerando uma espécie de implosão do singular que mora dentro de uma mesma linguagem estética.

Garramuño (2014) retoma essa problemática, afirmando que essa aposta no inespecífico propicia imagens de comunicação expandida (múltiplas possibilidades de linguagem?), gerando práticas de não pertencimento. No entanto, o conflito surge quando a pergunta é: como descrever o retorno ao “literário mesmo” ou ao “literário enquanto tal” “para uma literatura que parece haver incorporado em sua linguagem e em suas funções uma relação com outros discursos em que o ‘literário’ mesmo não é algo dado ou pelo menos posto em questão?” (p. 35). Essa crise aponta a dificuldade de categorizar o literário nas produções atuais e na crítica emergente.

[...] mesmo quando os textos não recorram a uma indiferenciação tão marcada com respeito a outras ordens, também num número cada vez maior de textos literários uma série de perfurações em seu

interior – o esvaziamento da categoria de personagem, por exemplo; a desestruturação da forma romance, na ficção; os modos de estabelecer certa continuidade entre prosa e poesia como discursos indiferenciados – fizeram explodir no interior da literatura a possibilidade de definir tanto a literatura em geral como os gêneros e modalidades discursivos em particular a partir de uma especificidade que, mesmo em processo de construção, tivesse um sentido provisório ou ao menos limitado ao texto em questão (p. 87-88).

Sobre tal ponto, Ludmer (2010, p. 2) postula que “hoje se borram os campos relativamente autônomos (ou se borra o pensamento em esferas mais ou menos delimitadas) do político, do econômico, do cultural. A realidade ficção da imaginação pública as contém e as funde”. E acrescenta que, ao perder voluntariamente a especificidade e atributos literários, ao perder “o valor literário” (e ao perder “a ficção”) a literatura pós-autônoma perderia o poder crítico, emancipador e até subversivo que a autonomia atribuiu à literatura como política específica, já não podendo exercer esse poder.

Ou seja, o que é ora pode ser uma expansão da comunicação, ora pode ser a perda do poder, segundo a visão das autoras. Num contraponto, pensar pela perspectiva da perda do poder acaba por suscitar um possível abandono da literatura enquanto ciência autônoma, mas até que ponto isso – a busca pela autonomia – não se configura no hoje, entremeando-se na concepção de pós-autonomia, mesmo em meio às fronteiras porosas de valor literário? Seria possível o nascimento de uma nova “vertente” literária, comportando-se como a potência do inespecífico?

No que tange a essa tensão, parece surgir a necessidade de formular um novo sistema literário no contemporâneo (em uma linha cronológica), o qual Schmidt (2017) problematiza, pontuando que, por mais que ele abandone pressupostos da unidade, regularidades e totalidade em favor da coexistência de confluências e descontinuidades com relação aos fatos literários de um momento histórico, existe o temor de que, na prática, essa sistematização descritiva possa ser suscetível de redução a uma versão neoforalista da história da literatura, incapaz de dar conta das tensões e contradições históricas, políticas e ideológicas que envolvem a literatura no campo da cultura, cujos sentidos e valores são divergentes, antagônicos e conflituosos.

Sendo assim, o panorama literário mais recente se apresenta como “a esquisitice e as linhas de fuga, novos desejos de comunidades emergentes, novas formas de associar-se e dissociar-se que estão surgindo, nos contextos mais auspiciosos e desesperadores” (PELBERT, 2011, p. 41). Os referidos contextos auspiciosos e desesperadores se referem ao mundo pós-moderno, repleto de movimentos sociais, guerras civis, pandemia, problemas psíquicos, instabilidade política etc, trazendo à tona fissuras do sujeito pós-moderno. A literatura contemporânea, logo, tem se revelado espaço possível de comunidades emergentes que indiciam sintomas semelhantes ao século XVII, no sujeito barroco, e ao século XIX, no sujeito melancólico em meio à burguesia ascendente.

Benjamin (1984) aponta sobre o drama barroco alemão sendo habitado pela antecipação da catástrofe, afirmando que ele destruirá o homem e o mundo, mas não como uma catástrofe messiânica, que consuma a história, e sim como do destino, que o aniquila. Ou seja, não era mais possível fugir ao destino, como na Idade Média, o que gera um conflito. Em um contexto brasileiro, no período romântico, Bosi (2015) demonstra que o sujeito romântico está envolto pelas contradições próprias da Revolução Industrial e da burguesia ascendente, trazendo, assim como o homem barroco, um conflito regado a atitudes saudosistas ou reivindicatórias.

Essa crise, que ressurge na literatura contemporânea, pode ser vista do aspecto da inespecificidade da obra de arte. Tal discussão foi levantada por Garramuño (2014), quando ela afirma que algumas obras:

se equilibram num suporte efêmero e precário; outras exibem uma exploração de vulnerabilidade de consequências radicais; em outras ainda o nomadismo intenso e o movimento constante de espaços, lugares, subjetividades, afetos e emoções tornam-se operações que se repetem vezes seguidas. Mas todas elas revelam, em seu conjunto, – para além das diferenças formais entre elas –, um modo de estar sempre fora de si, fora de um lugar ou de uma categoria próprios, únicos, fechados, prístinos ou contidos (GARRAMUÑO, 2014, p. 12).

A autora ainda afirma que no interior da linguagem literária, vários tipos de especificidade são dissolvidos num número cada vez mais expressivo de textos que exibem uma intensa porosidade de fronteiras (GARRAMUÑO, 2014). Essa porosidade cria uma atmosfera fluida do contemporâneo que, assim como Ludmer

(2010) descreve, é apontada como uma indiferenciação entre o ficcional e o real, o que já se distingue de uma crise barroca ou romântica, visto que pelas estéticas apontadas percebe-se um caminho para autonomia da literatura com bastante especificidade da linguagem, reforçando um potencial crítico que hoje passa por uma tensão do inespecífico.

Isso pode ser observado na discussão tecida em relação à porosidade do trabalho que faz escapar de suas brechas – talvez não seja interessante pensar em uma substituição do material pelo imaterial, mas em uma “superação” deste último no panorama literário – a produção de subjetividade tensionada, a qual ora se comporta como poder, ora como potência. A referida ideia pode ser posta em xeque, no entanto, no que tange à necessidade de definir os conceitos do trabalho material e do imaterial como incomunicáveis, quando não são. A pós-autonomia que borra fronteiras na literatura também sobrevive à indistinção teórica, embora intentemos mostrar o foco da imaterialidade.

Além disso, em se tratando da burguesia já consolidada, desde o século XX, a ressignificação do sujeito individual que sofre “metástases” oriundas da indivisão do trabalho intelectual e material, tornando-se parte indissociável desses processos abstratos, configura também um trabalho linguístico, através do qual a literatura pode aparecer como *ethos* significante. Dessa forma, enxergar nela a potência das palavras (ou dos silêncios) e suas pequenas brechas, nem tão pequenas, onde moram a riqueza e a produtividade da literatura contemporânea, é um modo de demonstrar que “nenhuma identidade se basta a si e só num contexto de alteridades muitas é possível uma produção de subjetividade não apriorística e não estandardizada” (JUSTINO, 2017, p. 5).

Como “produção não estandardizada”, compreende-se uma literatura como espaço propício para os muitos e para a não hierarquia, que extrapola a mola propulsora do capitalismo hegemônico, a fim de produzir capital intelectual. Pelbert (2011, p. 30) aborda, nesse sentido, que:

[...] é a potência de vida da multidão, no seu misto de inteligência coletiva, de afetação recíproca, de produção de laço, de capacidade de invenção de novos desejos e novas crenças [...] que é cada vez mais a fonte primordial de riqueza do próprio capitalismo. Por isso mesmo este comum é o visado pelas capturas e sequestros capitalísticos, mas é este comum igualmente que os extrapola, fugindo-lhe por todos os lados e por todos os poros.

Tal afirmação reitera o que foi apontada por Negri (2003), no plano de dissociação do capital fixo à potência de vida imaterial, pois dentro do paradoxo, os sequestros capitalísticos não são dominantes a ponto de capturarem totalmente a essência dessa multidão literária viva em sua multiplicidade. Há algo que os escapa. Nos *Mil platôs*, Deleuze e Guatarri (1995) afirmam que há um plano de composição de um corpo sem órgãos, dotado de acontecimentos, transformações incorporais, essências nômades, variações intensivas, devires, espaços lisos. Esse corpo pode, então, ser observado na literatura, espaço de “foras”, de negociações, de trocas solidárias, de afetos, de linguagem, de sensações, sua parte incapturável.

Os agenciamentos possíveis estão no aspecto rizomático da literatura enquanto zona de fuga, sem um centro – mesmo que assim queiram considerá-la –, tornando-a um amálgama de conexões subjetivas. Para cada platô, mil possibilidades:

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas” (DELEUZE; GATTARI, 1995, s/p).

Boa parte dessas linhas e da anulação de fixidez se dá na leitura da “literatura de multidão”⁹, não somente dizendo respeito à quantidade de personagens em uma obra, cujo protagonismo se vê dissolvido, mas também à metodologia de leitura que abrange as possibilidades: abordagem dos personagens secundários, potência dos pobres, trocas produtivas entre os sujeitos, linguagem que se expressa através do silêncio ou do não-visível na superfície do texto, entre muitos outros vieses. Sobre isso, Barthes (2013, p. 19) afirma que “a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhes dá o lugar indireto, e esse indireto é precioso”.

Com isso, percebe-se que o importante em uma obra literária não é apenas o que ela carrega em sua base significativa, mas os seus foras e o olhar metodológico que podemos lançar sobre ela:

⁹ “[...] a literatura nunca esteve tão viva, e tão em boas mãos: a dos muitos. Os muitos se vingam disseminando, borrando, reescrevendo, tornando cada vez mais públicos os procedimentos do literário, na propaganda, na televisão e na música popular de massa, no cinema, nos livros de autoajuda, nos quadrinhos, nos muitos tons, às vezes tão poucos, dos mais vendidos (JUSTINO, 2014, p.10).

Neste sentido, melhor que descartar o cânone, um outro nome para a tradição hegemônica, nacional e internacional, é lê-lo sob novo ângulo, procurando outras coisas, buscando encontrar aquilo que ele não quis conter e representar. Este é um sentido forte de reler. E encontrar este vazio, este relampejar dos mortos em tempo de perigo iminente (Cf. BENJAMIN, 1994). Pensar na tradição como um espaço saturado, inclusive por uma falta que se insinua e toma corpo (JUSTINO, 2007, p. 194).

O que se percebe é uma intensa necessidade de criação de espaços possíveis, dentro da literatura, para os autores e autoras marginalizados – mulheres, LGBTQIA+, negros, pobres etc –, fazendo com que haja reafirmação de identidades apagadas histórica, literária e culturalmente,

[...] desconsiderando os modelos de valoração estética da apreciação das “grandes obras” e partindo para um questionamento do nosso conceito de literatura. Afinal, a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros, o que significa que determinadas produções estão excluídas de antemão (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 12).

Todavia, não se percebe que abrir os espaços para a margem (crítica e artística) não significa sempre direcionar-se a um movimento democrático, porque, no intuito de desestabilizar velhas estruturas, pode-se criar um novo padrão excludente, com o motivo de se distanciar, o máximo possível, do caráter sacralizado e intocável das artes, do qual Walter Benjamin (1994) já abordava. Mais do que isso, pode ocorrer de elegerem um patamar de uma “nova crítica”, contemplando a chegada nos espaços de privilégio, como a escrita literária de autores marginalizados; atribuindo-lhes lugar de fala – o que é muito necessário –; mas não lhes isentando do risco de repetir os estigmas.

Em outras palavras, essa armadilha pressupõe um problema teórico: embora as obras mais atuais tenham em seu âmago uma maior abertura para a leitura não estandarizada, portanto, sem hierarquias – a abordagem da literatura de multidão aparece como uma amostra da aplicação dessa possibilidade –, o perigo iminente se pauta na criação de nichos críticos que ignora (reafirmar a margem para criar um espaço inacessível de diálogo?) a percepção de que, à revelia do contexto de produção, a obra pode ser lida à luz de suas imaterialidades. Além disso, o outro

risco que corremos é de ainda haver redundância nas leituras até consideradas mais novas, nascendo lugares-comuns e tautologias narcísicas.

É preciso afirmar, com vivacidade, que ao estarmos imersos em um mundo repleto de dicotomias, como o elevado e o baixo, o masculino e o feminino, o opressor e o oprimido, resultantes da incorporação de classificações, assim naturalizadas, os extremos alcançam certa cegueira e muitas vezes até assimilam discursos semelhantes, em vieses opostos. Daí surge a violência simbólica, ou seja, a incorporação do discurso dominante pelo próprio oprimido (Cf. BOURDIEU, 2012), mesmo tendo consciência de que, muitas vezes, para se afirmar uma identidade literária em meio a um espaço de privilégio crítico, é necessário radicalizar pela via oposta, trazendo formas inéditas de pensar a literatura marginalizada. Entretanto, isso não deveria implicar na exclusão dos critérios já produzidos, mas sim na reconfiguração do “velho”.

De acordo com Justino (2007, p. 194):

[...] a nossa relação com os clássicos precisa ser problematizada, eles devem voltar a causar em nós um estranhamento produtivo, que tanto permite desencobrir seus substratos profundos, ideológicos, de classe, étnicos, de valor etc., e ao mesmo tempo seja capaz de alargá-los para dar conta da diversidade [...] e que fundamenta a apreensão de trabalho criativo humano, além de questionar critérios de hierarquização e valor cultural.

Não desconhecendo a importância das raízes teórico-literárias, em termos de abordagem, nem de seu viés produtivo, como já foi observado, é a literatura contemporânea que ressurgue nesta pesquisa. Parte dela pode ser considerada um arsenal de subjetividades, referenciadas anteriormente, tendo em vista que lança mão de novas geografias, de vozes marginalizadas e de novas abordagens de como se pensar a literatura, sem que deixemos de considerar clássicos como *Iracema*, de José de Alencar, cuja “arqueografia de vanguarda” já havia sido percebida por Haroldo de Campos (2006).

Octavio Paz (1984) aborda, nesse sentido, ao se referir à poesia, os movimentos da ruptura contida na tradição, abrindo um leque de possibilidades para questionamentos, para entre-lugares, hibridismos, o que também acaba sendo uma possibilidade de ler a tradição:

Se a ruptura é destruição do vínculo que nos une ao passado, negação da continuidade entre uma geração e outra, pode chamar-se de tradição àquilo que rompe o vínculo e interrompe a continuidade? E há mais: inclusive, caso se aceitasse que a negação da tradição por extenso poderia, pela repetição do ato através de gerações de iconoclastas, constituir uma tradição, como chegaria a sê-lo realmente sem negar-se a si mesma, ou seja, sem afirmar em um dado momento, não a interrupção, mas a continuidade? (PAZ, 1984, p. 15).

Dessa forma, o autor traz a tradição como uma instância continuadora do passado no presente, não havendo a possibilidade de falar de uma tradição sem passado e que, concomitantemente, consiste na exaltação daquilo que nega – a pura atualidade. Na modernidade existe heterogeneidade e pluralidade, estranheza radical, o que reforça nosso argumento de que o passado não é descartável. O novo inesperado no século XVII não trazia a negação da tradição, diferente do século XVIII. Segundo Paz (1984), a modernidade é autossuficiente, é a sua própria tradição, podendo ser relacionado ao movimento da literatura contemporânea que se apresenta como uma nova tradição de rupturas.

A paixão contraditória ressuscita a necessidade um começo – já observado em alguns períodos históricos –, animando-o e o transformando em nosso contemporâneo, podendo ser vistas como manifestações da estética da surpresa, dissolvendo o antigo e o novo, o moderno e o tradicional (PAZ, 1985). Nesse viés, o discurso de Luiz Ruffato em Frankfurt serve como exemplo, quando Alves (2016) aponta para a obra do escritor na contramão do campo literário contemporâneo de ambientação urbana, já que faz uma ficção de “baixo pra cima”, com foco no trabalhador e na crítica à sociedade brasileira, recebendo críticas por seu discurso na FLF (Feira do Livro de Frankfurt - 2016), que aconteceu à revelia da exaltação do Brasil, estratégia puramente midiática e aguardada pelo público.

Além disso, o movimento do discurso de Ruffato, segundo Alves (2016), revela a fusão entre um discurso-manifesto e a ficção do autor, aspecto apontado por Ludmer (2010), ao citar a realidadeficção. Revela também a mitificação da própria figura do autor, bem como da literatura convertida em mercadoria no cenário contemporâneo (a expectativa do receptor – biografias, momentos íntimos, flagras obtidos por *paparazzi*, escândalos), aspectos fugidios, parcialmente, no que diz respeito à fala de Luiz Ruffato na feira literária; e, ao mesmo tempo, revela o hibridismo das temporalidades (pré-moderna, moderna precária e plasmada pelas

ações da indústria cultural) nos resultados – comentários maldosos do público – do evento:

É como se o campo contemporâneo brasileiro de representação literária ainda portasse certas reminiscências de um passado marcado por estruturas sociais rígidas, em que a mobilidade social não está prevista, e o trabalho ainda é visto como sendo um universo menor, degradado, potencialmente associado ao âmbito da servidão e da escravidão. Tais reminiscências apontam, por sua vez, para a sobreposição de temporalidades na constituição do tecido social, no presente, [...] (ALVES, 2016, p. 154).

Isto é, de acordo com Alves (2016), a noção de crise que emerge nesse contexto liga-se à ideia de mudança e rearticulação, não necessariamente à de decadência. Em outras palavras, não se trata de uma concepção teleológica do campo cultural e dos processos discursivos da literatura, mas, sim, do conjunto de discursos que, ao serem montados, vão engendrando imagens contemporâneas da literatura atual e colaboram para a visibilidade da emergência de um paradigma da cultura das artes que já não corresponde plenamente ao paradigma da cultura da arte moderna surgido há mais de dois séculos.

Desse modo, a forma de se trabalhar a literatura vem mudando, sobretudo, através das leituras das produções mais novas, como a da autora estudada, Maria José Silveira, cuja obra é repleta ora de fissuras em relação à tradição arraigada, transgredindo valores estéticos e temáticos e constringendo as velhas fórmulas; ora de repetição de estigmas, sobretudo identitários, confirmando o que discutimos anteriormente.

[...] a perda da autonomia e da literariedade do literário é um signo de sua potência, agora enquanto força centrífuga da multidão. A perda da autonomia é parte de processos de singularização, de autonomias provisórias outras e estratégias pontuais e específicas, étnicas, de classe, de região, de geração, de gênero..., que delimitam e constringem a escrita da escritura desde dentro (JUSTINO, 2014, p. 13).

Segundo Ludmer (2010), as escrituras pós-autônomas podem exibir ou não suas marcas de pertencimento à literatura e os tópicos da autorreferencialidade que marcaram a era da literatura autônoma, a exemplo do marco, das relações especulares, do livro no livro, do narrador como escritor e leitor, das duplicações

internas, recursividades, isomorfismos, paralelismos, paradoxos, citações e referências a autores e leituras; mas sugere que ou se vê a mudança no estatuto da literatura, e então aparece outra episteme e outros modos de ler; ou não se vê ou se nega, e então seguiria existindo literatura e não literatura, ou ruim e boa literatura.

Nessa perspectiva, torna-se essencial tecer uma reflexão acerca dos tipos de linguagens que percorrem as narrativas, pois ao desmembrarem sua “literariedade”, nem sempre estão a salvo do sequestro capitalístico. Entre elas, estão presentes as significantes, aquelas que fundamentam a “sujeição social”, pois atribuem uma identidade, um sexo, um corpo, uma profissão e fabricam sujeitos individuados, sua consciência, representações e comportamento, de acordo com Lazzarato (2014). Nesse sentido, é importante compreender que é através da semiologia significativa, diga-se a língua, que a ordem e intenções da lógica capitalista dotam os sujeitos de papéis sociais, distribuindo os seus lugares e hierarquizando os estratos de valor da cultura, o que deve ser problematizado.

“Por um lado, esse efeito é resultado de um conjunto de procedimentos elaborados na linguagem – estéticos, portanto –, mas, por outro, aponta para a crise epistemológica da ideia moderna de autoridade ligada à voz que enuncia ou narra” (ALVES, 2016, p. 170). A aludida sujeição existe em diversas manifestações literárias, inclusive as contemporâneas, as quais, através da própria linguagem, direciona a demarcação de fala, pressupondo, logo, as hierarquias de *quem fala sobre quem*, ocorrendo um trapaceio se refere às armações do discurso que se entrega pelos “chistes”:

[...] não é de se estranhar que personagens, narradores, e mesmo autores, lancem mão de qualquer recurso disponível para lhes garantir a legitimidade da fala. Seja pela força de uma argumentação inscrita na ordem tradicional do discurso, seja pela “autenticidade” de uma voz que vem, há pouco, impondo-se e causando dissonância em um campo literário bastante uniforme (a mulher, o imigrante, o homossexual etc.), cada qual assume seu lugar e manuseia as armas antes do início da batalha. O que não quer dizer que teremos um terreno limpo – quase todos trapaceiam (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 95-96).

Pois,

A chegada, nas últimas décadas, de escritores oriundos das periferias ao sistema literário aponta para alguma mudança na cena literária, porém as trajetórias individuais também mostram que seus

respectivos percursos não costumam seguir as mesmas vias dos escritores vindos das classes médias e do contexto de produção cultural legitimado, como o jornalismo ou a academia, por exemplo (ALVES, 2016, p. 165).

No entanto, trazer o *bandido* para a cena não o liberta de um reforço de estereótipos, tal como a relação do bandido com a pele negra, a violência e a periferia. O engessamento imagético dessa figura acaba por reinserir um estigma para o personagem negro, que não somente ganha voz e protagonismo, mas continua delineado nas ações violentas, limitação própria, também, dos discursos midiáticos, reforçados pela indústria cultural. Lázaro Ramos (2017), em *Na sua pele*, rememora vários papéis que precisou negar para não haver esse tipo de endosso do protagonismo negro subjugado.

[...] para além da representatividade, também se deve questionar o modo como estamos sendo retratados. Muitas vezes atores negros são contratados para atuarem como “bandido” ou “bêbado”, no caso dos homens, ou como empregada doméstica ou a “gostosa”, no caso das mulheres (RIBEIRO, 2019, p. 74).

Por outro lado, há de se reconhecer que também existem vozes da margem que surgem com protagonismos empoderados e desmistificadores de preconceitos. Tecendo uma referência explícita ao conto “Negrinha”, de Monteiro Lobato, em que a criança é vencida pela morte simbólica e física do racismo estrutural, Ana Maria Gonçalves reconta a história (“Negrinha! Negrinha! Negrinha!”), contida no livro *Contos Espelhados*¹⁰, 2017, sob o viés da criança que sofre o racismo na escola, em analogia aos tempos atuais, onde o preconceito é diminuído e naturalizado por parte da direção sob o pretexto de ele partir de crianças; no entanto, é justamente por isso os pais da menina acabam por processar a instituição (tão saturada de poder) pelo crime de omissão. Ou seja, há desconstrução da impunidade das agressões racistas, que, por muito tempo, colocou o personagem negro no lugar de mera exclusão.

Há também um livro de contos intitulado *Amora* (2015), de Natalia Borges Polessa – que ganhou visibilidade devido à polêmica do ENEM 2018, por retratar em

¹⁰ Este livro foi uma edição especial da TAG Experiências Literárias, um clube de assinaturas de livros, trazendo edições exclusivas, indicadas por curadores e mediadas por organizadores. *Contos Espelhados* (2017) é uma destas edições cujo objetivo era colocar, frente a frente, autores clássicos (contos originais) e autores contemporâneos (recontagem das histórias clássicas).

suas questões o tema da homoafetividade lésbica – ressignificando o protagonismo lésbico pelas subjetividades presentes em diversas figuras de mulheres, desde as mais jovens até as mais idosas. Isto é, o corpo da mulher lésbica não é tratado, na maioria dos contos, como fetiche, nem como próximo ao masculino-padrão, mas carrega consigo a gama de imaterialidades perpassadas pelas relações de afeto, de partilha, de silenciamentos, de desejos ilimitados, de descobertas, de dúvidas, ou seja, de teias de vida que circundam os sujeitos, independentes de seu gênero ou sexualidade, o que não oblitera a questão da vulnerabilidade da violência sofrida por mulheres lésbicas, bissexuais ou homens trans que se relacionam com mulheres.

No ano de 2020, foi lançado um romance intitulado *A cachorra*, da colombiana Pilar Quintana, que reconfigura a imagem da *mãe* fora do contexto da romantização, trazendo uma personagem mergulhada em conflitos que se inter cruzam entre violência, amor, ódio, vingança, o que subentende uma desconstrução da estereotipia da maternidade, sobretudo, quando atrelada à idealização. A narrativa torna-se uma amálgama de possibilidades que envolvem uma geração de mulheres carregadas de subjetividades várias, retratando um aspecto tabu que estigmatiza uma função maternal – a vivência sem contradições de sentimentos e sem dor.

Nesse sentido, *Torto Arado*, obra de Itamar Viera Júnior publicada em 2019, ao passo que reforça a rivalidade entre irmãs, lança uma personagem acometida pela perda da fala que produz sua subjetividade a partir do não-dizer, descaracterizando a imagem preconceituosa e, muitas vezes, esquecida de pessoas com deficiência na literatura. Ela se casa, embora em meio à frustração da instituição falida, se apaixona, monta seu próprio terreno, ressignifica o valor da solidão feminina como potência desestabilizante do patriarcado e ressurge com uma força que não se mede pelas palavras, mas pelos seus sentimentos, pensamentos, anseios. Além disso, o autor se refere à religiosidade produzida pelo *jarê*¹¹ como parte intrínseca da vivência das comunidades que habitam a Chapada Diamantina, sem trazer estereótipos da demonização das religiões de matriz africana e atribuindo uma das vozes narrativas a um espírito, à “Encantada”. Apresenta, dessa forma, a violência vivida nos garimpos e nas fazendas, sentida pelos povos quilombolas que são capturados pelo sistema escravista.

¹¹ Manifestação religiosa sincrética e própria da Chapada Diamantina (BA).

Quanto ao personagem gay masculino e à literatura *gay*, percebe-se, em algumas obras contemporâneas, ainda, uma relação muito forte dessa figura com o corpo-sexo, nem sempre implodido de potência subjetiva, mas predominantemente voltado para a prática sexual, o que, para alguns críticos pode ser um símbolo de militância, mas para outros pode simplesmente reforçar discursos de exclusão. Já o caso de Amara Moira, em *E se eu fosse puta* (2016), pode revelar tanto uma resistência no doloroso processo de existir como uma mulher trans, prostituta, como também pode reinserir na literatura o retrato da opressão. Apesar de enredada por uma escrita autobiográfica importante, em um viés do putafeminismo¹², e de ser uma literatura esquecida, aqui o mais relevante é o ato revolucionário da escrita de uma mulher trans ou a própria linguagem, que pode cair em armadilhas?

No que se refere a Maria José Silveira, em *Pauliceia de mil dentes* (2012), existe a presença, segundo nossa leitura, de *general intellect* nas ações dos personagens, assim como o desmonte das identidades fixas, a exemplo do personagem branco, de classe média, que comete o crime de feminicídio, fio condutor de toda a obra, contra sua ex-namorada, em seu local de trabalho, descaracterizando a violência praticada apenas por personagens negros. Além disso, a mulher trans aparece com seus documentos novos de identidade, após a escolha de um novo nome e da aceitação da cidade São Paulo que a inclui como uma “filha” para a produção de novas subjetividades de vida (OLIVEIRA, 2017). Por outro lado, em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002), as mulheres quase sempre estão presas às ações masculinas, reforçando estigmas do afetivo-sexual como pressuposto da ascensão /degradação feminina.

Dessa forma, percebe-se que, mesmo a literatura como espaço de linhas de fuga, pode tanto cair nos estigmas através da língua, quanto pode se reinventar, a partir de pressupostos que vão desde os sujeitos-autores até a construção dos narradores e personagens de sua obra. A sensibilidade a este tipo de análise tem sido mais consciente no movimento que inclui a produção mais recente, não havendo, por outro lado, um padrão consolidado. É uma literatura em construção, mais flexível e disposta a se voltar o olhar, questionando a si mesma, assim como a

¹² “Nasce, então, o putafeminismo com a pretensão de pensar e repensar os feminismos já existentes, sobretudo aqueles que não contemplam as trabalhadoras sexuais. A ideia norteadora desse movimento seria de que as prostitutas teriam o direito de serem feministas e, ao mesmo tempo, fortalecerem a luta pelos seus direitos” (SULZ; CARDOSO, 2019, p. 346).

poesia mais atual também vem fazendo, por meio do movimento da metapoesia¹³. Fazer uma metacrítica é igualmente necessário, aspecto que será abordado adiante.

2.3 Maria José Silveira e a crítica literária

Com o intuito de contextualizar a autora estudada, é válido frisar que Maria José Rios Peixoto da Silveira Lindoso se insere no rol de escritoras contemporâneas pouco lidas no Brasil. Ela nasceu em Jaraguá, interior de Goiás, morou em Brasília e lá estudou na Universidade de Brasília (UnB), formando-se em Comunicação Social. No entanto, desde 1970, vive em São Paulo, cidade onde foi radicada. Ao lado do seu companheiro, em 1971, entra para a clandestinidade, ambos acusados de desenvolver atividades subversivas, pela ditadura militar, fato que se reflete em algumas de suas obras. Dois anos depois, é obrigada a exilar-se no Peru, onde ingressa no curso de Antropologia da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, em Lima.

De volta ao Brasil, em 1976, mora no Rio de Janeiro, fixando-se em seguida em São Paulo, onde faz pós-graduação em Ciências Políticas na Universidade de São Paulo (USP). Em 1980 foi sócio-fundadora da Editora Marco Zero, da qual foi diretora até 1998. Maria José ainda trabalhou como editora na Cosac Naify. Possui vários romances publicados, entre eles *A Mãe da Mãe de sua Mãe e suas Filhas* (2002), com o qual recebeu o Prêmio Revelação da APCA¹⁴, no mesmo ano; *O Fantasma de Luís Buñuel* (2004), o qual recebeu menção honrosa do Prêmio Nestlé de Literatura de 2005; e *Guerra no Coração do Cerrado* (2006). Já *Pauliceia de mil dentes* (2012) foi semifinalista do prêmio Portugal Telecom.

Ela escreve romances também para jovens e crianças, a exemplo de *O Voo da Arara Azul* (2007), premiado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, em 2007, além de contos e crônicas em coletâneas de autores como Luiz Ruffato e Nelson de Oliveira. Houve um período em que se tornou tradutora de livros importantes: *A Cor Púrpura*, de Alice Walker; *A Noiva Ladra e Vulgo, Grace*, de Margareth Atwood; *A Espada na Pedra e A Rainha da Sombra e do Ar*, de Terence

¹³ Fenômeno poético-linguístico que põe em xeque a autorreflexão do processo de criação da poesia enquanto matéria.

¹⁴ APCA - Associação Paulista de Críticos de Arte é uma entidade brasileira sem fins lucrativos que incorpora os setores de Artes Visuais, Cinema, Literatura, Música Popular, Televisão, Dança, Música Erudita, Teatro Infantil e o setor de Rádio. É sediada em São Paulo e tem sua fundação em 1951.

Hanbury White (T. H. White). De modo geral, desenvolve produções literárias para todos os públicos e possui uma de suas obras publicada igualmente na Espanha.

Quanto ao material crítico desenvolvido acerca da obra da autora, diferente do que havia sido constatado por Oliveira (2017), não está mais limitado em colunas de jornais, blogs, entrevistas e comentários presentes em sinopses ou resenhas de seus livros em alguns sites de literatura. Já há alguns trabalhos científicos publicados abordando sua obra, tanto no Brasil, como no exterior. São cerca de 10 artigos publicados em revistas (entre nacionais e internacionais); dissertações de mestrado intituladas “Representações do feminino em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*” (PLÁCIDO, 2018), “Cayapós, caminantes da história e da ficção em *Guerra no coração do cerrado*, de Maria José Silveira” (LAPIDUS, 2020) e “O real e o ficcional em *A casca da serpente e Guerra no coração do cerrado*” (SILVA, 2009). Além disso, houve o lançamento da edição em inglês de *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002): *Her mother’s mother’s mother & her Daughters*, traduzido por Eric M. B. Becker, em 2017.

Mesmo havendo uma emergência da fortuna crítica sobre a autora nos últimos três anos, percebe-se que não se trata de uma autora inserida no cânone contemporâneo brasileiro – lugar histórico-político-discursivo que emerge do privilégio de um sujeito e de uma produção textual repletos de subjetividades hegemônicas (SCHMIDT, 2017) –, o que não exclui o fato de, aos poucos, ela estar ganhando visibilidade e reconhecimento pelo seu trabalho. Por ser mulher, ele se insere no grupo de escrita marginalizada, tendo em vista que as mulheres ainda não são lidas na mesma proporção que os homens (DALCASTAGNÈ, 2012), mesmo mediante os debates de gênero efervescentes. Por outro lado, Maria José é uma autora branca, cis gênero e de classe média, o que a retira de uma intersecção ainda maior que é feita a outras autoras, como Ana Maria Gonçalves e Conceição Evaristo, mulheres negras; e Amara Moira, mulher trans.

Sendo assim, decidimos traçar algumas ponderações do levantamento crítico sobre a autora, a fim de avaliarmos de que modo as leituras estão sendo realizadas acerca de sua obra. Nosso objetivo também é perceber como raríssimas vezes o trabalho imaterial dos personagens, sobretudo, das personagens mulheres, é trazido para o cerne da discussão, confirmando nossa hipótese sobre a forma tautológica que a crítica ainda lida com as obras contemporâneas, muitas vezes presa apenas ao trabalho material – no sentido linguístico e no sentido neoliberal, das ações dos

personagens –, embora devamos levar em consideração que nenhum dos textos produzidos são menos importantes por causa disso, afinal, cada um possui um foco de análise diferente e autônomo.

O primeiro texto escolhido para análise se intitula “Violência contra a mulher na ficção de Maria José Silveira”, de Plácido e Silva (2019), no qual os autores abordam a questão violenta que permeia o capítulo sobre a personagem Ana de Pádua, da obra *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* (SILVEIRA, 2002). Esse livro reconta a história do Brasil da perspectiva de mulheres, que seguem uma longa linha genealógica – entre mães e filhas – datando o início do século XVI até o século XXI. Embora seja uma narrativa de 300 e poucas páginas, a autora consegue traçar perfis singulares de mulheres que participaram, ainda que clandestinamente, das brechas factuais, dentre diversas revoluções, guerras, violência, conquistas e perdas.

Dessa forma, no que concerne a uma das personagens, situada no século XVII, em meio à conquista dos sertões pelos bandeirantes e da descoberta do ouro na região das minas, os autores consideram que Ana possui, mesmo em meio à opressão, uma evidente irreverência:

[...] pelo fato de Ana de Pádua ter uma personalidade forte acaba se sobressaindo muito bem dessa violência sofrida, não se deixando abater e nem dominar por isso. A cada violência sofrida, a personagem reage à agressividade do marido de forma que não se mostra a ele como uma pessoa triste, mas como alguém que possui uma consciência resiliente (PLÁCIDO; SILVA, 2019).

Apesar de a tomarem como uma personagem resiliente e insubmissa ao trauma, o foco da análise acaba recaindo apenas sobre o fato de ela estar imersa em um contexto de violência, em que sua voz é silenciada, o que não deixa de validar a referência à imaterialidade da personagem Ana de Pádua, rasura explícita do sistema patriarcal:

Observa-se uma mulher que apesar de ser resiliente ao sofrimento vivido, ela não se entrega diante dos fatos que a assolam, isso permite identificar uma identidade transgressora, que consegue depois de tudo que sofreu, superar a violência física e psicológica exercida pelo marido (PLÁCIDO; SILVA, 2019, p. 219).

No entanto, não é apenas o fato de ela ser transgressora em relação à violência sofrida pelo primeiro marido que faz com que ela produza trabalho imaterial, mas as suas subjetividades “desimportantes”, que escapam às demandas do capitalismo e até do sistema de opressão. Ela é delineada como uma personagem que possui uma personalidade corajosa e decidida também sobre sua própria existência, atravessada pelas pequenas coisas do dia a dia, repleto de pequenas novidades. Além disso, ela e a cunhada faziam parte da liderança de um movimento de mulheres na pequena vila, em defesa do seu companheiro, “Tamanha era a comoção que ninguém ousava dizer que as mulheres estavam exorbitando de suas funções e deveriam voltar para dentro de casa” (SILVEIRA, 2002, p. 144).

Essas riquezas que estão no âmago da subjetividade da personagem não são trazidas na análise, tendo em vista que o recorte temático é bastante focado na violência. O enredamento das mulheres como personagens nas obras ainda está fortemente atrelado aos sistemas de dominação e do discurso hegemônico, confirmando que as análises, embora muito relevantes para o debate atual, ainda focam no plano daquilo que é explícito na obra. Por exemplo, o fato de Ana produzir imaterialidades, como: “Aprendera a cozer, a bordar a fazer doces [...] Gostava também de caminhar com as sobrinhas até o ribeiro Agongabay e ali ficar sob as sombras das árvores admirando os trigais dourados do sítio da outra margem” (SILVEIRA, 2002, p. 145), entre outras passagens, parece não ser “importante” para as análises literárias.

“Encantara-se com a pompa do ritual da missa, os paramentos luxuosos dos padres, a extrema formalidade de tudo, o cheiro perturbador do incenso e principalmente, encantara-se com a música inebriante do órgão” (SILVEIRA, 2002, p. 145). Ou seja, mesmo a personagem entrando em uma perseguição profunda às fornicações do marido com outras mulheres, ela continuava a produzir o trabalho imaterial, sendo retratado através dos rituais de encantamento e da sua forte ligação com a natureza, mas que passa ao largo da superfície dos acontecimentos. O fato de sua morte ter se dado de maneira trágica tem a ver com o fato de ela só conseguir viver enquanto a sua subjetividade está inclinada para o seu eu-mulher, uma vez que, quando se percebe distante de tudo isso, ela sucumbe.

Em outro artigo intitulado “Representações da loucura feminina em *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*” (PLÁCIDO; RODRIGUES, 2018), existe uma preponderante análise voltada para a concepção foucaultiana da loucura em relação

às personagens de Maria José Silveira, o que aponta para um debate necessário em torno da representação dessas mulheres, associada à insanidade, quando transgressoras em algum ponto. Em contrapartida, novamente a crítica literária é desenvolvida sob o estigma da opressão e da anulação de voz dessas mulheres; podendo ser percebido, igualmente, na própria narrativa, já que construída em terceira pessoa onisciente, com foco no protagonismo masculino.

A voz violenta das instituições recai sobre este capítulo, sendo endossada pela análise dos autores:

A narrativa deixa claro que a esposa também contraria o marido do ponto de vista político, colocando-se em situação oposta à dele ao defender a instauração da República, enquanto ele se apresenta como um aliado do rei. Por conta desses fatos, Belchior busca o apoio da Igreja para conseguir internar a esposa Damiana em um convento (PLÁCIDO; RODRIGUES, 2018).

Um outro ponto a ser abordado, nesse sentido, é o abafamento da subjetividade, que foi considerado pelos autores do artigo, quando afirmam que:

No caso de Damiana, o seu desejo de separação aliado à sua militância política a remete a uma condição propícia para ser acusada de alienada, fazendo-a perder a sua subjetividade para o estigma da loucura. Isso porque ela não se deixa adestrar, consoante ocorre com a maioria das mulheres ao longo da história (PLÁCIDO; RODRIGUES, 2018).

Todavia, não é um apagamento de subjetividade, muito menos uma perda para a loucura, tendo em vista que a personagem resiste a todo momento quando se encontra trancafiada no convento, por meio de gritos, questionamentos, choros, negação à comida e renúncia à vitalidade do corpo e da alma. O seu panorama trágico findado pela morte não implica em entrega, mas em revolta à instituição religiosa que impunha uma condição de loucura sem sequer lançar mão de qualquer diagnóstico concreto, tendo apenas o aval do marido Belchior intransigente na decisão de divórcio feita por Damiana.

A morte é resistência, não um adestramento “consoante ocorre com a maioria das mulheres ao longo da história”. Com esta visão, apagamos a produção de subjetividade riquíssima dessas mulheres, como Damiana, expressa por: “Damiana, no entanto, não abaixa a cabeça. Sempre foi livre e dona de seu nariz e continuará a ser” (SILVEIRA, 2002, p. 222); “Quando ficou fraca demais, seus gritos saíam

entrecortados [...] E tampouco alguma vez, nem por um átimo de segundo, aceitou com resignação a vida no convento, nunca perdeu nenhuma oportunidade de tentar fugir” (SILVEIRA, 2002, p. 226). Isto é, a personagem não se dobra à situação de violência imposta, pois, ao contrário, continua a gritar, mesmo definhando.

Outra imaterialidade que pode ser lida na obra aparece no momento que ela, no período de intensa reclusão, pede que lhe deem papel e lápis para escrever. Assim, o seu dom artístico voltado para a escrita ressurgiu como uma forma de escapar ao confinamento, bem como suas lembranças e alucinações a transportam para uma realidade imaginária:

A única saída que lhe ocorre, então, é jogar suas cartas, poesias e denúncias pela janela do convento. Escreve, escreve e joga as páginas ao vento. Às vezes sobrescritadas, às vezes dobradas, mas em geral sem endereço, páginas escritas com mensagens, desabafos, denúncias, soltas para o vento levar para onde for (SILVEIRA, 2002, p. 227).

[...] Às vezes, quando tem muita sorte, consegue mergulhar no passado e escrever para a filha contando as lembranças de sua vida tão antiga: a grande fazenda, o gado, o jatobá, a ampla varanda onde a avó Jacira se sentava para o ritual de lava-pés (SILVEIRA, 2002, p. 228).

[...] Damiana unia toda a sua força e determinação para conseguir que pelo menos seu pensamento fugisse para longe dali. Era quando, se tivesse sorte e conseguisse fazer o pensamento abandonar o negrume sufocante da cela, ela via a cidade completamente iluminada, as velas e os lampiões acesos em todas as ruas [...]. Via as ruas juncadas de flores, as pedras atapetadas de ervas odoríferas, alecrim, camomila, manjeriço (SILVEIRA, 2002, p. 229).

Sob outra perspectiva, no artigo “*O fantasma de Luís Buñuel*, de Maria José Silveira: da repressão política aos dramas existenciais de uma geração” (TURCHI; SILVA, 2007), o foco é direcionado às questões da juventude dissidente que se reúne em Brasília para a apreciação da obra cinematográfica do diretor espanhol Luís Buñuel. Nesse entremeio, apesar de haver uma análise bastante pautada no viés político e nos acontecimentos externos que giram em torno da vida dos personagens, as duas mulheres, Dina e Esmeralda, são lidas, em algumas partes, à luz de sua produção de subjetividade:

Esse preâmbulo, aparentemente informativo, científico e racional pode ser entendido metaforicamente como uma representação da própria vida de Dina, feita de renovação desde sua volta do exílio. Esmeralda, artista que é, percebe essa sua aproximação simbólica com as águas correntes (TURCHI; SILVA, 2007, p. 62-63).

Para nós, não é apenas uma questão de metáfora, mas de uma relação intrínseca entre Dina e as águas, compondo uma rede de imaterialidade que nem a objetividade da linguagem, nem a dureza dos anos de chumbo conseguirão abafar. Nessa linha, “A sua mira não está mais assestada na vida político-social brasileira, mas vai mais além: na vida em si mesma, na sobrevivência da humanidade” (TURCHI; SILVA, 2007, p. 64). Além disso, as autoras conseguem perceber essa relação cíclica das águas com a vida de Dina – entremeada pela perda do pai, pelo exílio, pela prisão e tortura, pela memória da infância em Goiás Velho etc –, mesmo considerando-a como um “dado menor”:

De forma indireta, essa imagem do rio-tempo também é suscitada nas lembranças que Dina traz da sua infância em Goiás Velho, lembranças que sempre põem em destaque o fato de sua antiga casa situar-se às margens do Rio Vermelho, como a famosa casa de Cora Coralina. Além disso, o presente de sua narrativa – o ano de 1988 – se passa no Rio de Janeiro, cidade que ela escolheu para morar. Como se vê, a alusão às águas e ao tempo está contida de modo quase imperceptível nos “rios” desses dois nomes geográficos (“vermelho” e “de janeiro”). Sem dúvida, esse é um dado menor, mas também ele contribui discretamente para a formação de uma rede de significados amarrando os diversos elementos que compõem este romance (TURCHI; SILVA, 2007, p. 63)

No que se refere ao último texto crítico analisado para a nossa confirmação de hipóteses, intitulado “Identidade e memória no imbricamento histórico-literário de *Eleanor Marx, filha de Karl*” (COELHO, 2013), temos vários enfoques que se distanciam da produção imaterial presente nas personagens, tais como: o enfoque histórico-literário, o enfoque biográfico e o enfoque estrutural da narrativa. A análise psicológica também se faz pertinente à discussão levantada pela autora, tendo em vista que a subjetividade da Eleanor é muito relacionada à superfície textual do discurso do narrador onisciente e dos monólogos:

Neste caso, o espaço psicológico explorado na obra tornou-se primordial para o desenvolvimento de toda a narrativa e, principalmente, para entendermos um pouco mais sobre a vida desta

personagem, uma vez que a história mostra-a como uma mulher forte e determinada, voltada especificamente para as questões sociais e políticas de seu tempo (COELHO, 2013, p. 54).

Assim, a obra Eleanor Marx, filha de Karl é marcada pela subjetividade, uma vez que se revela por meio das enunciações de Eleanor ou do narrador onisciente que conhece intimamente a personagem, seus anseios, pensamentos, sentimentos, dúvidas etc (COELHO, 2013, p. 59).

As variadas possibilidades circundam a personagem de um romance transita entre os dados biográficos e o discurso literário (realidade/ficção), em uma faceta contemporânea. Quando suas subjetividades ficam diretamente atreladas ao “fora”, isto é, às demandas do capitalismo – ironicamente em uma obra que retrata a vida, em uma ficção, da filha de Karl Marx, vindo a se suicidar – que cobram de Eleanor uma posição social de prestígio, destinada “especificamente” às questões sociais e políticas de seu tempo ou sob o olhar moralizante acerca do seu desânimo seguido de suicídio – em concordância com a visão do narrador –, elas acabam ficando limitadas às externalidades da vida da personagem.

“Ali, no escuro do escuro, fora e dentro dela, Eleanor procura uma resposta e uma maneira de se liberar do sofrimento e das mentiras” (SILVEIRA, 2002, p. 149). Como demonstrado, este escuro de dentro diz muito sobre Eleanor, pois ao estar voltada para si mesma, ela produz trabalho imaterial que a conduz para uma possível “luz no fim do túnel”, ressignificando a morte não como o fim, mas como potência que se desvincula do trabalho material e das expectativas geradas a partir da identidade social e política esperada de uma mulher, filha de Marx. Todavia, a autora da dissertação ressalta que essa escuridão é sinônimo de apagamento e destruição:

O espaço de fora dela está escuro, ou seja, o seu relacionamento com Edward não vai bem, seus entes queridos ou morreram ou estão distantes dela, a luta pelos ideais socialistas perde um pouco a força, as mentiras e a rejeição de Edward aumentam o sofrimento dela, que vive isolada em sua Toca. Este espaço influencia a personagem, tornando seu espaço interior também escuro. Sua alma carece de descanso, pois a angústia e a tristeza a consomem, fazendo com que seu estado depressivo se amplie e que ela comece a ver a morte como uma forma de fuga, uma fuga para outro espaço (do não existir e do não sofrer) (COELHO, 2013, p. 56).

Assim, percebemos que não basta lançar o olhar para o subjetivo e o interior do personagem, mas é preciso se desvincular, ao fazer uma análise do trabalho

imaterial, da leitura de sujeição, a qual, muitas vezes, é manipulada pelo próprio narrador. Mais uma vez, reforçamos que nenhum dos trabalhos trazidos para a metacrítica deixa de possuir sua validade dentro do panorama crítico de pesquisas emergentes sobre a autora, já que nosso principal objetivo foi perceber o quanto elas ainda estão voltadas a uma leitura da superfície textual e temática, deixando as imaterialidades de modo sub-reptício, ou ainda invisibilizadas. Por isso, a necessidade desta metacrítica. Como afirma Spivak (2010, p. 30), sobre Deleuze e Foucault:

Mantém-se, por meio de um deslize verbal, a contra-dição não reconhecida de uma posição que valoriza a experiência concreta do oprimido, ao mesmo tempo em que se mostra acrítica quanto ao papel histórico do intelectual.

Vale ressaltar também que não é tão simples fazer uma leitura que contemple pontos estancos da crítica mais tradicional, aqueles que possuem em seu âmago uma referência a tudo que foge da materialidade bem mais evidente nas obras. É um trabalho de “minerador” dentro de uma crítica literária, logo, um modo de ler mais subjetivo, horizontal e articulado. Com isso, não queremos afirmar que em nenhum dos trabalhos aqui citados possui alusão ao trabalho intelectual dos personagens; ao contrário, há alguns pontos observados pelos teóricos contemplados. A diferença é que dificilmente se tornam focos de análise mais aprofundados, o que revela sua pouca importância dada pela crítica.

Para tanto, nos debruçaremos, no próximo tópico, na literatura enquanto uma máquina que pode se reconfigurar dentro da servidão maquínica, já que também compõe o processo, reforçada pela sujeição social das leituras.

2.4 Desfazendo a “máquina literária”

A “máquina literária” tem se tornado ainda domesticadora de diversas leituras das obras, tendo em vista que ela continua sem ser lida à luz de suas imaterialidades tão ricas de sentidos. Sendo assim, percebe-se que a literatura enquanto discurso de poder pode abrigar as estruturas do grande maquinário capitalista, reproduzindo moralismos e reducionismos nas análises. Em contrapartida, existem maneiras de desarticular leituras repletas de sujeição social

através de uma reavaliação das metodologias utilizadas pelos teóricos, muito embora a servidão se impregne nas linhas imaginativas das obras a ponto de invisibilizar a subjetividade de seus interstícios, algumas vezes, sob os olhos dos estudiosos da literatura.

É dessa forma que percebermos a lógica capitalista privilegiando sujeitos em detrimento de outros, ao trazer as identidades imobilizadas pela sujeição social, ao mesmo tempo em que nos apresentando outro *modus*: a servidão maquínica, que “[...] desmantela o sujeito individuado, sua consciência e suas representações, agindo sobre os níveis pré-individual e supraindividual” (LAZZARATO, 2014, p. 17), o que implica dizer que as máquinas de poder controlam não só a parte “técnica”, mas também os afetos e paixões antes e pós-linguagem. Análogo a isso, Lazzarato (2014, p. 29) reforça que “a inteligência, os afetos, as sensações, a cognição etc são componentes que não residem mais na pessoa, mas no agenciamento ou no processo (empresa, mídia, serviços públicos, educação escolar etc)”.

O sujeito deixa de ser “empresário de si” e passa a fazer parte da máquina, através da representação inconsciente. Essa assimilação já havia sido discutida quando abordamos acerca da captura do trabalho intelectual como forma de capitalizar o subjetivo, em um processo, muitas vezes, de esvaziamento de sentido. Ainda que saibamos que a literatura pode, em alguns casos, participar desse movimento de dessubjetivação, no que se refere ao plano da crítica literária e dos sujeitos-personagens em posições hierárquicas em algumas obras literárias, tal como foi demonstrado, a nossa tese pauta-se justamente no caminho oposto: a literatura enquanto *modus operandi* do trabalho cognitivo, reunindo em si mesma várias possibilidades dentro da metacrítica aqui proposta.

“Uma responsabilidade do crítico poderia ser ler e escrever de maneira que a impossibilidade de tais recusas individualistas e interessadas dos prestígios institucionais do poder concedida ao sujeito seja levada a sério” (SPIVAK, 2010, p. 44). Isto é, o papel dos críticos não está longe da imersão dos prestígios institucionais que acabam abafando a voz da subalternidade, por simplesmente serem incapazes de representá-la. Em outras palavras, a “máquina literária” promove uma cegueira que incapacita a si própria, de modo abrangente, de realizar uma autorreflexão acerca de suas limitações de representação do Outro, o que deve ser, em primeiro plano, desconstruído.

Nesse sentido, é possível encontrar uma forma de desvendar a produção de subjetividade dos personagens, isto é, seu capital intelectual, indo de encontro à sujeição social e ao processo de servidão maquínica, que se creem absolutos e igualmente definidores. É preciso não só afirmar sua relação espúria com a tradição identitária excludente, mas também mostrar-lhes os foras, seus movimentos de sentido inconfessáveis, suas deambulações chistosas (JUSTINO, 2017). Em outras palavras, temos a noção que a crítica literária brasileira contemporânea deve “compreender os personagens e os espaços pelos quais trafegam e negociam suas formas de vida e produção de subjetividade [...], não como ‘individualidades identitárias’” (JUSTINO, 2017, p. 11).

Quando a cooperação “subjetiva” torna-se a principal força produtiva, as ações do trabalho mostram uma pronunciada índole linguístico-comunicativa, implicando a exposição perante os demais. Diminui o caráter monológico do trabalho: a relação com os outros é um elemento originário, básico, de modo algum acessório (VIRNO, p. 45, 2013).

A relação com a alteridade é potente, pois reforça que a linguagem é dialógica e ramificadora. Parte disso se dá na focalização oriunda desta “câmera” repleta de servidão recai sobre o protagonismo da obra, ora amenizando a importância dos personagens secundários e sua potência, ora direcionando leituras redutoras, fazendo com que a atuação dos níveis pré-individual e supra-individual seja invisibilizadas – já que capturados pela servidão maquínica –, “fora” onde mora a riqueza do trabalho imaterial. Assim, o centro voltado para o protagonista dispersa várias relações com os coadjuvantes, os quais, pela crítica, são considerados menos importantes pelo fato de pouco aparecerem no enredo.

Seja na literatura ou em qualquer outra instância social, sob suas diversas facetas, a produção de subjetividade aparece com o intuito de endossar seu caráter descentralizador de um foco ou unidade – a exemplo dos personagens tipos – em favor das muitas e enredadas formas de vida – a exemplo dos personagens secundários. A identidade fixa, ao contrário da multiplicidade, acaba por se bastar nas zonas limítrofes do sujeito e de suas experiências. Por esta razão, o caráter unitário precisa ser “dividido” em vieses distintos, a fim de abraçar as vivências subjetivas de cada sujeito: “As multiplicidades são assim sistemas cuja complexidade é ‘lateral’, refratária à hierarquia ou a qualquer outra forma de

unificação transcendente – uma complexidade de aliança antes que de descendência [...]” (CASTRO, 2015, p. 118).

O movimento é na contramão, uma vez que o lugar dos secundários nas obras parte da grandeza das produções literárias, que lhes dão densidade literária, poética, política, humana (JUSTINO, 2017). Dentro desse espaço voltado para as multidões, existe uma densidade bastante presente nas personagens femininas, o que justifica o fato de termos atentado, no tópico anterior, às mulheres de Maria José Silveira, que não são poucas. A multidão-mulher que se encontra em sua obra revela potências ainda não creditadas pela crítica tradicional e contemporânea, já que não há trabalhos acadêmicos que ressaltem a subjetividade “esquecida” que essas mulheres produzem para além da linha da violência, da opressão, da subalternidade e do protagonismo.

Mesmo antes já havendo figuras femininas no cenário literário, hoje, percebemos, com mais ênfase, uma emergência de mulheres protagonizando obras, desde as literárias até as cinematográficas, sintoma de uma sociedade do pós que assimila discursos feministas com forma de consumo pela massa de leitores. As estratégias têm funcionado dentro do movimento da Indústria Cultural, porque se alinha perfeitamente à onda de sequestro capitalístico de movimentos sociais tão discutidos, tanto nas redes sociais, quanto nos livros. A forma de reflexão gerada é bastante produtiva, mas o risco de uma redundância de análises continua a aparecer, no que tange ao debate tecido sobre modos tautológicos de se abordar determinada estrutura de poder do “não se nasce mulher, torna-se mulher”¹⁵ no âmbito literário regado de politização.

Mesmo que os movimentos feministas insaciáveis e necessários apareçam com força na cena contemporânea, na literatura o que se observa é uma construção de identidades fixas que percorrem as narrativas como uma onda de denúncias à sociedade disciplinar dos corpos das mulheres, tal como pode ser lido na obra *A vegetariana* (2007), de da escritora sul-coreana Han Kang, trazida para as discussões virtuais de *booktubers*. O devir trágico da personagem principal se enche de autodestruição e melancolia, findando em sua morte. Entendemos que muito da riqueza da obra pode se dar pelo olhar lançado sobre ela e não necessariamente do

¹⁵ Referência à célebre frase de Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, publicado em 1959.

que nela está escrito, mas o direcionamento para a anulação da mulher em relação ao discurso patriarcal ainda “escapa”.

Com isso, não queremos afirmar que a denúncia social de estruturas violentas não deva aparecer nas obras, pois ressalta-se a relevância de um debate inerente à realidade: as mulheres continuam vestindo as roupas da opressão, todos os dias. No entanto, reforçar isso nas obras nem sempre implica em denúncia, mas em redundância da estereotipia feminina como sujeito que não transita entre seus desejos, lutas, sonhos, gostos, linguagem, relações com a alteridade. De acordo com Spivak “o espaço dialógico de interação não se concretiza jamais para o sujeito subalterno, que desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de ato, não pode falar” (2010, p. 13). Assim, a mulher subalternizada nunca terá sua voz enquanto estiver presa às amarras do discurso falocêntrico – da crítica e do narrador.

Spivak, ao se tratar da subalternidade dentro de uma perspectiva da crítica imperialista, afirma:

A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há “evidência”. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos de insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais na obscuridade (SPIVAK, 2010, p. 66).

Vê-se, portanto, que a “máquina literária”, já que contaminada pelos discursos colonizadores, não oferece, algumas vezes, espaço para a voz da mulher enquanto agente de sua própria subjetividade, fazendo com que a preocupação substancial com a política dos oprimidos deixe oculto um privilégio do intelectual e do sujeito “concreto” da opressão que, por sua vez, agrava o apelo (SPIVAK, 2010). A literatura enquanto força motriz de vozes que se debruçam bastante sobre as políticas dos marginalizados deve se refazer e se questionar enquanto instância de poder, no momento que se dispuser a reconhecer as hierarquias e os modos perigosos de continuar a contribuição para a divisão sexual do trabalho.

Com isso, é preciso pensar no desmonte dessa maquinaria de palavras que é a literatura como alternativa para o desmantelamento da leitura que constrói a imagem feminina relegada ao “beco”, mesmo quando deseja colocá-la no “centro”. A desconstrução da sujeição social, bem como da servidão maquínica que mantém um

discurso patriarcal como fio condutor deve ser desestabilizado quando a análise literária voltar seu olhar para questões potentes, caminhos pouco conhecidos, brechas de outras significações, abafadas pela leitura colonialista. Ou seja, a atitude de reconfigurar a literatura enquanto espaço de reprodução de poder diz respeito ao adentramento produtivo da linguagem que fala e que cala.

Para aprofundar tais elucubrações, no próximo capítulo, nos deteremos às questões relacionadas às personagens mulheres, ao debate de gênero, ao desmonte da identidade fixa, aos movimentos sociais feministas como trabalho imaterial da pós-modernidade, fazendo com que, assim, possamos apresentar uma nova perspectiva para a concepção de trabalho intelectual, bem como um panorama crítico mais alargado.

3 O DEVIR-MULHER COMO TRABALHO IMATERIAL NA LITERATURA

3.1 A potência das mulheres na literatura

Diante do contexto de produção de subjetividade na literatura, foi demonstrado que a inespecificidade do seu conceito, que as obras e a própria crítica literária imersas em temporalidades diversas, e que as metodologias de leituras críticas configuram ora a presença da lógica neoliberal atuando como modalizadora dos discursos – do narrador, dos autores/autoras, da própria crítica –, ora como rasuras das máquinas de poder engendradas pelo capitalismo. Estar à revelia de um sistema produtivo que, paradoxalmente, captura a arte, o literário, os sujeitos e suas potencialidades indica uma dialética interna à historiografia literária e ao surgimento das literaturas pós-autônomas.

Nessa perspectiva, compreende-se que, mesmo havendo um debate suscitado em torno do que é considerado “margem” pela perspectiva do “centro” – cânone/tradição, produção de autoria masculina, branca, situada no eixo Sudeste/Sul, heteronormativa – as mulheres dotadas de séculos de apagamento enquanto representatividade ficcional, bem como produção “dos bastidores” aparecem como uma potência da subjetividade na literatura contemporânea, mesmo seu aparecimento já tendo se dado, sobretudo, como personagem (a voz do outro que enuncia sua existência) em séculos anteriores.

Aparecendo com uma “fala-a-menos” (PAIXÃO, 1992) em instâncias narrativas e sociais, as mulheres fazem parte do maquinário capitalista, antes de atuarem com potência, enquanto sujeitos em um mundo que as pré-determina em papéis específicos – mãe, dona de casa, esposa, vítima –, sendo relegadas à instância do trabalho produtivo das demandas cotidianas, mas esquecidas em seu viés “não produtivo”, ou ainda, na produção de subjetividades ligadas à comunicação, aos sentimentos, aos pensamentos, às resistências, aos silenciamentos produtivos e aos saberes. Por essa razão, o sujeito mulher acaba entrando em uma espécie de guerra contra o capitalismo.

Acerca desse ponto, Lazzarato (2021), fazendo referência a Silvia Federici (2017) em sua sistematização de trabalhos produzidos na Itália e nos Estados Unidos, a partir da década de 1970, afirma que:

O nascimento do capitalismo [...] é sinônimo não apenas de uma guerra contra os pobres, mas também de uma guerra contra as mulheres, que surge juntamente com a primeira e cujo intuito é submetê-las para que sirvam à divisão social do trabalho e ao cercamento de todas as formas de relações humanas – ambas as guerras passam pela instituição de uma nova ordem sexual que *acumula as divisões na produção e reprodução da força de trabalho* (LAZZARATO, 2021, p. 52, grifos do autor).

Dessa forma, o trabalho de reprodução biológica, econômica e “afetiva” da força do trabalho anuncia uma apropriação dos corpos das mulheres, tanto pelo Estado quanto pelos homens, que passa a acontecer a partir da criminalização da contracepção e da destruição de saberes, limitando-as às “mágicas” do cuidado (LAZZARATO, 2021). Assim, as mulheres acabam sendo alvos de um poder, mas também podem ir na contramão, fazendo com que o domínio e a consciência de seu próprio corpo só pudessem ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder, resultando na “reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor” (FOUCAULT, 2014, p. 82).

Ou seja, o efeito da consciência do próprio corpo é o que leva os sujeitos – e sobretudo, as mulheres – ao comportamento “subversivo”, como muitas personagens femininas que aparecem nas obras literárias, muitas vezes, na literatura contemporânea. A reconfiguração do poder sobre o corpo pode surgir quando elas legitimam a denúncia ao estupro, à violência física; a liberdade sexual de ter mais de um parceiro – isso já era observado nas personagens Luísa, do *Primo Basílio* (Eça de Queirós), bem como em *Madame Bovary* (Gustave Flaubert), mesmo que seus corpos ainda sejam sujeitados à loucura e à demonização das práticas poligâmicas –; a abdicação do papel social compulsório de *mãe*; a movimentação entre espaços físicos e simbólicos de um corpo nômade.

Do mesmo modo, os corpos femininos também podem trazer o estigma da violência e do apagamento que as limita, a exemplo de personagens de Maria José Silveira que serão analisadas, as quais ainda dependem do teor afetivo-sexual ligado ao masculino para uma validação social; também, protagonismos negros de mulheres, como alguns personagens de Conceição Evaristo, em *Olhos D'água* (2014); e da sul-africana Futhi Ntshingila, em *Sem gentileza* (2016); ainda que de culturas e países diferentes, que estão relacionadas à sexualização e ao estupro,

bem como à morte, não como potência, mas como degradação da figura feminina enquanto uma tragédia que percorre temporalidades históricas.

Sobre a noção de corpo, Butler (2016) problematiza que ele nem sempre é um instrumento passivo das ações culturais, mas coloca o “imaterial” como subjetividade da cultura e não inerente ao sujeito mulher. Ela também põe em discussão cujas teorias afirmam que ele é em si mesmo uma construção, marcador de gênero, não podendo dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior à marca do seu gênero; além de ser função do discurso buscar estabelecer limites à análise do gênero na cultura. A partir disso, ela questiona:

[...] em que medida pode o corpo vir a existir na(s) marca(s) do gênero e por meio delas? Como conceber novamente o corpo, não mais como um meio ou instrumento passivo à espera da capacidade vivificadora de uma vontade caracteristicamente imaterial? (BUTLER, 2016, p. 30).

Isso também pode ser questionado do ponto de vista da crítica, de como ela tem enxergado esses corpos através do discurso social e do plano ficcional, pois será que na maioria das vezes em que as mulheres aparecerem nas narrativas, com um enfoque maior, elas precisarão reafirmar suas subjetividades sob o signo da violência e da tragédia? Esse movimento não seria, talvez, mais uma armadilha do discurso hierárquico que as coloca como inferiores nos aspectos social, político, cultural? Será que a produção de subjetividade seria de fato a contramão do apagamento das mulheres ou só mais um mecanismo de reforço de tal sistema excludente?

Por outro lado, mesmo sem levar em consideração a mimese como instância literária, seria possível trazer as mulheres para o cerne literário, sem discutir as questões de gênero – ou de suas intersecções de raça, classe social, identidade de gênero –, que as acometem? Seria possível ultrapassar as fissuras do contemporâneo que ainda revelam feminismos e anti-feminismos, bandeiras liberais e interseccionais, violência doméstica em números alarmantes, principalmente no Brasil, e figuras politicamente empoderadas? Se a realidade é ficção e a ficção realidade, como distingui-las no âmbito literário?

Uma possível saída é averiguar as instituições sociais, isto é, as máquinas de poder com o olhar crítico, e ao mesmo tempo não deixar de perceber que o trabalho imaterial, mesmo sendo pressuposto para o capitalismo, também pode ressurgir

como uma porosidade necessária para uma nova abordagem de leitura. Com isso, não é necessário ignorar sua dialética intrínseca, no que tange ao mundo material e ao trabalho produtivo implicado na divisão sexual do trabalho, mas atentar para o escape que o devir-mulher apresenta em seu âmago potente, mais ainda na contemporaneidade, já que nela o debate de gênero tem sido efervescente.

Em outras palavras, os questionamentos supramencionados, apesar de porem em xeque a discussão levantada na tese, de que as mulheres são uma potência imaterial da literatura, é válido frisar que, assim como a inespecificidade das temporalidades literárias; o intercruzamento entre trabalho material e imaterial; a máquina literária sendo espaço de poder e ao mesmo de rasura; o hibridismo entre realidade e ficção, sem barreiras previamente estipuladas pela autonomia literária; as mulheres como potência na literatura, concomitantemente, são produtoras de subjetividades múltiplas que podem estar ora dentro da lógica neoliberal, ora ao largo dela, mas com um fio condutor único: suas imaterialidades.

Lazzarato (2021), no entanto, reitera a divisão sexual do trabalho como uma biopolítica regulada sob o argumento da “natureza feminina”:

É um “trabalho não produtivo”, explicam doutamente os economistas clássicos e um bom número de marxistas, pois se situa à margem da valorização do capital, e, também por isso, trabalho não remunerável, estando na ordem de um *recurso natural* e de um *bem comum*; porém, regulado, no quadro de (bio)políticas de natalidade da unidade familiar promovidas de maneira agressiva pelo mercantilismo (LAZZARATO, 2021, p. 52, grifos do autor).

Essa “não produtividade”, considerada sob o viés do capitalismo, reverbera na importância e radicalidade das guerras da subjetividade na Europa e no Novo Mundo, desembocando na destruição promovida pela acumulação primitiva que não somente opera no nível das condições materiais da vida, mas também nos territórios existenciais, nos universos de valor, na cosmologia e nas mitologias que estavam no fundamento da “vida subjetiva” dos povos colonizados e dos pobres do mundo tomado como “civilizado” (LAZZARATO, 2021). Do mesmo modo, as mulheres, apesar do devir potente, continuam trituradas por essa máquina que atua sobre seus corpos, o que inclui a “máquina literária”.

Tais guerras da subjetividade

[...] constituem a especificidade mais 'objetiva' das guerras contra as mulheres, os loucos, os pobres, os criminosos, os diaristas, os operários [...] visam, precisamente, a uma 'conversão' de sua subjetividade, a uma conformação de seus comportamentos e condutas à lógica da acumulação do capital e de sua reprodução (LAZZARATO, 2021, p. 56-57).

Ainda conforme o autor, isso torna a produção de subjetividade a primeira produção do capitalismo, bem como objeto principal da guerra, comportando-se como o nó estratégico dessas guerras. Além disso, a própria construção de um modelo hegemônico de gênero – homem, branco, adulto, hetero – subentende uma minimização das mulheres, pois um poder funciona de maneira eficaz quando se sobressai aos demais grupos. Em outras palavras, a diversidade, que se estende para o debate de gênero e de raça na literatura, por exemplo, nada mais é que um mecanismo de continuidade do próprio capitalismo.

Todavia, mais uma vez, seria arriscado afirmar que toda e qualquer produção subjetiva passa pelo crivo do maquinário capitalista, pois, como afirma Pelbart (2017), a noção de potência apontada nos artigos bio-políticos de George Agamben traz o conceito de contingência, que é caracterizado como um acontecimento considerado do ponto de vista da potência, como emergência de uma cisão entre um poder-ser e um poder-não-ser, tomando, na língua, a forma de uma subjetividade. Como já foi discutido acerca da "linguagem literária", envolta de inúmeras problemáticas de definição e relacionada ao contemporâneo como instância inespecífica, as mulheres na literatura – entre autoria e personagens – têm se apresentado como potência imaterial, rasura de um sistema de poder, e não como a continuidade dele.

Isto é, assim como o debate sobre o trabalho imaterial e sua epistemologia, as mulheres entram na dialética entre vítimas das instituições de poder e potência em si mesmas, fazendo com que sua produção de subjetividade sejam a potência na literatura. Vale ressaltar, no entanto, que a subjetividade não deve ser compreendida apenas sob o ponto de vista do capitalismo, que, provavelmente, a trataria como algo "menor", sem valor; mas sob o ponto de vista "de dentro", da própria riqueza imaterial. Dessa forma, o argumento pautado no afetivo, nos sentimentos, na intuição, nos sonhos, no misticismo, geralmente ligado ao feminino, ressurge não como forma redutora de uma estereotipia desgastada, mas como potência, como sobrevivência, como resistência.

O trabalho imaterial produzido por mulheres ainda não é analisado pela crítica de modo que seja visto como produtivo sem passar pelo filtro do capitalismo, mesmo sabendo que associar a mulher ao trabalho, que, por sua vez, é ligado ao afetivo é uma realidade relevante, assim como o fato de os homens trabalharem menos e ganharem mais. Com isso, Tiburi (2018) afirma que as mulheres desde que nascem são ensinadas a trabalhar para a família, provocando, inclusive uma romantização dessa escravidão emocional e afetiva. Em contrapartida, ela coloca o trabalho imaterial como uma ausência de tempo para desenvolverem a própria vida, em outros aspectos que não são o âmbito familiar.

“Terceiras e, até mesmo, quartas jornadas – vale dizer mais uma vez – nunca remuneradas farão das mulheres escravas do lar com pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida” (TIBURI, 2018, p. 14-15). Ou seja, a concepção de tempo que é gasto pela servidão das mulheres apenas é contabilizada pelo viés capitalista de aproveitamento do tempo para o trabalho material, quando essas mulheres, mesmo em meio à mão de obra, à rotina exaustiva, ao trabalho não remunerado e afetivo, produzem suas potências intelectuais e perfuram o sistema, a partir do momento que sentem, pensam, reivindicam, silenciam, sonham, desejam.

3.2 Eleanor Karl, filha de Marx: as duas faces do trabalho imaterial

Diante do contexto de valorização do trabalho imaterial como potência das mulheres, principalmente na contemporaneidade, podemos utilizar como respaldo a obra *Eleanor Marx, filha de Karl* (2002), da autora Maria José Silveira, para confirmar nossa hipótese. Como já foi citado no Capítulo I, Eleanor foi a filha de Karl Marx que ficou responsável por dar prosseguimento ao trabalho de Marx e Engels em seus estudos sobre o socialismo. É uma personagem real com múltiplas potências, desde a liderança da classe operária inglesa do século XIX até a subversão de sua voz em meio às convenções sociais vigentes na época.

[...] a história de uma personalidade calorosa e afetiva, intelectual de vanguarda, defensora das mulheres e militante vigorosa da causa proletária. No entanto, essa mulher, tão brilhante e preparada, com um nível de educação acima do comum, também se veria, como

qualquer um de nós, enredada nas tramas de um amor infeliz (NUNO¹⁶, 2002 apud SILVEIRA, 2002, s/p).

Outro fator a ser analisado é o próprio título da obra, “Eleanor Marx, filha de Karl”, indicando um trocadilho que suscita a necessidade de demonstrar a relação com o masculino, não de modo sexual como aparece em muitas obras, mas sim de modo afetivo-familiar. A aproximação à figura de Marx tem relação com o discurso que em si próprio de contradiz: concomitantemente a construção linguística exalta a figura de Eleanor, antes subalternizada pela história, e a enreda na vivência social e política do pai, em um imbricamento genealógico que aponta, em sua contingência de poder-ser e poder-não-ser, para uma relação de dependência subjetiva, de confirmação da existência no reflexo do Outro, aquele que tem a voz. Isso fica evidente quando é posto no mesmo patamar a relação com o pai e com Lissa, seu *affair* no auge da fase juvenil:

Se ela tivesse que escolher entre Lissa e o pai, como poderia? Como decidir, moto próprio, afastar-se do pai a quem se achava completamente ligada? Mas como abdicar – e por que motivo racional o faria? – do homem que amava? Como entender e aceitar a intransigência do Mouro, frente a quem ela é toda admiração, respeito e afeto? (SILVEIRA, 2002, p. 61)

Mesmo assim, a biografia romanceada é sobre uma personagem histórica pouco conhecida (por ser mulher?), não ficando limitada ao plano das doutrinas marxistas, mas perpassando o drama familiar enfrentado em função das dificuldades financeiras; os afetos no âmbito familiar; os dilemas afetivos de seu companheiro; e a sua força política, o que fica expresso nessa passagem, quando a própria Eleanor dialoga com o sobrinho sobre as únicas três filhas de Marx que sobreviveram entre os sete filhos que ele teve:

Foi nesse clima de paixão revolucionária, de paixões pelas ideias que sua mãe, Laura e eu crescemos, como se fosse o jeito mais natural de crescer. Éramos tratadas como pessoas inteligentes, parte integrante e natural desse clima de conversas e discussões. Temas que seriam proibidos em outros lares eram incentivados no nosso e nós, as três filhas, aprendemos com naturalidade a questionar a sociedade e a pensar por nós mesmas (SILVEIRA, 2002, p. 17).

¹⁶ Fernando Nuno é o autor que escreve o texto presente na orelha do livro *Eleanor Karl, filha de Marx* (2002), de Maria José Silveira.

A necessidade de retorno à memória da infância se faz pertinente, quando se observa a atuação do *general intellect* em meio a um contexto familiar regado à política, esta última sendo uma das apropriações do capitalismo, embora o livro não trate, de forma central, do tema. Por isso, o escape em relação às lembranças acaba surgindo como uma rasura do espaço-espço tempo, demonstrando o hibridismo, no plano literário, da realidade ficção pertinente às literaturas pós-autônomas.

[...] a conversa com os sobrinhos a transportara para um tempo distante e tão querido, o tempo que, ela sabe, foi o melhor de sua vida. E lá ela quer permanecer um pouco mais, com as lembranças da infância para sempre envolvidas no cristal brilhante de uma alegria incorruptível (SILVEIRA, 2002, p. 20).

Ademais, a “alegria incorruptível” se refere ao trabalho imaterial que Eleanor vai tecendo, a partir dos sentimentos que foram “corrompidos” com o passar do tempo, principalmente pelo campo afetivo-sexual – e, desta vez, não se limita ao aspecto literário, mas à vida *ipsis litteris*. Além disso, o aparecimento de Eleanor como protagonista da biografia ficcional indica dois caminhos: o primeiro é a potência de ser uma mulher líder socialista, referência para a classe trabalhadora; e o segundo é a tragédia do suicídio que ela acomete, mas que não a limita.

Ou seja, a memória é seu lugar seguro diante de um maquinário que gera o machismo estrutural, reproduzido pelo seu companheiro, e que molda os afetos, embora a carapuça do relacionamento de Eleanor com Edward seja de “amor livre”. Na verdade, a falta de um diálogo transparente entre os dois, somada ao anseio de uma felicidade utópica da parte de Eleanor – como o desejo dos filhos –, a empurram para uma espécie de “solidão acompanhada”.

Ela sempre quis ter filhos, mas Edward acha que é assumir demasiadas responsabilidades, é se comprometer demais, é inadmissível. Não quer nem ouvir falar. E por que ela quer ter filhos, ele lhe perguntou uma vez, se já tem seus gatos e cachorros? (SILVEIRA, 2002, p. 31)

A questão da solidão como esvaziamento de sentido também reforça uma estrutura do patriarcado, engendrada pelo maquinário capitalista de tendências bipolares e hierárquicas (homem autônomo x mulher dependente), que subentende a mulher como “completa” a partir da relação com o masculino, isto é, suas subjetividades dependem do sucesso de uma relação amorosa, o que é bastante

reiterado nos arquétipos dos contos de fadas. Eleanor, desse modo, representa, no aspecto biográfico-ficcional, uma continuidade do poder da instituição do casamento, ainda que ela, em si mesma, tenha suas utilize de sua subjetividade para questionar a ausência de Edward:

Como é difícil entendê-lo!
Olha-o com tristeza, como está magro! E como está cada vez mais distante! Ela mal reconhece esse homem com quem uniu sua vida e hoje lhe parece quase um estranho. Onde foi que a vida dos dois perdeu o precário equilíbrio que os manteve unidos aqueles anos? Por que ele a tem tratado com tanta frieza? O que ela fez, se pergunta?
Onde será que errou? (SILVEIRA, 2002, p. 30)

[...] Mas, talvez por ainda não ter plena consciência do que está de fato lhe acontecendo, nada diz sobre o motivo maior da grande tristeza que anda sentindo, a indiferença e distância de Edward, sua fria rotina doméstica, a solidão (SILVEIRA, 2022, p. 38).

Sobre isso, a descrição da mãe de Eleanor traz ainda mais forte a dependência do masculino para a produção material, principalmente quando ia e vinha das casas de penhores, “[...] copiando os manuscritos quase indecifráveis do Mouro, incentivando, ajudando, segura da importância do trabalho que ele fazia. [...] demasiado preocupada com a felicidade das filhas. Mas sempre uma figura carinhosa e companheira” (SILVEIRA, 2002, p. 32). Percebe-se o foco no trabalho material e o papel de “sombra” em relação a Karl Marx, no que tange a acompanhá-lo, mas a subjetividade produzida pela preocupação com as filhas e pelos sentimentos de carinho e companheirismo seria, de fato, potente, já que muitas vezes ela estereotipa as mulheres em funções maternais e passivas?

Daí vem o entre-lugar da imaterialidade: ora captura do maquinário capitalista que atribui funções às mulheres, como as jornadas de trabalho exaustivas – trabalho doméstico, trabalho “fora”, trabalho subjetivo e ao mesmo tempo material da função social de “mãe” –; ora porosidade do próprio sistema, no momento que o subverte a partir da comunicação, dos afetos, dos sentimentos, das trocas dialógicas e dos laços de solidariedade para com o outro. Neste caso da personagem Mõhme, mãe de Laura, Eleanor e Jennychen, ela não subverte, mas a reforça em sua servidão. Com isso, percebe-se que nem sempre a potência surge em relação às mulheres.

Mas ainda no caso de Eleanor, de temperamento tão afetuoso, tão cheio de vida: estar ao lado dos companheiros e o que dá corpo e sangue às ideias que, sem isso, podem ficar abstratas demais, descarnadas. Mais que ninguém, ela precisa disso, desse corpo e sangue, ela que é puro feixe de emoções e sentimentos (SILVEIRA, 2002, p. 42).

Sobre o afeto como forma de subjetividade de Eleanor e de tantas outras personagens femininas na literatura contemporânea, é importante destacar que historicamente os homens, no quesito social, possuem tanto o poder que se perfaz pelo patriarcado persistente, quanto o apagamento de suas subjetividades relativas às emoções. Tal discurso reverbera o machismo estrutural, criado para reforçar, diariamente, a imagem do macho alfa, hipersexual, alheio às emoções inerentes ao sujeito, gerando uma série de problemas amplos, como a dificuldade de expressão de sentimentos, o apego ao corpo, a validação pela mão de obra, a violência como discurso, a virilidade como sobrevivência.

Essa figura aparece na imagem de Edward, pois ele é “como uma enguia, uma neblina espessa que não se deixa agarrar” (SILVEIRA, 2002, p. 91), o que vai sendo pontuado na relação afetivo-sexual com Eleanor. Além disso, o personagem vai hibridizando as relações de propriedade privada e a relação entre eles, fazendo uma analogia que se relaciona às porosidades do trabalho material e imaterial no sentido mais amplo. Além disso, a recusa ao relacionamento de modo público com Eleanor revela outra característica do machismo estrutural que pressupõe um homem “desapegado”, já que há outras mulheres e outras preocupações mais importantes na vida. No entanto, ele manipula o discurso, ao relacionar afeto à posse, esta última sendo algo negativo e inaceitável, a fim de camuflar sua pouca dedicação ao trabalho subjetivo do relacionamento a dois:

Sempre sai para jantar com amigos, todo animado, porque são jantares onde mulheres também estarão presentes. Mas nunca a leva. Diz que precisa sentir-se livre para viver, que não aceita um relacionamento amoroso como sinônimo de prisão, que estranha que ela, logo ela, a filha de Marx, possa considerar o outro, o objeto do seu afeto, como propriedade privada, que viver com ela não significa viver só para ela, que o sentimento de posse amorosa é tão odioso quanto qualquer outro sentimento de posse de um ser humano. Se foi a ela que ele escolheu como mulher com quem viver, isso já é suficiente, isso deve lhe bastar (SILVEIRA, 2002, p. 91).

Por meio de cartas que Eleanor enviava para sua amiga Tussy, sendo mais uma expressão da literatura pós-autônoma, em que há hibridismos de discursos –

cartas, biografia, ficção –, presente em meio à biografia romanceada, Eleanor se submete à sujeição da submissão, assumindo, por outro lado, um posto de constituição de si a partir do outro – Edward –, o que reforça o trabalho imaterial passando pelas engrenagens do poder, nesse caso, do poder falocêntrico:

O que você nunca entendeu, querida amiga, é que eu amava e ainda amo esse homem. Eu precisava – e ainda preciso dele. Meu pai costumava dizer que eu parecia mais um menino do que uma menina. Foi Edward que realmente trouxe à tona o feminino em mim. Fui irresistivelmente atraída por ele (SILVEIRA, 2002, p. 46).

Eleanor participava de uma conferência anual da *Socialist Democratic Federation*, além do apoio à greve dos maquinistas, preocupando-se também com outras questões políticas sob a influência do Partido Alemão. Então, sua dedicação ao trabalho, ao movimento, era uma forma de escape aos seus “demônios domésticos. Sua saída e refúgio são a realidade maior da luta para a qual, desde pequena, viveu” (SILVEIRA, 2002, p. 51). Em contrapartida, ela continua a sentir tristeza, solidão, vazio, desânimo. “Abre a janela e olha, sem ver, suas árvores. Pensa infinitamente, no que fazer para trazer Edward de volta” (SILVEIRA, 2002, p. 51).

Assim, os indícios que levarão ao planejamento de sua própria morte começam a aparecer, pois a “falta de escrúpulos de Edward parece ter ido longe demais, no entanto, Eleanor não vê outra saída [...] decide ceder” (SILVEIRA, 2002, p. 54), o que revela uma passividade em relação ao casamento de aparências, instituição falida em meio à ascensão social e política de Eleanor. Dessa forma, parece que o campo afetivo se sobrepõe ao profissional, fazendo com que haja um peso – depressão e crises nervosas – que não se extingue dentro dela e que demonstra não mais uma potência, mas uma desistência da vida subjetiva.

Parece que o encanto pelo mundo e o escape à materialidade se deram enfaticamente na fase da adolescência, pois, mesmo sem ainda ter passado por uma trajetória política de importância e às subjetividades que também foram produzidas nesse âmbito, adorava “caminhar pelas ruas da cidade que amou desde sua primeira viagem de adolescente. Quando conheceu Paris, tinha catorze anos e o encanto de quem começa a descobrir o mundo” (SILVEIRA, 2002, p. 65).

Não só sobre Eleanor, mas a personagem Tussy traz a ideia vivificante e centrífuga ao trabalho material: “E que não se pense que era apenas uma séria e

dedicada militante. Tussy era muito mais: uma mulher de energia e alegria contagiantes, brincalhona, irreverente, ligada a seu grupo de artistas e boêmios. Capaz de rir fácil e de tiradas impagáveis [...]” (SILVEIRA, 2002, p. 107). Já Lizzie também representa a potência da vida: “Lizzie é ruiva, liberada, irlandesa e militante. É também uma mulher do povo, exuberante e divertida. Embora quase iletrada e bem mais velha – tem quarenta e três anos – ela e Tussy tornam-se grandes amigas” (SILVEIRA, 2002, p. 77).

Nessa passagem sobre Lizzie, percebem-se que dois estigmas – frutos de um capitalismo que não só descarta objetos, mas também pessoas a um “beco sem serventia” –, voltados para a mulher surgem no discurso. O primeiro é a ideia do letramento como forma de status social de prestígio masculino (e a falta dele subverte a lógica: feminino – iletrada), o que fica configurado pelo uso do “embora”, uma concessão no plano discursivo, implicando uma contraposição que não exclui o fato de ela ser exuberante e divertida. O segundo estigma aparece na questão da idade da personagem, que é enfatizada pelo narrador também como um contraponto em relação às qualidades. Dentro da lógica do comércio, aquilo que é velho deve ser descartado.

Por outro lado, quando Eleanor fica longe do companheiro, que havia ido passar uns dias em Harding sem querer que ela fosse, ela ressignifica a potência da solidão: “Apesar da preocupação, foram dias de certa calma para Eleanor. Ela retornou o trabalho com os manuscritos do pai e um ensaio sobre a história do movimento operário inglês. De certa forma, depois de tudo, ficar sozinha era uma espécie de alívio” (SILVEIRA, 2002, p. 99). A relação de solidariedade para com o meio político-econômico em que vive a resgata para uma produtividade imaterial, veículo de aproximação entre ela e a população londrina:

Está frente a frente com a mais dura miséria de uma das cidades mais ricas do mundo onde meio milhão de homens e um milhão de mulheres estão desempregados. Tanto horror é inaceitável. Ela volta para casa devastada pela urgência e o tanto que é preciso fazer (SILVEIRA, 2002, p. 103).

Em uma carta endereçada a Eleanor, por Tussy, o sentimento da felicidade torna-se rasura do sistema capitalista, pois ela o descreve sob o prisma da imaterialidade da autorrealização que surge quando a humanidade resiste frente a alguma ação prática:

É curioso, mas acredito que muita gente não compreende o quanto a noção de felicidade é importante para os socialistas, como ela está no coração mesmo do pensamento de Marx. É ela, afinal, o grande objetivo final de nossa luta, a felicidade – não como uma simples busca do prazer individual – mas como autorrealização do ser humano. O direito que cada indivíduo tem de poder expressar e realizar suas capacidades, realizar-se, colocando sua humanidade no que faz, seja o que for: um objeto, uma lavoura, uma obra de arte. Que todos possam ser felizes, efetivando suas capacidades e fazendo parte de uma coletividade, um grupo que os reconhece como seus” (SILVEIRA, 2002, p. 110).

Ao se referir ao “objeto”, entende-se que Tussy fala sobre produtos cuja humanidade também pode aparecer, desde que haja sentimento. Sobre a “obra de arte”, o campo subjetivo se equilibra com o campo objetivo, os dois tendo em comum o trabalho intelectual (com humanidade) aproveitado no modo como se realiza o trabalho. Do mesmo modo, Tussy aborda o capitalismo no sentido do esvaziamento de sentidos das pessoas, questionando um poder que não pode dominar ao prazer profundo da autorrealização,

Ao prazer profundo que sente o indivíduo ao se tornar quem ele é, desenvolver todas as suas potencialidades. Quanto mais sou capaz de me realizar em várias áreas, mais livre eu sou. O cerne do capitalismo está na alienação em que joga as pessoas, alienação tanto uma das outras, quanto da natureza e, sobretudo, de si mesmas: de seus sentidos, suas emoções, suas forças criativas (SILVEIRA, 2002, p. 111).

E, no meu caso, uma das coisas mais certas é que não sei viver sem amor. Tenho tanta necessidade de afeto que, sem ele, as coisas para mim perdem o sentido. Ficam pesadas, [...], sem graça. Não sei viver se não puder ter esse mínimo cotidiano de felicidade, que é sentir que sou importante para as pessoas que me cercam. É poder olhar o mundo e enxergar sua luz, suas formas, seus cheiros, e sentir que vale a pena. Não sei viver sem isso (SILVEIRA, 2002, p. 112).

A tragicidade que percorre a vida ambígua de Eleanor, “A morte, quando nada se tem a perder, a morte pode ser uma coisa boa” (SILVEIRA, 2002, p. 142), representa a própria ambiguidade inerente ao debate sobre o trabalho imaterial na sociedade contemporânea, ainda mais na literatura. Essa falta de especificidade traz uma personificação através das mulheres aqui apontadas com devires potentes, mas também com devires de servidão, tecendo um elo biográfico com o fato de Karl Marx, um dos mais expressivos representantes socialistas, possuir três filhas, as

quais herdamos, com uma complexidade da própria realidade ficção, a dialética da produção de subjetividade.

Logo, após a leitura crítico-interpretativa da obra de Maria José Silveira, o debate deverá se estender para a esfera da autoria feminina de ficção, trazendo elucubrações importantes para a constituição do sujeito mulher dentro e fora das narrativas.

3.3 Mulheres ficcionistas

Maria José Silveira, enquanto mulher ficcionista, faz com que esse debate venha à tona. No nicho brasileiro, a escrita de mulheres tem, como se sabe, alcançado espaços antes impossíveis. Com o avanço dos movimentos feministas nas últimas décadas e a ascensão de grupos de mulheres que se dedicam a ler outras mulheres autoras, o cenário vem se tornando inédito. O surgimento de grupos como o Leia Mulheres¹⁷, em vários estados brasileiros, bem como o Mulherio das Letras¹⁸ impulsiona a comunhão entre mulheres para o debate acerca das oportunidades no mercado editorial e do aparecimento das escritoras no rol de leituras de destaque.

Mas, nem sempre foi assim. Sabemos que a história das mulheres enquanto autoras passou por vários percalços, dentre eles, o espaço literário canônico direcionado majoritariamente para homens. Além disso, a escrita “tímida” parte do princípio de que

as mulheres começaram a publicar mais intensamente a partir de meados do século XIX [...]. As condições sob as quais vivia a mulher foram responsáveis por uma produção literária restrita e recalcada

¹⁷ “Em 2014, a escritora Joanna Walsh, incomodada com a lacuna da presença feminina nas livrarias inglesas, lançou a provocação #ReadWoman, em que sugeria a seus conterrâneos que se propusessem a ler apenas obras de escritoras durante um ano. Traduzido ao pé da letra no Brasil, o movimento Leia Mulheres nasceu no mesmo ano e se tornou um clube de leitura mediado e voltado para obras escritas exclusivamente por mulheres, aberto a qualquer pessoa, de forma gratuita”. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cultura/literatura/noticia/2020/02/05/-leia-mulheres-clube-de-leitura-se-fortalece-em-pernambuco--399074.php>. Acesso em: 2 jan. 2021.

¹⁸ Tudo começou com uma ideia da escritora Maria Valéria Rezende, ideia que se alastrou pelo Brasil e pelas redes sociais. Hoje são mais de 5000 mulheres no grupão do Facebook, além de muitos grupos regionais e encontros virtuais e presenciais. São discussões e debates necessários sobre as questões das mulheres como produtoras, protagonistas, escritoras, poetas, militantes, pesquisadoras, empoderadas de suas falas e demandas. O primeiro encontro nacional do Mulherio das Letras aconteceu entre 12 e 15 de outubro de 2017, no Espaço Cultural José Lins do Rego, em João Pessoa, Paraíba. Disponível em: <https://benfeitoria.com/mulheriodasletras>. Acesso em: 2 jan. 2021.

[...] uma literatura baseada na repressão, apontando para a existência de um desejo que não pode ser expresso. [...] O fato é que a literatura feminina continua sendo pouco estudada, uma vez que as informações a esse respeito são escassas (PAIXÃO, 1991, p. 16).

Como o texto é de 1991, vale ressaltar que os estudos críticos e os círculos de debate da Crítica Feminista têm crescido bastante. Mas, ainda segundo a autora foi somente a partir do século XIX que surgiram os que primeiros periódicos femininos, que retratam a mulher burguesa, educada, urbana, através de artigos, crônicas, contos, registrando a intimidade doméstica da mulher. Assim, a imprensa feminina propicia à mulher o espaço público até então destinado exclusivamente aos homens (PAIXÃO, 1991). Essa mudança de perspectiva, por outro lado, é abordada em *Um teto todo seu* (originalmente publicado em 1929), da autora inglesa Virginia Woolf, em que ela afirma que há uma marca de ressentimento em relação aos homens, o que marca a literatura escrita por mulheres, interferindo em sua qualidade.

Ela aponta para os prejuízos para a ficção, caso se pense os sexos separadamente e que a mente da escritora deve ser andrógina, a fim de que a arte se expresse com totalidade:

A razão óbvia seria a de que é natural que os sexos cooperem entre si. [...] O estado de espírito normal e cômodo é aquele em que os dois estão juntos em harmonia, cooperando espiritualmente. Se a pessoa é um homem, ainda assim a porção mulher de seu cérebro deve produzir resultados; e a mulher também deve se comunicar com o homem que há dentro de si. [...] É quando ocorre essa fusão que a mente é fertilizada por completo e usa todas as suas faculdades (WOOLF, 1985, p. 45).

É complicado afirmar o que deve ser uma escrita “andrógina”, pois as marcas inerentes a cada gênero acabam aparecendo nas obras e na construção representativa de personagens, tendo em vista que o discurso literário não está livre dos valores sociais, culturais e históricos incutidos ao longo do tempo. Tais valores, muitas vezes, são bem diferentes no que tange a homens e mulheres, o que pode ser confirmado nas elucubrações de Rodrigues (2016), em seu ponto de vista sobre autoras brasileiras e suas produções desde finais do século XIX. Ela considera que, com raras exceções, o material poético e ficcional das mulheres reverbera com fidelidade as práticas literárias dos autores homens, brancos, burgueses e falocráticos.

A teórica ainda provoca, ao retratar a escrita de mulheres como minoria, dentro do espaço da ficção:

[...] é minoria no Brasil quem escreve literatura, quem publica, quem vende, quem lê e quem analisa as obras criticamente, e a condição autoral feminina deveria ser pensada sempre de dentro de mais uma outra minoria, que é a das mulheres escritoras de ficção, e não dentro dos vastos espaços dos vários feminismos, que considerem a escrita de mulheres, qualquer que seja essa escrita e como ela se apresenta, sempre uma peça de manifesto de combate à dominação masculina (RODRIGUES, 2016, p. 232).

Essa noção merece uma atenção, uma vez que o gênero de quem escreve não determina a qualidade de uma obra, pois, como vimos em Maria José Silveira, existe a possibilidade de velhos estigmas femininos ainda perdurarem. Devemos, com isso, problematizar o horizonte trazido na obra, no que concerne ao discurso do narrador e a representatividade das vozes das mulheres, que, mesmo no grito, ainda continuam sendo abafadas pela “máquina literária” que repete a lógica da colonialidade e do capitalismo, mantendo as mulheres presas em suas engrenagens linguísticas.

Além disso, é preciso considerar a distinção entre literatura de mulheres – escrita por mulheres – e a literatura feminina, distinção esta trazida pela Luiza Lobo (2007), quando ela afirma que existem dois grupos e suas respectivas tendências: o primeiro grupo é o de autoras que se destacam pelo seu estilo, mas não conseguem renovar seus “papéis” enquanto mulheres no cânone literário; o segundo grupo diz respeito ao das mulheres que apresentam uma nova voz no discurso de autoria feminina. As tendências do primeiro grupo são: 1) existencial, 2) experimentação textual e 3) alegoria política. No segundo grupo, há ainda uma verticalização: 1) ênfase no humor e 2) uso do diário, cartas e poemas, sob o ângulo do erotismo (LOBO, 2007).

O primeiro viés do primeiro grupo se dá pelas mulheres que mimetizam sua dependência do patriarcalismo, gerando uma reflexão autobiográfica, havendo uma voz descritiva, monológica e lastimosa centrada nas questões existenciais. O segundo viés, por sua vez, se dá pelo que se chama de “realismo mágico”, revelando a prática da experimentação da linguagem e da inventividade do enredo, o que não basta para questionar os valores de gênero destinados à mulher pela sociedade. Já a terceira tendência, a alegoria política, segundo a teórica, não é

explorada pelas autoras, pois se baseia no medo tão presente em uma sociedade patriarcal e repressiva, como a nossa (LOBO, 2007).

Há que se perceber uma afirmação problemática nos dias de hoje, porque cada vez mais tem aparecido diversas obras literárias com alegoria política, tais como as obras de Chimamanda Ngozi Adichie, de Margaret Atwood, de Maryse Condé, de Conceição Evaristo, alguns exemplos de mulheres ficcionistas, de vários lugares do mundo; o que também acontece na poesia, através de autoras como Angélica Freitas, Ryane Leão, Cristiane Sobral, Rupi Kaur – independente do juízo de valor que a crítica cede a essas autoras brasileiras. O fato é que elas têm esbarrado na contemporaneidade, segurando o mastro da bandeira política e da libertação de vozes por muito tempo silenciadas, além de trazerem o sujeito-mulher como foco.

No segundo grupo de escritoras abordado por Lobo (2007), ela aponta para a literatura contemporânea, sob a perspectiva do humor – como ironia contra os valores sociais, na primeira tendência; e da forma epistolar ou de diário ou textos com temática erótica – como forma de exprimir suas experiências e revelar a natureza dos sentimentos femininos recalcados. Mas, após todas as ponderações feitas acerca da literatura contemporânea neste trabalho, será que a realidade contemporânea abarca apenas essas categorias que enquadram escritoras, tendo em vista a fragmentação não apenas do sujeito-personagem, mas também do sujeito-autor/narrador?

Em um instigante debate sobre mulheres autoras, Rodrigues (2016, p. 241) problematiza:

[...] as mulheres autoras que falam “tomando o turno” das mulheres que por diversos motivos são colocadas à margem da sociedade se comportariam de modo semelhante aos autores homens, que historicamente em nosso país sempre trataram as mulheres como “outro desconhecido” e incapaz de falar em seu próprio nome e em sua própria defesa.

Apesar de a teórica estar se referindo à *chick lit*¹⁹, é possível observar, em algumas autoras, a projeção nas personagens femininas dos seus próprios problemas, visões de mundo, utopias e demais aspectos culturais, levando em

¹⁹ O termo engloba autoajuda, esoterismo *light*, *New Age*, neomitologia, contos de fadas e demais gêneros literários que possam convergir para finais do tipo “*happy end* romântico” (RODRIGUES, 2016).

consideração que quem consome literatura ficcional no Brasil é, em sua maioria, a classe média alta, urbana e letrada²⁰. Silva (2010), nesse sentido, aborda sobre a “literatura açucarada”, a qual sugere a pouca presença ou a ausência de uma complexidade temática, de uma questão filosófica ou de cunho universal sendo discutida na produção literária feminina.

Os critérios estéticos de uma literatura de autoria feminina, por sua vez, são difíceis de definir, como já foi discutido, já que a pós-autonomia borra essas fronteiras do que seria uma “grande obra”, ainda mais se tratando de uma “singularidade feminina”. O teórico Silva (2010), apesar de considerar tal ponto, quando afirma que “esta valoração de obras ficcionais no universo dominado ainda pelo masculino tem origem nos espaços fixos e moventes por onde circulava toda a produção cultural nas sociedades ocidentais” (SILVA, 2010, p. 34), lança o contraponto:

Não podemos, entretanto, perder de vista o fato de as produções de autoria feminina terem menor valor ou prestígio social não somente porque eram assinadas por mulher, mas também porque as condições de produção favoreciam extremamente os homens, pois estes estavam cotidianamente sujeitos às várias experiências de vida pelas quais um sujeito poderia passar (SILVA, 2010, p. 34).

Historicizando o que Silva (2010) traz, percebe-se que ele, para compor esse argumento, se refere ao século XVIII, momento que as mulheres só tinham acesso ao mundo doméstico, particular, onde eram reprimidas de manifestar quaisquer reações, desejos, atitudes em prol da ordem falocêntrica e patriarcal. “Se a literatura masculina representava uma sociedade em que a felicidade feminina seria encontrada na relação amorosa romântica, como internalizar outro modelo, que serviria para também representá-lo, que não o vigente?” (SILVA, 2010, p. 36).

Algo interessante a observar na expressão “literatura masculina” é a necessidade de singularizar um tipo de escrita pelo seu viés temático e linguístico (talvez), pressupondo de forma sub-reptícia uma escrita “universal”, a partir da qual as mulheres se baseiam, ou ainda, uma escrita cuja distinção é explícita pela “erótica feminina”. Todavia, tal forma crítica de enxergar as diferenças de gênero na autoria de ficção correm o risco de reverberar a própria lógica hegemônica, embora

²⁰ Em 2021, houve a polêmica da taxaço de livros, proposta do ministro da economia, Paulo Guedes, sob o argumento de que “pobres não leem”. Mas essa taxaço implica em mais disparidade no acesso às obras, reforçando uma lógica capitalista e elitista.

trate de mulheres de séculos passados, as quais não possuíam visibilidade, nem legitimidade, no campo literário:

A frivolidade foi sempre associada ao comportamento das mulheres, ao longo dos tempos, conforme nos mostram os registros históricos sobre as atividades sociais relacionadas ao gênero, em contexto de Ocidente. Por esse raciocínio, não houve nada de sério sendo discutido na literatura escrita por mulheres, fato corroborado não só por escritores homens como também por escritoras (SILVA, 2010, p. 37, grifo do autor).

Apesar de algumas escritoras ainda não terem se libertado da ordem, mantendo-se na mesma estrutura que tanto negaram, seria limitante afirmar que na literatura “agressiva”, de caráter erótico, produzida por mulheres não haja nenhum tipo de ruptura, uma vez que o lugar de fala que já é tomado como uma transgressão e há quebra de um estigma, sobretudo do século XX – de ares vanguardistas – em diante, de uma univocidade temática, se é que ela já houve (Maria Firmina dos Reis e a própria Auta de Souza já demonstravam, na virada do século XIX pro XX, divergências de estilos, linguagem, temas, isto é, produção de subjetividades diversas).

No debate contemporâneo, devemos questionar: Mas onde fica o outro lado da moeda? Quem são as autoras que estão à margem? Será que elas também escrevem sob o olhar androcêntrico e da supremacia branca, em sua grande maioria? Almeida (2017, p. 299) aponta que várias escritoras contemporâneas,

antes voltadas para narrativas que tratavam prioritariamente de uma narrativa intimista com forte teor autobiográfico, têm abordado questões mais abrangentes, mas não menos problemáticas, com relação à presença da mulher nesse novo contexto sociocultural.

Ou seja, muda o contexto, já que surgem, em um mundo global e cosmopolita, um fluxo incessante e temporário de identidades, as quais afetam e são afetadas pelos movimentos transnacionais, modificando não apenas os sujeitos que se movem, como também os enraizados. Dessa forma, em se tratando das escrituras migrantes de autoria feminina, a mobilidade cultural não é somente parte do mundo ficcional descrito, mas do papel ativo que assumem como intelectuais contemporâneas, representando uma nova diáspora (ALMEIDA, 2017).

Essa nova diáspora surge de uma perspectiva que reitera nossa discussão acerca da inespecificidade do hoje no que se refere ao conceito de literatura, de trabalho imaterial e, agora, do sujeito mulher-autora:

Dessa forma, a nova diáspora da contemporaneidade apresenta como elemento diferenciador o papel das mulheres, que confere novas significações aos contatos culturais híbridos, embora as mulheres nessas condições estejam longe de formar um todo coeso e unificado. Ao contrário, há uma série de questões de ordem política, social e cultural que nos permite analisar a forma como experiências análogas são vivenciadas de formas diferenciadas e como as noções de desterritorialização e pertencimento adquirem sentidos outros em contextos variados para as muitas mulheres dessa nova diáspora, em um contundente diálogo com questões de raça, etnia e classe (ALMEIDA, 2017, p. 300).

Não havendo como firmar uma tendência única, com prontidão e absolutismo, surge uma expressiva necessidade de abordar sobre autoras negras, já que é um estudo ainda incipiente dentro dos debates sobre a autoria feminina, em uma perspectiva decolonial. Tal como aponta hooks (2019, p. 290-291) sobre autoras de ficção negras:

Toda vez que alguém comenta sobre a “tremenda” atenção que escritoras negras estão recebendo, sobre como está sendo fácil para nós encontrar editores, sobre quantas de nós existem, eu paro e conto, faço listas [...]. O que temos percebido é que o número de escritoras negras de ficção publicadas com visibilidade não é grande. [...] Escritoras negras publicadas, mesmo aquelas que são famosas, estão bem cientes de que seus sucessos não garantem que seus livros estejam nas prateleiras daqui a alguns anos. Elas sabem que o espírito do modismo da nova mercadoria que estimula muito do interesse atual na escrita de mulheres negras pode se dissipar.

Dessa maneira, percebe-se que quando se trata de mulheres negras, a interseção é ainda maior, pois muitas delas só têm ganhado atenção nos últimos ondas, principalmente por causa dos debates do feminismo negro. Nas livrarias renomadas de qualquer cidade, é possível encontrar uma sessão sobre mulheres ficcionistas e teóricas, com obras recentemente publicadas. O que se espera disso é uma permanência nessa democratização da escrita literária, e não apenas um modismo. Porém, não devemos acreditar na ilusão de que tudo está resolvido e a autoria de mulheres negras está finalmente sendo reconhecida, porque muitas dessas obras ficam restritas aos espaços acadêmicos.

Outrossim, hooks (2019) completa sua ideia afirmando que quando ela lê ficção contemporânea de mulheres negras, ela percebe uma similaridade na escolha de assuntos, na localização geográfica, no uso da linguagem, na formação de personagens e no estilo, evidenciando que há, de fato, uma realidade da posição compartilhada por mulheres negras, moldada pelos efeitos do machismo e do racismo, além de experiências étnicas e culturais semelhantes. Mas o que advém dessa constatação são dois pontos: o primeiro se dá pela aproximação de escritoras que já ganham a vida como escritoras; o segundo se dá pela aceitação do público pelo tipo de escrita, com ênfase em temas da experiência negra.

Em contrapartida a essa expectativa bastante inerente ao racismo estrutural, para teórica bell hooks (2019), é importante que haja diversidade nos tipos de ficção que mulheres negras produzem, e que sejam igualmente recebidos com atenção e disponibilidade para publicação. “Não deveria haver uma imagem estereotipada de uma escritora negra ou uma suposição sobre o tipo de ficção que ela irá produzir” (HOOKS, 2019, p. 295). Esse viés de tautologia temática deve ser superado também para as mulheres de outras etnias, pois o trabalho da escrita de autoras mulheres não deve se restringir ao monotemático, ao previsível. Ao contrário, devem cada vez mais mostrar sua perspectiva rizomática – seja ela de personagens, comportamentos, modos de narrar, lugares, tempos.

Diante do exposto, conclui-se que é preciso estarmos atentos ao movimento do maquinário capitalista imbricado na escolha de autoras, no modo com as lemos, na construção das personagens, sobretudo, mulheres, por parte delas; e, mais do que isso, darmos atenção à problemática da visibilidade e da legitimidade, que ainda não está enfaticamente presente. Desse modo, “Hoje, o grande passo da abordagem feminista é buscar ver em que medida a escritora pode entrar para o quadro de uma história literária geral (o cânone) e implodi-lo ou reescrevê-lo” (LOBO, 2007, p. 107).

Assim, a fim de fechar Capítulo II, avançaremos para a discussão acerca das identidades fixas que performam o sujeito mulher, trazendo alguns pontos de vista sobre a ausência do específico também na construção cultural identitária. A dialética permanece viva, tanto no plano da autoria de mulheres na ficção, a exemplo de tendências monotemáticas ou diaspóricas, quanto na construção de personagens que são baseadas nas identidades estereotipadas. Tal debate reforçará nossas hipóteses sobre o imagético coletivo que se cria em torno das mulheres no campo

artístico-literário, averiguando aspectos históricos e culturais que sustentam esses sujeitos em “grilhões”²¹ que não se sustentam.

3.4 A dialética das identidades fixas

Diante do contexto de movimentos globais, de cosmopolitismo e de novas diásporas, principalmente relacionados à literatura de autoria feminina contemporânea, percebe-se que as identidades têm ganhado um destaque nos debates políticos. Elas serviram, por muito tempo, para estabelecer tipos sociais, os quais teriam seu comportamento, cultura e contornos psicológicos delineados. Sendo assim, com o objetivo de unificar os tipos – ora para dar-lhes uma visibilidade política, ora para amarrá-los em estigmas –, as identidades tornaram-se fortemente marcadas nos discursos teóricos da contemporaneidade.

Segundo Hall (2019), existem três tipos de sujeito: o sujeito do Iluminismo, cujo foco estava no “eu”, juntamente à sua capacidade de razão, de consciência e de ação; o sujeito sociológico, cuja identidade era formada pela interação entre o “eu” e a sociedade, em diálogo com os mundos culturais; e, por fim, o sujeito pós-moderno, o qual não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente. O teórico ainda afirma que uma identidade unificada e coerente é uma fantasia, pois sempre estamos nos deparando com uma multiplicidade desconcertante.

No que concerne à concepção de trabalho, sabe-se que com a evolução das sociedades modernas, houve a emergência da coletividade através dos direitos compartilhados, da economia política, da propriedade, da industrialização, surgindo o capitalismo moderno (HALL, 2019). Ou seja, o sujeito individual do Iluminismo passa a fazer parte do maquinário capitalista e das estruturas do Estado moderno – tornando-se um sujeito sociológico –, mesmo que tenham aparecido estudos sobre o sujeito humano “biologizado”, bem como aquele enredado pelos estudos psicológicos.

Sobre estar imerso no Estado, Foucault (1987) afirma que existe uma concepção de sujeito que tem a ver com o poder disciplinar, em que a regulação, a vigilância das instituições, monitoram as populações contemporâneas, o que muito se assemelha à concepção de sujeição social desenvolvida por Negri e Lazzarato

²¹ Referência ao poema “Ser mulher”, da autora Gilka Machado, presente em *Cristais partidos* (1915).

(2013). A noção de “corpo dócil” se faz quando o sujeito assimila a disciplina passivamente, sem questionar o sistema:

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Dessa forma, percebe-se que é criada uma individualização “em massa”, pois mesmo que haja uma caracterização de fatos coletivos, o poder lança sobre esses corpos docilizados a ideia do individual, até para que possa atuar de forma efetiva.

Sob outro viés, as identidades nacionais juntamente à crise de identidade também são alvo de análise, pois se encontram constantemente nos questionamentos de Woodward (2013, p.12-13): “A identidade é fixa? Podemos encontrar uma “verdadeira” identidade? Seja invocando algo que seria inerente à pessoa, seja buscando sua “autêntica” fonte na história, a afirmação da identidade envolve necessariamente o apelo a alguma qualidade essencial?”. Diferentemente de Hall (2019), a autora aponta caminhos que explicam como as identidades são formadas e mantidas, o que já demonstra outro ponto de vista.

Para tanto, ela lança problematizações, tais como:

É possível afirmar a identidade étnica ou nacional sem reivindicar uma história que possa ser recuperada para servir de base para uma identidade fixa? Que alternativas existem à estratégia de basear a identidade na certeza essencialista? Será que as identidades são fluidas e mutantes? Vê-las como fluidas e mutantes é compatível com a sustentação de um projeto político? (WOODWARD, 2013, p. 15)

Isto é, a autora promove reflexões acerca do que leva um sujeito a se identificar com determinada identidade, não categorizando os conceitos de sujeito. Com isso, ela aborda sobre a representação pela qual os sistemas simbólicos se utilizam para fixar um modo específico de subjetividade, averiguando que todas as práticas de significação e de significado envolvem relações de poder, inclusive o poder para definir quem é incluído e quem é excluído (WOODWARD, 2013).

Quando discorre sobre as relações entre Europa pós-colonial e EUA, a referida teórica aponta para a necessidade de alguns grupos étnicos de reagir à sua marginalização no interior das sociedades “hospedeiras” pelo apelo a uma enérgica reafirmação de suas identidades de origem, mas coloca em xeque que “Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima de mudança, fluidez e crescente incerteza, [...] pela produção de novas formas de posicionamento” (WOODWARD, 2013, p. 25). Ou seja, ela confirma que há uma crise de identidade no mundo contemporâneo.

Retornando a Michel Foucault, existe uma obra intitulada *Foucault, Feminismo e Subjetividade* (2016), de Margaret A. McLaren, onde ela questiona várias problematizações discutidas pelas feministas a respeito da noção de sujeito do feminismo nas obras de Foucault. Para tanto, ela se utiliza da revisão de diversas de suas obras a fim de alargar o panorama de visão teórica, desconstruindo certas noções que são criadas em torno da bibliografia do autor. A principal crítica está na concepção do sujeito passivo, diga-se, do “corpo dócil”, que parece alegar um sujeito totalmente determinado por forças externas, que não relaciona a subjetividade à ação moral e política.

A resistência às normas por parte do sujeito entra em crise, pois as feministas, de acordo com McLauren (2016):

[...] levantam importantes questões sobre o desaparecimento, descentralização e fragmentação do sujeito neste momento histórico. Enquanto o discurso político se baseia em uma ideia do sujeito unificado e racional, as feministas terão uma participação na defesa dessa noção de subjetividade. Assim, o conceito de subjetividade tem importantes implicações para a política [...] vista como pré-requisito para a ação moral (MCLAUREN, 2016, p. 77)

No entanto, segundo ela, Foucault não recusa totalmente o sujeito, mas a sua formulação, rastreando seu desenvolvimento como gradual, real, a partir da multiplicidade de forças, organismos, desejos, pensamentos etc, além de averiguar que o autor não apenas considera o poder como negativo, mas também como produtivo, tendo em vista que, para ele, o próprio sujeito é um efeito do poder, reunindo em si relações de força, local e instável, e se comportando como relativo (MCLAUREN, 2016).

Diante desse contexto, percebemos que embora haja todas as especulações, ao longo da história, sobre o que é sujeito, existe uma confluência de discursos que aponta para a fragmentação do indivíduo contemporâneo, o qual, inclusive, não se ampara totalmente nos debates políticos, que cada vez mais têm ressurgido com a noção de sujeito fixo como reafirmação de uma identidade militante. A necessidade dessa fixação é compreensível do ponto de vista político-ideológico, mas pode trazer estigmas provenientes de caracterizações engessadas acerca do que é ter uma identidade.

Verticalizando ainda mais essa crise, percebe-se que muitas dessas problematizações estão ligadas à concepção do sujeito mulher, bastante discutido nos últimos anos devido à ascensão dos movimentos feministas e da imersão de personagens femininas em obras literárias. Dessa forma, Bell hooks (2019) aponta uma discussão muito instigante no que diz respeito à politização feminista e ao lema da bandeira “o pessoal é político”, partindo do pressuposto que é uma cultura narcisista, pautada no patriarcado de supremacia branca e capitalista, sendo, logo, uma afirmação arriscada.

Como vemos em Hall (2019), em que ele demonstra a unidade como uma das etapas do processo de categorização do sujeito – para ele, esse sujeito se refere ao Iluminismo, não à pós-modernidade –, a teórica bell hooks (2019) incita o debate do “pessoal” e do “político”, quando afirma:

Não podemos nos opor à ênfase nas políticas identitárias invertendo a lógica e desvalorizando o pessoal. O movimento feminista não progride ao ignorar questões de identidade ou criticar a preocupação com o eu sem apresentar abordagens alternativas, sem abordar a questão da politização feminista de um modo dialético – o vínculo entre os esforços para construir socialmente o eu, a identidade, num âmbito contestador, que resista à dominação e permita um maior grau de bem-estar (HOOKS, 2019, p. 222).

Isto é, ao invés de apenas criticar o perigo do lema da bandeira, ela vai apresentando caminhos possíveis para a união das duas esferas – pessoal e política – em uma ação produtiva, a fim de transformar o eu e a sociedade, concomitantemente. Porém, quando a identidade é pautada em estruturas de dominação e sua consequente aceitação, isso pode comprometer a conscientização radicalizada, ou melhor, o questionamento do próprio privilégio, uma vez que a identidade não pode ser vista como um fim, mas como um meio (HOOKS, 2019).

Já Heloísa Buarque de Hollanda (2020) relaciona a construção da identidade, sobretudo, do sujeito mulher, ao fenômeno da colonialidade, dado que ela atravessa o sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, atravessando também a produção de conhecimento, e, por isso, não fica restrita à classificação racial. Além disso, a teórica mostra a perspectiva da interseccionalidade, em que há uma atenção voltada não apenas para a categoria de gênero, mas também de raça. Ela afirma que:

A denominação categorial constrói o que nomeia. Enquanto feministas de cor, temos feito um esforço conceitual na direção de uma análise que enfatiza a intersecção das categorias de raça e gênero, porque as categorias invisibilizam aquelas que são dominadas e vitimizadas sob a rubrica das categorias “mulher” e as categorias raciais “negra”, “hispanica”, “asiática”, “nativo-americana”, “chicana”; as categorias invisibilizaram as mulheres de cor (HOLLANDA, 2020, p. 59).

Alinhando-se ao discurso da bell hooks de uma problemática em torno do “eu mulher”, Hollanda (2020) avança a discussão quando descobre um sentido racista para a generalização do termo “mulher”, pois há uma seleção do grupo dominante – mulheres brancas, burguesas e heterossexuais –, o que esconde a brutalização, o abuso e a desumanização que a colonialidade de gênero implica. Ela ainda ressalta que as feministas da hegemonia branca “não entenderam a si mesmas em termos interseccionais [...]. Como não perceberam essas diferenças profundas, [...] assumiram que existia uma irmandade, uma sororidade, um vínculo já existe forjado pela sujeição de gênero” (HOLLANDA, 2020, p. 75).

Nessa perspectiva do sujeito mulher não essencialista, Woodward (2013) ratifica que o movimento de mulheres tem enfatizado que as identidades são fluidas, não fixas e que não estão presas a diferenças que seriam permanentes e valeriam para todas as épocas, uma vez que, como bem afirma bell hooks (2019) e Hollanda (2020), as feministas negras estão indo de encontro à categoria unificada “mulher”, a qual inclui apenas as mulheres brancas.

Para a autora, há dois movimentos possíveis: o primeiro diz respeito ao reconhecimento da complexidade das divisões sociais pela política de identidade, já que não são mais suficientes por causa das ininterruptas mudanças que têm sofrido – a atenção à raça, ao gênero e à limitação física atravessando o pertencimento de classe, por exemplo. O segundo movimento, por sua vez, diz respeito à categoria

biológica atribuído ao essencialismo da identidade e à naturalização das oposições binárias.

Diante do exposto, podemos concluir que as políticas identitárias do sujeito fragmentado, pós-moderno, ou ainda, cambiante, se ancoram na concepção de subjetividade, cuja teorização se deu fortemente na virada do século XIX para o século XX, através dos estudos freudianos e lacanianos (segunda metade do século XX) acerca do inconsciente. Nessa linha, Woodward (2013, p. 55-56) reforça que:

“Subjetividade” sugere a compreensão que temos sobre nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem somos nós mesmos”. [...] Entretanto, nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade.

Ao revisar categorizações das identidades, desde sua concepção iluminista até sua concepção psicanalítica, logo, nos deparamos com a crise de identidade na vida comum, bem como na literatura. No entanto, é a noção de sujeito pós-moderno e não essencialista que mais se aproxima a nosso propósito teórico, pois precisamos considerar as nuances do trabalho subjetivo que percorrem, sobretudo, os sujeitos mulheres e suas identidades não lineares, muito embora estejam situadas em contextos históricos e culturais específicos.

Para além, com a abertura para a fragmentação do sujeito, nosso objetivo é aproveitar a teoria para ampliá-la, do ponto de vista metodológico. Nesse sentido, validamos a necessidade de identificar os modos acostutados de ler da sujeição, isto é, da análise literária sobre as mulheres, além de encontrar, nos meandros de suas ações, a produção subjetiva. Podemos, ainda, questionar: até que ponto a literatura sobre mulheres tem reforçado identidades fixas? De que modo ela constrói as identidades pós-modernas no contexto da contemporaneidade? Essa crise, tão percorrida pelos teóricos supracitados, de fato, é aparente quando estamos diante de uma obra? Como podemos encontrar a produção de subjetividade de personagens secundárias?

4. A PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE DAS PERSONAGENS MULHERES

4.1 As mulheres ficcionalizadas de Maria José Silveira

4.1.1 As mulheres da Pauliceia

Na obra de Maria José Silveira, é interessante observar a forma como a autora escolhe falar das mulheres, o que não isenta, por vezes, de reproduzir tipos femininos engessados. No entanto, em boa parte de sua obra, repleta de interfaces históricas e geográficas, essas personagens ressurgem com outros moldes e com várias brechas para análises mais profundas. Para tal abordagem, escolhemos para este tópico a obra *Pauliceia de mil dentes* (2012), cuja narrativa recai sobre o espaço citadino e as relações de amor, ódio, violência, miséria, identidade, solidariedade, entre os inúmeros personagens, indicando a ausência de um protagonismo único.

Da janela do apartamento, Maria José enxerga a Avenida Paulista. Pelo local passa diariamente quatro vezes mais o número de pessoas do que no Plano Piloto, número fascinante da perspectiva de quem trabalha com a construção de personagens e tipos humanos (MACIEL, 2013, p. 3).

Para tanto, a autora escolhe uma diversidade de capítulos – uns mais curtos, outros mais longos – contendo recortes de jornal, fotografias de São Paulo, fatos aparentemente invisibilizados que permeiam a metrópole. Além disso, ela monta um mosaico de vozes intercaladas, sendo considerado um livro sem um protagonista, uma vez que o fio condutor da obra é o feminicídio cometido contra uma personagem chamada Tsuki, pelo ex-companheiro Arturito. A partir disso, é possível observar a relação dos personagens que, mesmo pertencendo a galhos distantes de uma grande árvore, acabam possuindo um elo. O espaço citadino se torna palco de histórias que se inter cruzam, ininterruptamente.

No meio dos personagens-multidão, existe Chica, uma paraibana que comanda uma oficina das bordadeiras, o que já desconstrói a ideia de “nordestino-retirante-pobre”, mas que por se envolver com Jefferson da Malharia, responsável pela decepção amorosa que divide sua vida, Chica acaba recebendo o olhar do sujeito fixo, em um primeiro momento, sendo denominada pelo próprio companheiro dentro de uma relação historicamente problemática (Nordeste-margem): “[...] Aquele

tribufu nordestino? Tá maluca? [...] Você já reparou na figura atarracada? Já viu a cara de porco que ela tem?! Nem se eu quisesse dava pra beijar aquele focinho, oinc! oinc!” (SILVEIRA, 2012, p. 34).

Ela ainda relata ter visto o trabalho escravo de perto nessa fábrica, onde Jefferson submetia famílias da Coreia e da Bolívia a condições desumanas de trabalho, tais como a carga horária de dez a doze horas por dia e o horário controlado para ir ao banheiro. Dessa forma, por limitar Chica ao estereótipo de “nordestina”, com toda a carga de estigma existente por trás desse termo, ela acaba ganhando espaço para demonstrar não mais o trabalho material fabril, mas sim sua vingança em relação ao sistema violento – o capitalismo e o preconceito, também de gênero –, tocando fogo no local, até como uma forma de resistir:

Agüentei tempo demais. E fiquei ali vendo de longe o barracão todo pegando fogo, um fogo bonito, barulhento, vermelho e preto por baixo, clareando em amarelo por cima, fogueira de São João fora da época, chamas se erguendo com um turbilhão que por pouco não me arrastou também, [...] a fumaceira subindo com um gosto de fuligem que por muito tempo levei na boca. Havia um poderio que vinha dali, uma veemência, que foi difícil me afastar, como se estivesse sendo sugada para dentro. Eu também me queimei ali, Lucio. E achei tão bom, maninho, tão bom (SILVEIRA, 2012, p. 36).

A subjetividade fica clara, no momento que Chica, ao estar enredada pelo trabalho da fábrica através de seu ofício de bordadeira, abdica dele para implodir o poder “que vinha dali [...] como se estivesse sendo sugada para dentro” (SILVEIRA, 2012, p. 36). Esse sentimento se torna sua mola propulsora de subjetividade, transferindo o regime hegemônico da fábrica, de fora para dentro, para o renascimento de uma nova mulher, de dentro para fora, em um devir furiosa. Ou seja, ela sai do estigma para a potência, descolando a necessidade crítica de estabelecer lugares sociais fixos, sobretudo, quando se trata de mulheres nordestinas.

Em uma história que se inter cruza com a de Chica, no espaço de São Paulo, há também a personagem Ametista, a qual caminha pela *Pauliceia*, em busca de uma ocupação no mercado acelerado e excludente, que não a permite passar além das fatigadas entrevistas. Porém, apesar disso, ela produz sua subjetividade mesmo no não-trabalho, que também é produção intelectual, pois sente-se feliz ao caminhar pelas ruas da metrópole: “[...] No Parque Trianon, seu lugar preferido é logo na entrada, de onde gosta de ver os passantes” (SILVEIRA, 2012, p. 75). O

deslocamento da mão de obra para a desocupação acontece à revelia do maquinário capitalista.

Seu *general intellect* atravessado pelas redes de partilha no chão da cidade é ativado, ao passo há uma desconstrução da identidade fixa pela sujeição social (“a desempregada infeliz”). Ela se expande o *status quo* quando se conecta com o espaço da cidade, negando a repetição maquínica e esmagadora do mercado, bem como se reconhecendo a partir dos transeuntes, da alteridade. Dessa forma, ela também faz parte da multidão, pois desfruta de sua singularidade enquanto é confundida com uma “igual”. “Quem passasse por ela pensaria que também estava empregada em algum lugar, que também fazia parte, que também estava indo em direção a alguma coisa. Qualquer coisa. Uma igual” (SILVEIRA, 2012, p. 76).

Com isso, compartilha do fascínio despertado pelo espaço citadino multifacetado, mesmo imerso em um movimento da lógica capitalista, presente nos ares de São Paulo, mas não se sente convidada para o seu desfrute mercadológico: “Detestava shopping. Sentia-se esmagada, literalmente esmagada por eles. O shopping era a vitrine da exclusão” (SILVEIRA, 2012, p. 76), questionando o mercado enquanto dispositivo de poder. Como afirma Justino (2017), Ametista questiona “não só as mídias de massa e seus sistemas de produção semiótica, mas as redes de solidariedade e de exclusão, os vários modos e estratos de vivência cotidiana e de lazer [...]” (JUSTINO, 2017, p. 11).

Sobre a personagem chamada Percília, uma mulher trans, já existe uma relação potente dela com o espaço de São Paulo, no que tange à conquista de seus direitos de existência. Com isso, ela ganha a sua nova identidade, cedida por uma advogada, o que já demonstra a desconstrução da identidade fixa, a despeito do binarismo sexual e do controle dos corpos, embora Butler (2017, p. 98), em uma análise sobre *Vigiar e punir*, de Foucault, apresente a sujeição através do corpo do seguinte modo: “Não há corpo fora do poder, pois a materialidade do corpo – aliás, a própria materialidade – é produzida pelo investimento do poder e numa relação direta com ele”, fazendo parte, inclusive, da produção do sujeito.

Desse modo, o corpo de Percília, cujo nome era Percival, participa, institucionalmente, do processo de subordinação, a fim de estabelecer seu lugar identitário, não podendo abdicar da materialidade do corpo. Mas a sua noção de identidade de gênero retoma a desconstrução do sujeito fixo, partindo para os limites das interfaces sexuais, que cada vez mais têm sido dotadas de pluralismos

democráticos no mundo contemporâneo, o que não exclui ainda seu viés violento e marginalizado, como a própria ausência de contrato para mulheres trans na indústria cultural da música, a principal válvula de subjetividade de Percília. Assim, ela mesma afirma:

[...] comecei a cantar no metrô em Roma. Como eu ia vestida normal, de mulher como a mulher que sou, mas era um risco, uma espada cortante sobre minha cabeça, igual àquela do Dâmocles, e uma vez quase me mataram. Então, tive que começar a ir fantasiada de homem. Só quando me convidaram para cantar no D'Amore é que pude cantar tranquila como mulher, como Perci Becari, embora sem contrato (SILVEIRA, 2012, p. 100-101).

Entretanto, de acordo com Rodrigues (2016, p. 249-250), há um traço comum na escrita de autoria feminina, no que se refere à construção das personagens mulheres guiadas por um profundo sentimento de hedonismo:

[...] a satisfação de desejos imediatos, especialmente os ligados à sexualidade e ao erotismo [...] por esta razão, nota-se o desprezo [...] por tudo que se situa fora das possibilidades de alcance de seus objetos de desejo e da conquista da felicidade. Neste sentido, do ponto de vista filosófico elas são, portanto, hedonistas, e conseqüentemente sujeitadas ao biopoder.

Do outro lado da *Pauliceia*, palco de encontros e desencontros, a irmã de Ametista, Rubi – curiosamente outro nome de pedra preciosa – que se debruça sobre vendas de perfume para homens pobres, produz seu trabalho intelectual no momento que, mesmo enredada pelo capitalismo, encontra sua brecha: “[...] não era uma mercadoria que Rubi vendia, era sonho. [...] O que Rubi lhes vendia era o aroma da autoestima, uma imagem melhor, aceitável de si mesmos. O que não é pouco, convenhamos. Não é nada pouco” (SILVEIRA, 2012, p. 212). De fato, este não é mais um valor material, mas sim imaterial, imensurável, uma vez que o sonho, a autoestima, a sensação são processos subjetivos do sujeito.

Outrossim, a personagem Rubi põe em xeque o lugar das mulheres em suas relações com os homens, discordando do pensamento de que elas “fazem o que quiserem com eles”. Para tanto, a identidade fixa da *femme fatale*, em comparação com a estética da personagem Rubi “ainda que bem bonitinha, sabe está longe, muito longe delas, daquelas lendas de carnes esculturais, ossos perfeitos, cabelos inesquecíveis, bocas embriagadoras [...] que os livros, a televisão e o cinema

criaram” (SILVEIRA, 2012, p. 212) demonstra o atravessamento da indústria cultural no devir mulher. Então, ela segue citando exemplos de mulheres históricas, tais como Lilith, Salomé, Cleópatra, Marilyn Monroe, Madonna, Juliana Paes, Luana Piovani, Eva.

Sob outra perspectiva, existe uma personagem, Luli, recepcionista, esmagada pela grande São Paulo, tendo em vista que mesmo que produza subjetividades, ela acaba caindo no lugar de apagamento, sob o véu do estigma da “empregada”, explicitamente relatado no discurso do narrador. “Tratam Luli como a empregada que ela é, nada além disso [...] sente-se um tipo humano de merda. [...] Ela é como uma verme de Marte que baixou no local” (SILVEIRA, 2012, p. 232). Parte-se desse pressuposto para afirmar que não há apenas uma crise de identidade, mas uma crise das identidades já em crise, pois mesmo considerando o sujeito deslocado, as mulheres como personagens tipo continuam aparecendo.

Tal como aponta Dalcastagnè (2010); são elas donas de casa; sem ocupação definida, estudantes, profissionais do sexo, artistas, professoras, domésticas. É fato que elas continuam surgindo nas obras sob o viés caricato, todavia, “aos leitores não mais se permite o benefício da leitura ingênua [...] esse tipo de leitor bem comportado, dentro do seu mundo restrito, só consegue ler a si mesmo; as obras literárias são apenas pretextos” (RODRIGUES, 2016, p. 235-236). Nesse sentido, a forma como lemos essas mulheres também influencia para a invisibilidade de suas brechas, que ora são minimizadas pelo narrador, ora pelo nós, enquanto leitores. Torna-se um problema quando apenas observamos as mulheres em seus papéis sociais assumidos com linearidade, sem perceber os seus foras.

Entretanto, ainda nessa linha das caricaturas das personagens, a última mulher escolhida para a análise de *Pauliceia de mil dentes* (2012) é Irina, mãe de um motoboy chamado Erasmo, construída como trabalhadora independente que antes tinha o sonho de “Cursar engenharia. É boa com números”, mas “Não deu pra ter outro tipo de futuro. Teve que trabalhar desde pequena e fez de tudo na vida menos o curso de engenharia” (SILVEIRA, 2012, p. 244). O reducionismo classificador da sua função social também indica uma problemática no apagamento dessas mulheres que possuem muito mais subjetividade, com a diferença de que nem sempre ela consegue ser explícita na narrativa. Irina, em quase todos os trechos descritivos, é referenciada como mãe-cuidadora e não como mulher-sujeito:

A falta do marido nessas horas é um escuro cujo final, por mais que se esforce, ela não vê. Oseias saberia conversar melhor com Erasmo, dar uma orientação. Erasmo respeitaria o pai e os dois seriam amigos, são tão parecidos. [...] O sonho dela e de Oseias passou a se estabelecer todo no filho (SILVEIRA, 2012, p. 242-243).

Rodrigues (2016) afirma que mesmo havendo protagonistas mulheres – neste caso supracitado, sem protagonismo –, elas ainda aparecem dentro de um padrão único de mulher, sendo aquela que canaliza toda a existência na realização amorosa e sexual, principalmente dos seus parceiros. Com Irina, acontece não apenas com seu parceiro que faleceu, mas com o seu filho, destituindo-a de uma singularidade *per si*. Por esta razão, acontece na obra tanto o aparecimento do sujeito fragmentado, quanto do sujeito ainda domesticado pelos muros sociais, tais como o casamento e a maternidade. Embora haja um questionamento da questão do trabalho material enquanto denúncia, os subterfúgios de uma subjetividade acabam abafados pela linguagem e pelo reforço de estereótipos.

Vale frisar que não é somente a tautologia de estereótipos que deve ser validado em uma obra literária, mas também a análise linguística – partindo, principalmente, do narrador – que deve ser lida à luz do trabalho imaterial. No entanto, vê-se que não é em todos os casos que ele surge como potente, pelo contrário, às vezes surge como inibidor da subjetividade das mulheres carregadas de denominações estigmatizantes. Logo, não queremos, aqui, forçar uma metodologia de leitura que sirva para absolutamente todas as obras da Maria José Silveira, já que para que ela seja aplicada, muitas vezes é preciso fazer uma leitura atenta, em uma obra que se abra – consciente ou inconscientemente – para tal possibilidade.

4.1.2 A geração de mulheres de A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas

Como já foi abordado previamente no primeiro capítulo, a obra *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*, de Maria José Silveira, tem sido lida e traduzida nos últimos anos para outros países da Europa, bem como nos Estados Unidos, o que nos desperta para uma reflexão sobre visibilidade de mulheres autoras. No entanto, por que o livro não é tão conhecido no Brasil, mesmo se tratando da história brasileira, mas é predominantemente valorizado fora dele? Além disso, a narrativa

ganhou uma nova edição em 2019, com um capítulo a mais, porém, a edição estudada aqui será a primeira, publicada em 2002.

A estrutura narrativa é dividida em cinco grandes capítulos intitulados: “Brevíssimo encanto”, “Desolada amplidão”, “Esplendor improvável”, “Viciosa modernidade” e “Signo do lucro”, contabilizando um total de 20 personagens protagonistas mulheres, atravessadas pelos fatos históricos ocorridos no Brasil. Desde o século XVI até o século XXI, Maria José Silveira passeia desde o Brasil-Colônia até construção de Brasília, tendo em vista que as personagens migram para o Estado da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás e Brasília, tecendo um caleidoscópio geográfico e subjetivo.

Além disso, a proposta da autora é contar nossa historiografia a partir de mulheres, lançando capítulos menores com seus nomes. Uma coisa interessante é que mesmo Maria José se debruçando sobre a pluralidade feminina, durante a narrativa, assim como a de *Pauliceia de mil dentes*, não há um protagonismo único, ou ainda, não há protagonismo na obra, pois a multidão-mulher aparece como uma constante na obra, revelando a descentralização de uma única voz. Todavia, há uma observação a ser feita em sua proposta: quase todas as mulheres possuem sua subjetividade produzida a partir da relação com algum homem, o que é revelado, dentro de alguns capítulos, um capítulo extra – às vezes possuindo mais páginas – sobre a história desse homem.

A literatura ficcional brasileira contemporânea que apresenta personagens protagonistas mulheres, mesmo na produção de autora, ainda reverbera alguns traços das obras de autoria masculina nas quais as mulheres eram apenas representadas, geralmente por uma perspectiva androcêntrica [...] (RODRIGUES, 2016, p. 225).

Exemplo disso fica evidenciado no primeiro capítulo, “Inaiá (1500-1514)”, cujo tópico disserta sobre a história de “Fernão, o jovem, um ‘brasileiro’”. Já a descrição sobre Inaiá é reduzida à sua estética, em maior parte da descrição, e ao olhar do estrangeiro:

Basta saber que, de todas as maneiras, as primeiras habitantes da nossa terra atraíam muito a vista, com ficou por ninguém menos que o ilustre escrivão Pero Vaz de Caminha, no primeiro documento sobre a nova terra. Ele parecia não conseguir desviar os olhos delas, como descreve, sem poder esconder seu encantamento: “Tão moças

e gentis, com cabelos muito pretos e compridos, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas [...] (SILVEIRA, 2002, p. 22).

Novamente volta à questão do reducionismo do próprio narrador acerca da personagem, que depois de ter descrito todas as características físicas de Inaiá, afirma que “Nem mesmo a personalidade de Inaiá era especial. Era tão disposta às tarefas e alegre nos banhos, tão falante e despreocupada quanto as irmãs, tão adequada e satisfeita por estar no mundo quanto elas” (SILVEIRA, 2002, p. 22). Ou seja, seu comportamento é trazido pelas suas ações e não pela sua imaterialidade, o que denota uma mulher subjugada à aldeia a qual pertencia, nada além, denotando uma possibilidade de leitura.

Por outro lado, através da neta de Inaiá, a personagem Sahy – indígena corajosa, no período da invasão dos portugueses nas terras brasileiras e das doenças que as ervas e magias não mais curavam. Ela era descrita como “pessoa voltada para a observação e a reflexão, dedicada ao pensamento e não à ação, de certa forma capaz de rever o que aconteceu e sentir o que vai acontecer” (SILVEIRA, 2002, p. 45). Embora haja certo reducionismo ao que se entende por “pensamento” em relação à “ação”, como se fossem excludentes, Sahy era uma *marauna*, ela própria produzindo trabalho imaterial compreendido pela intuição e misticismo.

A mão de obra indígena, berço das futuras sociedades capitalistas, já aparece na narrativa como forma de “controlar os nativos e fazer deles a fonte da mão de obra para construir o país” (SILVEIRA, 2002, p. 47). País que foi desapropriado para os interesses europeus, os quais conferiram finais trágicos para as mulheres das aldeias, a exemplo da prática de estupro contra Sahy: “Não sentia horror, nem prazer com isso, não sentia nada” (SILVEIRA, 2002, p. 49), em busca do esvaziamento de suas subjetividades. Mas a voz da linhagem familiar que até pelo “nada” se revela, contou com a simbólica contação dos sonhos, a fim de repassar “De onde tinham vindo e como costumavam viver. Falava da floresta e das ervas e dos seus segredos [...] a mãe contando para a filha a história de seu povo e do sofrimento” (SILVEIRA, 2002, p. 54-55). Mais do que a constituição da árvore genealógica, o trabalho imaterial dessas mulheres indígenas é resistência e sobrevivência.

Nesse viés, para Paula Gunn Allen (1986), existe a importância da pluralidade espiritual ginocêntrica²² em todos os aspectos da vida indígena, isto é, uma intersubjetividade, com a qual se produz conhecimento, muito diferente daquela da colonialidade do saber moderno. Por outro lado, mesmo com a designação da “deusa da fertilidade”, houve a substituição da figura feminina pela supremacia masculina, como fez o cristianismo, trivializando as tribos e o poder da mulher. Hollanda (2020), ao retomar Allen (1986), aponta que “O colonizador branco construía uma força interna nas tribos à medida que cooptava homens colonizados para ocupar papéis patriarcais” (HOLLANDA, 2020, p. 70). Ou seja, as mulheres partiram para a secundaridade.

No século XVII, esse patriarcado ainda estava fortemente marcado, o que explica a participação da personagem Maria Taiaôba nos engenhos de açúcar em Pernambuco, sendo validada pela sua função, mas não pelo seu valor como sujeito:

Maria, viúva, era agora a única responsável pelo engenho. O feitor, homem de confiança de Duarte, continuava como braço direito, mas era ela quem saía para negociar o açúcar com os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais, e era quem tomava todas as decisões. [...] Na cidade, porém, o respeito que tinham por ela certamente vinha muito mais da sua riqueza, vamos ser francos, do que do reconhecimento do seu valor (SILVEIRA, 2002, p. 97).

Em outra perspectiva, sobre Maria Taiaôba, seu *general intellect* é atravessado pela sabedoria das ervas, da cura, das palavras, tendo como suporte uma Velha, cujo nome ninguém nunca soube: “[...] a cara de velha, as maneiras de velha, a sabedoria de velha” (SILVEIRA, 2002, p. 76). Ela corresponde ao estereótipo de uma mulher idosa, sem identidade, ao passo que é lida pela lupa do preconceito contra essas figuras tão marginalizadas social e literariamente. “[...] achavam que a Velha [...] era, afinal, uma bruxa, e uma vez bruxa, sempre bruxa, quem faz feitiço para o bem também pode fazer para o mal” (SILVEIRA, 2002, p. 97). Por isso, ela passou a ser:

[...] a sombra de Maria e um pouco de sua alma: contava-lhe histórias de seu passado nas vidas de Maria Cafuza e de Filipa,

²² O *Ginocentrismo* (do grego, gino: “mulher, fêmea”) é a prática, consciente ou não, de fazer valer o ponto de vista feminino (ou especificamente feminista); de colocar a segurança, o conforto e o bem-estar geral das mulheres no centro da preocupação social ou política, e estruturar a vida na missão a serviço de tais interesses.

ensinava-lhe a sabedoria das ervas, mostrava os motivos de cada tom de verde da mata, explicava os animais e suas razões, indicava o caminho do espírito dos rios e suas águas e, mais que tudo, desde pequena, ensinava-lhe a olhar fundo dentro de si mesma para descobrir a fonte de sua força única e seu poder” (SILVEIRA, 2002, p. 78).

O trabalho imaterial também pode ser verificado no sentimento de revolta e de sororidade entre as mulheres, trazendo uma potência no contexto de desbravamento dos sertões pelos bandeirantes e da descoberta do ouro – houve um inconformismo em relação à mortandade e à perda de seus bens. É um ponto de fuga da situação, sobretudo, para a personagem Ana de Pádua, a qual sofre violência de seu companheiro Baltazar: “[...] não podia sair de casa a não ser com o marido; e quando saísse, tinha que se cobrir com um longo xale preto que envolvia o corpo da cabeça aos pés” (SILVEIRA, 2002, p. 135). Como contraponto, “as mulheres, inconformadas e furiosas, saíram às ruas” (SILVEIRA, 2002, p. 143).

Entre ápices e declínios, Ana de Pádua acaba por ter sua subjetividade roubada pela traição de Baltazar, que a comete com muita força, e, embora não seja negada a ela “uma vida intelectual ativa, criativa e participativa nos arranjos culturais dos espaços que elas [as mulheres] ocupam” (RODRIGUES, 2016, p. 248, grifos nossos), Ana passa a canalizar sua energia vital para as fornicções do seu marido até isso desembocar em sua morte. Ou seja, infelizmente, nesse caso, “os silêncios e os discursos das mulheres não foram usados como índice de resistência política e ideológica, mas sim como ratificação da dominação masculina” (RODRIGUES, 2016, p. 239), verificando-se no seguinte trecho:

As novidades que antes lhe atraíam tanto, o suceder dos pequenos acontecimentos, tudo isso não tinha mais graça depois que ao seu redor já não contava com a malícia risonha das pretas jovens, só com a melancólica sabedoria das pretas velhas. O agitar das águas de seu rio não lhe encantava como antes, depois que se deixara contaminar pela obsessão de ter o marido só para si, de agarrá-lo como se de dentro dele fosse tirar as respostas para suas angústias, fosse fazer retornar os significados e as belezas do rio de sua vida (SILVEIRA, 2002, p. 157).

Além disso, Rodrigues (2016) reitera a representação dessas mulheres como personagens tolhidas em suas falas sobre o que é próprio ao universo extra doméstico, quando ainda se abrigam dentro de um modelo de identidade feminina fixa e raquítica, presa ao uso que podem fazer do próprio corpo enquanto objeto de

prazer masculino. Portanto, em sua análise, os personagens homens permanecem circulando entre a casa e as ruas, mas as personagens mulheres continuam deitadas em seus leitos de amor e morte, o que é explícito na história de Ana de Pádua, acometida pelo vazio existencial pós traições.

Diferente dessa última mulher, sua filha Clara Joaquina é irreverente à situação de opressão, desejando sempre a vingança pelos estupros do Diogo Ambrósio, seu companheiro. Em contraste ao trabalho material – aprender a bordar, cozer, tocar piano e ler, escrever e contar –, “[...] ela preferia ficar à janela, vendo o que acontecia nas ruas. Ou ficava desenhando. Gostava de desenhar figuras de mulheres com vestidos requintados, sapatos e joias” (SILVEIRA, 2002, p. 168). Dessa forma, Clara encontrava refúgio em sua subjetividade da apreciação e da arte do desenho, válvulas para manter vivo seu desejo de justiça. E, mesmo no momento da sua morte, ela estava “[...] com um sorriso de gelo nos lábios, certa de que então, sim, naquele último momento, completara sua magnífica vingança” (SILVEIRA, 2002, p. 174).

Já em transição para a República, o Brasil adentrava na “Viciosa modernidade”, atravessando o massacre de Canudos, as novidades e o espírito de repulsa. Em meio a isso, havia Diva Felícia como mais uma mulher que, mesmo estando envolta por uma condição favorável de herdeira única de pai milionário, produz subjetividade para além das demandas capitalistas. A personagem se entrega à fotografia, à arte, ao intelecto, sempre atenta às coisas desimportantes:

Escolheu mostrar também a beleza das coisas que a cercavam, de coisas que são tão corriqueiras, comuns, acessíveis e tantas vezes vistas que nem somos mais capazes de perceber quanto têm de belo. Revelar a beleza das coisas banais: foi para isso que ela começou a fotografar no quintal da avó as espigas de milho mal tiradas das cascas, os cachos de banana, as bagas de jatobá, as inúmeras e desvalorizadas flores secas do cerrado. Fotografava legumes, frutos e flores em *close*, e ela mesma as revelava e ampliava no laboratório que montara em sua casa, enfatizando suas características e revelando formas surpreendentes porque nunca percebidas, embora, ou talvez até por isso mesmo, tão vistas e revistas (SILVEIRA, 2002, p. 272).

Seu ápice surge quando, em um de seus trabalhos, Diva resolve fazer um movimento inverso: em vez de retirar vegetais, flores e frutos e isolá-los em seu estúdio, ela coloca moças nuas ou seminuas como frutos da terra, tornando-as um elemento a mais da natureza. Esse tipo de mistura, em que as mulheres estavam

integradas à natureza, a gênese do conceito de devir é revelada, em contraste com a produção capitalista. Deleuze e Guatarri (1996) afirmaram, no famoso capítulo dos *Mil platôs*, cuja retomada foi dada por Castro (2015):

Produção e devir: dois movimentos distintos [...] A produção é um processo em que se realiza a *identidade* do homem e da natureza, que a natureza se revela como processo de produção [...]. Devir, ao contrário, é uma participação “antinatural” (*contre-nature*) entre o homem e a natureza; ele é um movimento instantâneo de captura, simbiose, conexão transversal entre heterogêneos [...]. O devir é o outro lado do “espelho da produção” [...]: o avesso de uma identidade. Uma identidade ao contrário [...] (CASTRO, 2015, p. 186, grifos do autor).

Essa identidade às avessas assemelha-se à fragmentação do sujeito contemporâneo, pois percebe-se que a ação excêntrica da personagem Diva está inserida contramão da produção meramente material, pois constrói uma identidade nada fixa para as personagens mulheres, alvo de suas fotografias. A personalidade da mãe, ampliada pela sua subjetividade, é, por outro lado, tolhida pela sua própria filha, Ana Eulália, quando ela distingue sua mãe das outras mães – com elegância francesa – das colegas do colégio: “Eulália se encolhia, olhando para o chão, e, enrubescida, puxava a mãe para que se afastassem depressa da porta do colégio” (SILVEIRA, 2002, p. 289).

Passando para o contexto de ditadura militar, Lígia aparece como uma personagem engajada politicamente nas atividades subversivas, pois assalta bancos e faz expropriações. Não se restringindo a essas atividades clandestinas, se dedica a “[...] um projeto coletivo cuja generosidade e objetivo, por mais utópico que fosse, tinha o poder de espalhar e criar em todos um sentimento de grupo e de realização extraordinários. [...] transcendendo o cotidiano de cada um” (SILVEIRA, 2002, p. 333). Além disso, Lígia “[...] preservava intactas suas utopias. Às vezes era até, talvez, um pouco sonhadora demais: compunha músicas enquanto esperava um companheiro no ‘ponto’, escrevia poemas na véspera de uma ação, levava seu violão para cada ‘aparelho’ onde ia morar” (SILVEIRA, 2002, p. 333).

Desse modo, Lígia é mais uma personagem que produz sua subjetividade em meio ao caos. Dentro de uma fase de opressões e violências, ela não se deixava se dessubjetivar, mantendo-se sempre próxima à transcendência de suas ações, bem como à produção artística, símbolo de resistência nos anos de chumbo. Nessa linha

histórica, que vai de Inaiá, a primeira indígena narrada, até Maria Flor – a filha de Lígia –, a maioria das personagens se apresentam em suas brechas, gritam pelos poros, sobrevivem através do pensamento, da cura, da intuição, dos rituais, das irreverências, dos silêncios.

4.2 Algumas considerações sobre as obras

Diante da abordagem analítica tecida a respeito das personagens secundárias de *Pauliceia de mil dentes* e *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas* – já que são uma mutidão-mulher que ultrapassa qualquer protagonismo –, no que concerne à estrutura, observa-se que as mulheres, mesmo participando como importantes figuras, não falam por si mesmas, mas pela ótica do narrador. É uma onisciência em crise, pois, como ele próprio afirma em *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*:

[...] se é verdade que o narrador onisciente supostamente sabe tudo, é verdade também que aqui, como em todos os outros campos, há uma bela distância entre a teoria e a prática. O narrador sabe de muita coisa, isso é certo, caso contrário nem poderia estar lhes contando essa história, mas daí à onisciência, francamente, há um fosso magnífico e um enorme exagero (SILVEIRA, 2002, p. 247).

Tomar como uma certeza o controle de discursos dos personagens é possivelmente um exagero, pois, na autorreflexão, ele próprio é quem retira o discurso de autoridade suprema, se reconhecendo enquanto insuficiente na totalidade dos fatos. Em relação ao debate das identidades pós-modernas, os narradores também entram como matéria de análise, uma vez que “desdobram-se, multiplicam-se, escondem-se, exibindo o artifício da construção. [...] eles enfiam a cabeça por alguma fresta, mostram suas falhas, gritam seus absurdos. [...] Um narrador suspeito exige um leitor comprometido” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 73). Ou seja, o leitor em diálogo com o narrador deve decidir se o modo, muitas vezes, preconceituoso como o narrador enxerga certa personagem ou situação deve ser ignorado ou não.

Em uma das passagens de *Pauliceia de mil dentes*, é possível observar uma fresta aberta pelo narrador, quando emite uma opinião acerca da situação em que Maria Amália (uma das personagens não analisadas no tópico anterior) se refere ao amante da mãe, Oswaldo. Portanto, percebe-se que o narrador compartilha do

mesmo pavor – ao se falar em Oswaldo – que Maria Amália, uma vez que no discurso insere expressões, como “velho” (de modo pejorativo), “visão deplorável” (em relação ao encontro da mãe com o dr. Oswaldo), finalizando sua fala com o “sabe-se lá às custas de quê”, que faz alusão ao modo de vida que o casal leva, imprimindo ao tom certo deboche e oralidade:

[...] Acha obsceno esse passado da mãe, esse amante *velho* que resistiu mais do que seu pai, esse caso que a chocou tanto quando jovem e que agora é obrigada a aturar. Evita ao máximo visitar a mãe em momentos que talvez ele esteja lá, não quer ter a *visão deplorável* desse casal que sobrevive *sabe-se lá às custas de quê* [...] (SILVEIRA, 2012, p. 190, grifos nossos)

Ou seja, esse narrador “suspeito” observa tudo ao seu redor. Mas aos poucos, parece desaparecer em meio às falas dos muitos: “[...] carros de resgate que fecham a pista da Marginal [...]. Só uma bomba explodindo lá dentro para *um prédio desse* perder a pompa, e Percília se pergunta, O que vim fazer aqui, me explique?! [...]” (SILVEIRA, 2012, p. 97); ou em: “Ficou esperando ali mesmo até a irmã descer. Agora iria esperar outra vez. *Como estará ela, desmaiada de medo, pobrezinha?* [...] Não morra, Escarlete, por favor, não morra. Puxou o agasalho e apertou os braços cruzados.” (SILVEIRA, 2012, p. 70, grifos nossos). Na primeira passagem, a expressão “um prédio desse” aparenta uma ilusória aproximação espacial do narrador em relação à situação aflita do sequestro, que confunde o leitor. Já na segunda passagem, a preocupação em relação a Escarlete fica na incógnita. Seria do narrador ou de sua irmã Ametista?

Então, percebe-se que o reforço de identidades e a desconstrução de outras têm muito a ver com o modo como o narrador se posiciona. “Não há a intenção de consolar ninguém, tampouco, de estabelecer verdades definitivas ou lições de vida. Reafirmam-se [...] a imprevisibilidade do mundo e as armadilhas do discurso” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 93). Assim, em um viés de Bakhtin (1988) que determina o discurso em consonância com a sociedade e, por sua vez, com o gênero, a etnia, a classe social a que pertence ao escritor, além do próprio campo literário e da produção anterior do artista, é compreensível que Maria José Silveira acabe mapeando um pouco de sua identidade na obra, o que não ratifica necessariamente uma concordância com os juízos de valor do narrador. Mas, até que ponto essa história não continua contada sob o olhar androcêntrico?

Muitas vezes, como afirma Rodrigues (2016), a insistência na apresentação de mulheres submissas – nas obras analisadas, não são todas – pode vir a ser um modo de denúncia, de tencionalizar as relações dissimétricas entre homens e mulheres, através do olhar feminino de autoras contemporâneas que mostrariam “de dentro” a condição de vida das mulheres à luz do poder androcêntrico, o que pode se tornar uma rasura autocorrosiva, caso isso não seja explícito na obra literária. Porém, na obra de Maria José Silveira, ficamos entre a denúncia e o discurso manipulado do narrador sobre a caracterização dessas mulheres.

Por outro lado,

A história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas. Nessa perspectiva, a história das mulheres é fundamental para se compreender a história geral: a do Brasil, ou mesmo aquela do Ocidente cristão (PRIORE, 2004, p. 8).

É importante mencionar, em outras palavras, que o fato de a obra ter sido escrita por uma mulher não a isenta a de transparecer a perspectiva masculina sobre as mulheres. Aqui, vale uma provocação: se o livro se propõe a falar de mulheres, por que a voz que fala por elas não é a própria voz feminina, em primeira pessoa, dentro de uma perspectiva histórica? Como afirma Dalcastagnè (2012), falar por alguém é sempre um ato político, às vezes, legítimo, frequentemente autoritário (os adjetivos não são excludentes), haja vista que, ao se impor um discurso, é comum que a legitimação se dê a partir da justificativa do maior esclarecimento, da maior competência, e até da maior eficiência social por parte de quem fala. “Ao outro, nesse caso, resta calar. Se seu modo de dizer não serve, sua experiência também tem algum valor” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 19).

Em outro viés, acerca dos fatos históricos ficcionalizados, existe um ponto de vista importante e que deve ser reconhecido na obra de Maria José Silveira, tendo em vista que:

[...] não há “novidade” na História do Brasil contada por Maria José Silveira, mas sim um exame minucioso dos fatos, sem a menor manipulação dos dados, para formar a realidade que serve de objeto da representação ficcional no relato da História das mulheres. Dessa forma, para fundir os eventos literários e reais, a partir da realização de pesquisa, a autora certificou-se de que os detalhes históricos

contidos em seu romance estavam corretos, ainda que esses detalhes não fossem imprescindíveis ao enredo. Apenas serviram para relacionar a vida das mulheres com o momento histórico em que elas viveram (ALMEIDA, 2005, p. 32).

A escolha dos fatos históricos como arcabouço das experiências vividas pelas personagens também possui a seguinte leitura: a maior parte das mulheres mostradas na obra – indígenas, mamelucas, brancas – se aproximaram mais dos documentos históricos oficiais, mesmo que de forma incipiente, o que reverbera na pouca presença de mulheres negras na narrativa. A interseccionalidade acaba aparecendo, sobretudo, para mulheres indígenas, mas o olhar da colonialidade de certa forma ainda persiste, principalmente quando Maria José Silveira resolve apresentar a história de alguns homens à parte, a exemplo de: Fernão (o jovem “o brasileiro”), Jean-Maurice (o português da Normandia), Duarte Antônio de Oliveira (o reinol “cristão-novo”), Wilhelm Wilegraf (o soldado), Bento Vasco (o bastardo), Vicente Árcon (o Castelhana), Mb’ta (o negro da Guiné), João Tibiritê (o mameluco paulista), José Garcia e Silva (o paulista), Diogo Ambrósio, Dagoberto da Mata (o capitão), Jacinto (o capataz).

Essa relação constante com homens também é justificada pelo fato de a obra se referir a várias gerações de mulheres, as quais necessitam biologicamente da relação sexual a fim de dar continuidade à linhagem. Logo, a necessidade de haver homens em meio aos capítulos também tem elo com a formação genealógica, ficando esse aspecto evidenciado no sumário do livro.

Um detalhe é que os sub-capítulos sobre os homens passam a desaparecer a partir da sessão “Viciosa Modernidade”, que é justamente o momento histórico do século XIX (a partir de 1816), em que as mulheres passaram a se desprender mais da sombra masculina, correspondendo a uma sucessão de conquistas – algumas ainda muito tímidas – para mulheres pertencentes à classe burguesa. Dessa classe, há, conseqüentemente, a exclusão das mulheres negras, as quais demoraram mais tempo a ter acesso à educação e aos bens econômico-culturais, de forma geral. O período escravocrata foi determinante para esse desaparecimento na obra, havendo, ainda, alguns personagens homens escravizados, mesmo que resumidos à força física, à mão de obra: “Os nativos, ‘os negros da terra’, eram bons para desmatar antes de plantar a cana, mas para o trabalho complexo e repetitivo de engenho cujo propósito eles não entendiam, eram um fracasso” (SILVEIRA, 2002, p. 59).

No quesito produção de subjetividade, as mulheres negras ficavam ainda mais à margem, a exemplo do contexto da chegada dos holandeses e da exploração de mão de obra escrava em Pernambuco, onde, “No engenho, as mulheres eram poucas e quase todas índias ou mamelucas. As duas negras iorubas da cozinha eram mais velhas e já tinham seus esposos” (SILVEIRA, 2002, p. 61). Não há uma identificação por nomes, nem a contemplação das materialidades produzidas para além do trabalho na cozinha, espaço bastante destinado às mulheres negras naquele tempo (e que não mudou totalmente, tendo em vista que as empregadas domésticas, no Brasil, ainda são de maioria negra, uma verdadeira herança histórica).

Dos capítulos mais próximos, o de Ana de Pádua se aproxima à descrição da cor de pele negra, mas ainda com muitos eufemismos, talvez pelo período de publicação do livro (2002), em que “politicamente correto” ainda não era um debate tão ávido quanto é hoje. O narrador descreve Ana: “[...] era pequena, magra, de cor morena, puxando mais ao pai crioulo” (SILVEIRA, 2002, p. 131). A palavra “crioulo” pode se configurar, inclusive, como crime de racismo, a depender do contexto e do falante, segundo a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

Em suma, a história da geração de mulheres, na segunda obra, principalmente do início do século XVIII em diante, retrata um grupo de mulheres privilegiadas economicamente – companheiras de políticos, donos de terra, donos de escravizados, por exemplo –, o que nos faz observar que a própria história de mulheres tem fortes relações com a histórica supremacia masculina. Em contrapartida, o que mais incomoda é ver que suas ações estão ficcionalmente bastante voltadas para os sentimentos de valorização, vingança, ascensão social, destruição, afetos em relação constante com os homens, obliterando a subjetividade dessas mesmas mulheres, por elas mesmas.

Toda essa literatura mais marcadamente crítica está sugerindo, no final das contas, que a autoridade de quem fala pelo outro tem de ser questionada, tanto em termos literários quanto sociais. O que não significa que a representação de grupos diferentes daquele de onde procede o autor deve ser censurada (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 38).

Reforçamos, por fim, que essas constatações não excluem o fato de percebermos uma tendência na contemplação de personagens oprimidas, nas duas obras – indígenas, bruxas, miscigenadas, dona de casa, cantoras trans, estudantes

etc –, o que se torna um avanço significativo no espaço literário para mulheres. A leitura do trabalho imaterial, no entanto, não se limita ao aparecimento de personagens femininas (visão que pode ser redutora), mas se estende para o modo como suas potencialidades subjetivas podem nos trazer novas abordagens de análise. Ou seja, o intuito é ler a produção de subjetividade que escapa aos olhos da crítica literária, muitas vezes, bem como do próprio narrador. O nosso trabalho é justamente achar essas brechas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos que o trabalho imaterial possui inúmeras vertentes, desde o instrumento do capitalismo como máquina de poder que reverbera na experiência sociocultural até o trabalho imaterial como potência da literatura contemporânea. Sua dialética se deve aos recentes debates tecidos, sobretudo no que se refere ao questionamento das instituições sociais arraigadas pelo tempo – Igreja, escola, casamento etc. Além disso, tal questionamento se estende para a inespecificidade das imaterialidades que ora se comportam como pressuposto do capital, ora se comportam como tangentes a ele.

Dessa forma, avançamos para a discussão acerca das rasuras da crítica contemporânea, a qual ganha força na relação direta com a literatura. Da autonomia à pós-autonomia, percebe-se que a produção de subjetividade é encontrada de forma expressiva na linguagem considerada literária, trazendo consigo a problematização dos recursos estéticos, históricos, estilísticos que circundam a definição de uma obra literária. Mais do que a necessidade de definir, observamos a multiplicidade de pontos de vista sobre o conceito de literatura, ampliando o horizonte de possibilidades de leitura de um texto literário, ao percebê-lo alagado de tantos outros discursos, como os estudos culturais, os gêneros literários emergentes na contemporaneidade, o surgimento de uma nova “tradição de vanguarda”, tal como já ocorreu em outros períodos.

Assim, buscamos confirmar nossas hipóteses, no que tange às porosidades da crítica literária mais atual em diálogo com a produção de subjetividade, averiguando a fortuna crítica desenvolvida sobre a autora estudada nesta tese, Maria José Silveira, não com o intuito de cobrar de outros pesquisadores o posicionamento metodológico do trabalho imaterial como motor das obras literárias; mas para perceber o quão presente está na crítica contemporânea leituras que escapam à subjetividade, relegando abordagens mais abrangentes, principalmente quando se trata de personagens mulheres.

Nesse sentido, a necessidade de enxergar a literatura como potência do hoje, considerando suas contradições, digressões, reconfigurações da estimada “literariedade”, reforça o modo como as narrativas caem em armadilhas da lógica neoliberal e ao mesmo tempo escapa a ela, sendo espaço de questionamento, de

reterritorializações e de devires novos (e tão antigos), em uma busca pela produtividade que pode ser encontrada no cerne da literatura.

Ademais, intentamos defender a tese de que as mulheres são a potência da literatura, confirmando nossa escolha do *corpus* de análise, já que foram subtraídas da voz e violentadas tanto no plano social quanto no plano literário. A potência se deve às brechas que expressam suas imaterialidades tão ignoradas pelo sistema patriarcal, abafadas pela estrutura que primeiramente exclui as mulheres do espaço da crítica, da pesquisa, do empoderamento, da ficção; depois as coloca como protagonistas das lutas e movimentos sociais que reverberam no aspecto literário; para, então, reforçarem estigmas que as limitaram – corpo, pensamentos, ações, vivências, solidão, morte – sob o signo da “visibilidade”.

Vale ressaltar que sobre essa concomitância de discursos que acomete o sujeito mulher, a referência às personagens que extrapola o paradigma que separa “vida” e “obra” é observada na obra de Maria José Silveira, *Eleanor Karl, filha de Marx* (2002), de modo que em meio aos aspectos biográficos e ficcionais, essas mulheres confirmam a ideia de que são múltiplas na realidade ficção típica da literatura pós-autônoma. Múltiplas porque enxergam em si mesmas relações com o afetivo-sexual como subjetividade triturada pela hegemonia falocêntrica, mas a reiteram quando trazem em seu âmago a potência de outros sentires e saberes, revelando sua ascendência no plano político de representatividade em paradoxo à decadência da morte e dos esvaziamentos de sentido.

Nessa perspectiva, as mulheres ficcionistas também são uma instância a ser discutida, pois trazem em si anos de negação e de rara visibilidade – a não ser aquelas que entram em manuais de literatura, como Rachel de Queiroz, Cecília Meireles, Lygia Fagundes Telles e outras –, exaltando o enorme hiato das autoras negras, trans, periféricas, lésbicas. Mas o que a autoria implica na produção de subjetividade? Justamente o discurso andrógino que também se manifesta nas autoras consideradas da “margem”, revelando que não importa o quanto elas apareçam, se suas escritas ainda reproduzirem a lógica da marginalização que as acomete.

Por outro lado, demonstramos que, mesmo que elas venham a reproduzir protagonismos desgastados ou vieses patriarcais, o momento efervescente que vigora na contemporaneidade – reforçado pelos feminismos plurais, em suas contradições e complexidades – pede, de antemão, a legitimidade das obras (em se

tratando da autoria de mulheres negras, mais ainda), uma vez que os homens sempre escreveram com espaço alargado. Assim, a literatura de autoria feminina não deve ser analisada com base apenas no modelo construído pela escrita dita “masculina”, se é que ela existe, a fim de que as mulheres ficcionistas também possam recriar seu lugar de fala com mais liberdade temática e literária – no sentido de produção.

A persistência das análises críticas que vêm surgindo nos últimos anos, em relação à mulher, também se refletiu neste trabalho, com o objetivo não de repetir o que já se sabe sobre elas no campo literário, mas sim de ressignificar esse espaço com a leitura das imaterialidades presentes nas brechas do discurso de mulheres personagens. Assim, intentamos adentrar no debate sobre identidade, justamente para problematizar as diversas visões acerca da construção de um sujeito fixo em comportamentos, estereótipos, discursos, imagens que são repassadas e introduzidas ininterruptamente como forma de continuidade do capitalismo que prega a alteridade como algo positivo, apenas para enredá-la na armadilha do lucro.

Posteriormente, incorporamos as discussões teórico-críticas à leitura de duas obras de Maria José Silveira, *Pauliceia de mil dentes* (2012) e *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas* (2002), com o intuito de concretizar a análise do trabalho imaterial na literatura, observando as potencialidades extrínsecas e intrínsecas às personagens mulheres, as quais podem continuar “à sombra” do discurso androcêntrico, mas não deixam de produzir suas subjetividades por meio dos sonhos, dos afetos, dos laços de solidariedades umas com as outras, dos sussurros, das movimentações às escondidas, do grito, da relação com a natureza, do poder da cura e da memória.

Todos esses aspectos já foram atribuídos às mulheres não como potencialidade, mas como estigma. Dessa forma, objetivamos ressignificar essa produção que passa ao largo do maquinário capitalista, mesmo embrenhando-se nele, para que possamos criticamente observar as mulheres na literatura – entre ficcionistas, pesquisadoras, personagens – de modo mais expansivo. É necessário retirar dessas figuras histórias, de identidades tautológicas cujos espaços se limitam a uma nova configuração da violência de apagamento, quando ficam restritas às ações, à maternidade compulsória, ao estupro, ao suicídio; o peso da engrenagem que captura suas formas subjetivas, lucrando com elas.

É válido frisar que os impasses tecidos não comprometem nossas possibilidades de análise do trabalho de doutoramento, pois a intenção aqui não é fechar uma resposta absoluta de como as mulheres devem ser analisadas, mas lançar mais uma possibilidade – dentre tantas – de leitura dessas mulheres que são corpo-sexo, corpo-intelecto, corpo-sentimento, corpo-máquina, mas também corpo sem órgãos de uma multiplicidade muito comum na literatura de multidão. Por isso, torna-se mais interessante apontar para esse fenômeno crítico-literário que é o sujeito mulher – no plano da realidadeficção – como um poder-ser e um poder-não-ser, como um devir-mulher potente da literatura contemporânea.

Nossa tese, por fim, é passível de reformulações no que concerne à discussão tecida acerca do trabalho imaterial – produção da subjetividade –, da crítica literária, do debate de gênero e de identidade, assim como das leituras feitas a respeito da autora Maria José Silveira e de suas personagens mulheres. Logo, o material realizado possui uma perspectiva não conclusiva, apontando para desdobramentos que podem ser desenvolvidos em pesquisas futuras. Isto é, as considerações aqui obtidas não são impositivas e unilaterais, ao contrário, são pontos de partida para novos trabalhos.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, P. G. *The Sacred Hoop: Recovering the Feminine in American Indian Traditions*. Boston: Beacon, 1986.
- ALMEIDA, S. R. G. Narrativas cosmopolitas: a escritora contemporânea na aldeia global. In: DALCASTAGNÈ, R; ELBE, L. J. *Literatura e exclusão*. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- ALMEIDA, V. *Histórias (d)e mulheres: Um livro, muitas vidas*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Dissertação de mestrado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102667>. Acesso em: 04 jan. 2021.
- ALVES, W. S. O discurso de Luiz Ruffato em Frankfurt: polêmica, recepção inicial e paradigmas em disputa. In: *estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 48, p. 149-176, maio/ago. 2016
- BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. *Origem do Drama Barroco Alemão*. Trad. br. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2015.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, J. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- _____. *Problemas de gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAMPOS, H. Iracema: uma Arqueografia de Vanguarda. In: *Metalinguagem & outras metas: ensaios de teoria e crítica literária*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CASTIANO, J. P. *A "Liberdade" do Neoliberalismo: Leituras Críticas*. Maputo: Editora Educar/CEMEC-Modernizando Tradições, 2018.
- CASTRO, E. V. *Metafísicas canibais*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- CHOMSKY, N. *Linguagem e mente: pensamentos atuais sobre antigos problemas / Noam Chomsky*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

- COELHO, L. P. *Identidade e memória no imbricamento histórico-literário de Eleanor, Marx, filha de Karl*. Dissertação de mestrado. 2013. (Universidade Federal de Goiás) – Campus Catalão.
- COMPAGON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- DALCASTAGNÈ, R. Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo. In: DALCASTAGNÈ, R; LEAL, V. M. V (Org.). *Deslocamento de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora Horizonte, 2019, p. 40-64.
- _____. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Vinhedo: Editora Horizonte/Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATARRI, F. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- ESTÉS, C. P. *Mulheres que correm com os lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem*. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Microfísica do poder*. 28. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.
- GARRAMUÑO, F. *Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- GONÇALVES, A. M. Negrinha! Negrinha! Negrinha! In: TERRA, H; RUFFATO, L (Org.). *Uns e outros: contos espelhados*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- GORZ, A. *O Imaterial: Conhecimento, Valor e Capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- HOLLANDA, H. B. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- HOOKS, B. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: elefante, 2019.
- _____. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.
- JAKOBSON, R. A novíssima poesia russa. In: *Trabalhos sobre Poética*. Moscou: Progress, 1987.
- JUSTINO, L. B. A crítica diante do trabalho imaterial da multidão. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Rio de Janeiro: UERJ v. 18, n. 29. 2, 2017. Disponível em:

< <http://www.abralic.org.br/revista/index.php/revista/article/view/402/394>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

_____. Potência oralizante da multidão: por que os estudos culturais ajudam a compreender a experiência dos muitos na literatura contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. n. 44, p. 145-164, jul./dez. 2014.

_____. A literatura marginal e a tradição da literatura: o prefácio-manifesto de Ferréz, "Terrorismo Literário". Niterói: *Gragoatá*. n. 23, p. 189-203, 2007.

HULLOT-KENTOR, R. O que é reprodução mecânica?. In: *Remate de Males*. vol. 29, n. 1, 2009.

LAZZARATO, M. *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Helsinque: n-1 Edições; Edições Sesc São Paulo, 2014.

_____. *Guerras e Capital*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

_____. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 Edições, 2019.

_____; NEGRI, A. *Formas de vida e produção de subjetividade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LUDMER, J. *Literaturas pós-autônomas*. Trad. Flávia Cera. Desterro: Sopro, n. 20, janeiro de 2010.

LOBO, L. *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

MACIEL, N. Um mosaico paulistano. In: *Correio Brasiliense*. Brasília: Sessão Diversão&Arte, p. 3, 18 mar. 2013.

MARX, K. *O Capital – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, F. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.

MCLAREN, M. A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

MOIRA, A. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo, 2016.

NEGRI, A. *Cinco lições sobre o Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, S. K. G. *Multipli(cidade): a potência da multidão em Pauliceia de mil dentes*, de Maria José Silveira. 2017. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade - PPGLI) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

- PAIXÃO, S. *A fala-a-menos: a repressão do desejo na poesia feminina*. Rio de Janeiro: Numen Editora, 1991.
- PAZ, O. *Os Filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- PELBERT, P. P. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- _____. A potência de não: linguagem e política em Agamben. In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista. v. 15, n. 1, p. 115-124, 2017.
- PLÁCIDO, E; RODRIGUES, R. Representações da loucura feminina em A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas. *Opiniões – Revista USP*. v. 15, p. 261-274, 2018.
- _____; SILVA, J. Violência contra a mulher na ficção de Maria José Silveira. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana – SE, Universidade Federal de Sergipe, v. 30, n. 1, p. 209-226, jul.-dez. 2019.
- POLESSO, N. B. *Amora*. Porto Alegre: Não Editora, 2015.
- PRECIADO, P. B. *Manifesto Contrassexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2014.
- QUINTANA, P. *A cachorra*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- RAMOS, L. *Na minha pele*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.
- RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- RODRIGUES, R. *Mulheres e amores em ficções de autoria feminina*. Campina Grande: EDUFPG, 2016.
- SANTOS, G. N. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SCHMIDT, R. T. Centro e margens: notas sobre a historiografia literária. In: DALCASTAGNÈ, R; ELBE, L. J. *Literatura e exclusão*. Porto Alegre: Zouk, 2017.
- SILVA, A. P. D. *Mulheres representadas na literatura de autoria feminina: vozes da permanência e poética da agressão*. Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- SILVEIRA, M. J. *Guerra no coração do cerrado*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. *A mãe da mãe da sua mãe e suas filhas*. São Paulo: Globo, 2002.
- _____. *Eleanor Marx, filha de Karl: um romance*. São Paulo: Francis, 2002.
- _____. *Pauliceia de mil dentes*. São Paulo: Prumo, 2012.
- SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- SULZ, J. A.; CARDOSO, F. A. Putafeminismo: um caminho pelo direito de todas as mulheres. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 344-348, abr./jun. 2019. [Seção] Resenhas. Resenha da obra de: PRADA, Monique. Putafeminista. São Paulo: Veneta, 2018.

TIBURI, M. *Feminismo em comum: para todas, todes e todos*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TURCHI, M. Z; SILVA, V. M. T. O fantasma de Luís Buñuel, de Maria José Silveira: da repressão política aos dramas existenciais de uma geração. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 49-76, dez. 2007.

VIRNO, P. *Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2013.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: _____; SILVA, T. T; HALL, S (Org.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2013.